

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**BARTOLOMEU DE LAS CASAS:
O EDUCADOR DAS ÍNDIAS**

CHRISTINA APARECIDA DOS SANTOS

**MARINGÁ
2012**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**BARTOLOMEU DE LAS CASAS:
O EDUCADOR DAS ÍNDIAS**

Dissertação apresentada por CHRISTINA APARECIDA DOS SANTOS, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.
Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador:
Prof. Dr. JOSÉ JOAQUIM PEREIRA MELO

**MARINGÁ
2012**

CHRISTINA APARECIDA DOS SANTOS

**BARTOLOMEU DE LAS CASAS:
O EDUCADOR DAS ÍNDIAS**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo (Orientador) – UEM

Prof. Dra. Margarita Victoria Rodríguez - UFMS

Prof. Dra. Maria Cristina Gomes Machado – UEM

Data de Aprovação: 30/04/2012

A minha mãe Inair, por tudo de bom que há em minha vida.
Aos meus amigos e familiares
e a todos que como Bartolomeu de las Casas entregaram e entregam suas vidas às causas
sociais.

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Joaquim Pereira Melo (Neto), pela sua integridade teórica, que além de orientador, foi um amigo leal e paciente, não se limitando a dar o seu imprescindível apoio e presteza em todos os momentos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPE/UEM, pela dignidade e compromisso na condução de suas disciplinas e pela preciosa contribuição para a minha formação.

Aos meus familiares que com paciência e respeito souberam me incentivar e me dar o apoio que tanto precisei, sobretudo, nos momentos mais difíceis.

Aos amigos e companheiros que não permitiram que as energias de resistência se esmorecessem em nenhum instante, mostrando sempre a sua presença e acolhimento em meio às turbulências e adversidades.

A todos que direta ou indiretamente estiveram presentes e que de algum modo contribuíram e acreditaram nesse trabalho.

*“É BEM ISTO O QUE EU IMPLORO AOS MEUS IRMÃOS:
MEDITEM E CUIDEM SEMPRE MAIS E MAIS
EM NÃO VIRAR TORTURADORES [...] E SE, NO ENTARDECER DA VIDA, LHE
PARECER QUE NÃO OBTIVERAM FRUTO,
NÃO TENHAM POR VÃO O SEU
TRABALHO”.*

BARTOLOMEU DE LAS CASAS

SANTOS. Christina Aparecida dos. **Bartolomeu de Las Casas: o educador das Índias.** (101 f.). Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: José Joaquim Pereira Melo. Maringá, 2012

RESUMO

A expansão espanhola para a América no final do século XV e início do século XVI representou muito mais do que o encontro de culturas distintas, mas se configurou como a sobreposição de costumes, religiosidade, organização social, política e econômica. Neste cenário, surgem inúmeros conflitos que se pautaram, sobretudo, na racionalidade ou não do nativo. A partir da concepção assumida, é que justificavam as ações de guerra que eram feitas bem mais por ambiciosos interesses nas riquezas do que na intenção de catequização/formação do nativo. A não unanimidade de concepções fez surgir opositores que, acreditando na racionalidade do nativo, recorrem a todos os meios para denunciar as formas de tratamento que consideravam injustas. Entre estes, encontra-se Bartolomeu de Las Casas (1474 – 1566), um frei dominicano que dedicou sua vida na defesa do nativo, que além de crer em sua racionalidade, asseverava que era por meio da razão que seria possível o seu processo formativo, formação esta que significava a conversão desses nativos aos preceitos do cristianismo. Nessa perspectiva, a partir das relações históricas estabelecidas, a pretensão foi de analisar o pensamento dessa personagem que, além de formular projetos de colonização pacífica, julga ser necessária a presença de um mestre responsável pela condução desse processo formativo. Ao mestre pregador da fé, dedica parte de sua obra detalhando sistematicamente como haveria de ser a sua contribuição nesse processo, bem como as qualidades imprescindíveis no modo de conduzir a todos à religião, qual seja, pela doçura, mansidão, suavidade. A defesa da racionalidade do nativo, bem como a necessidade de um mestre com qualidades distintas das que observava nos espanhóis vindos à América, o fez ser considerado um dos primeiros defensores dos direitos humanos dessas terras. Porém, a partir da análise, pode-se perceber que suas concepções em relação aos direitos humanos, nesse caso os direitos dos nativos, e a liberdade pela qual faz a defesa, estavam atreladas a uma ordem medieval latente em sua formação, e que não é rompida em seus projetos, mas de modo adverso, é mantida quando tem a pretensão de formar/catequizar e organizar o processo de colonização. Em decorrência, o fator humanidade, por mais avançado que possa parecer para sua época, restringe-se em Bartolomeu de Las Casas a uma postura de dominação por meio da razão, de forma doce, branda e suave.

Palavras-chave: Bartolomeu de las Casas. Nativo. Processo de formação. Mestre.

SANTOS. Christina Aparecida dos. **Bartolomeu de Las Casas: o educador das Índias.** (101 f.). Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: José Joaquim Pereira Melo. Maringá, 2012

ABSTRACT

The Spanish expansion to America in the late fifteenth and early sixteenth century represented much more than the encounter of different cultures, but it was configured as overlapping customs, religious, social institution, political and economic. In this scenario, there are many conflicts which are based mainly on the rationality or not of the native. From conception assumed, is that justified the war actions that were done much more by ambitious interests in wealth than in the intention of catechesis / formation of the native. The lack of conception unanimity gave the opportunity to opponents, who, believing in the rationality of the native, using all means to denounce the forms of treatment that they considered unfair. Among these is Bartolome de las Casas, a Dominican friar who devoted his life in defense of the native, that besides believing that their rationality, asserted that through the receson it would be possible their formative process, which meant the conversion of these natives to the precepts of Christianity. From this perspective, from the historical relationships established, the intention was to analyze the thought of this character, that besides make peaceful settlement projects, believes that is necessary the presence of a teacher who will be responsible for. The conducting of this training process. The master preacher of the faith, devote part of his work, detailing systematically how would be your contribution to this process as well as the essential qualities in order to conduct the to everybody religion, namely, the sweetness, gentleness and softness. The defense of the native rationality as well as the need for a teacher with distinct qualities of those who watched the Spaniards coming to America, made him be considered an early advocate of human rights of these lands. However, from the analysis, it is possible to notice that his views in relation to human rights, in which case the rights of the natives, and the freedom which makes the defense, were tied to a medieval order latent in its formation, and that is notbroken into their designs, but adversely, is maintained when intend to build / evangelize and organize the process of colonization. As a result, the human factor, however it may seem advanced for its time, is restricted in Bartolome de las Casas to a posture of domination through the reason, in a sweet, soft and smooth way.

Key words: Bartolome de las Casas. Native. Formation process. Master.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O DOMÍNIO ESPANHOL NA AMÉRICA.....	18

2.1. A Espanha em Período de Expansão.....	18
2.2. O feito de Cristóvão Colombo.....	20
2.3. A Ordem dos Dominicanos.....	25
2.4. Hernán Cortéz e a saga pelo ouro.....	29
2.5. Território Mexicano antes da chegada dos espanhóis.....	31
2.6. O Império Asteca.....	31
2.6.1. A cidade de Tenochtitlán.....	33
2.6.2. A religiosidade dos povos asteca.....	36
2.6.3. Entrada de Hernán Cortéz na principal cidade do Império.....	37
2.6.4. A colonização do México.....	38
3. IDEAIS EM DISPUTA.....	44
3.1. Bartolomeu de Las Casas e Juan Ginés de Sepulveda: controvérsias sobre a racionalidade do nativo americano.....	45
3.2. Guerra justa: a naturalização da escravidão nativa.....	50
3.3. O projeto de comunidades mistas.....	52
3.4. Las Casas e a tese da capacidade nativa de assimilar as verdades cristãs.....	58
3.5. Las Casas: a racionalidade nativa e a sua propensão para o bem.....	61
4. O MESTRE E A RESPONSABILIDADE PELO PROCESSO FORMADOR.....	67
4.1. Liberdade e vontade: condições fundamentais para a realização do fenômeno educativo.....	68
4.2. O mestre pregador: o ensino por palavras e ações.....	73
4.3. O tempo necessário à conversão.....	81
4.4. A contribuição da Retórica na ação formativa.....	86
4.5. O mestre e o ânimo dos ouvintes.....	90
5. CONCLUSÃO	94

REFERÊNCIAS	98
-------------------	----

1. INTRODUÇÃO

A conquista da América pelos espanhóis, ocorrida entre os séculos XV e XVI, que sem dúvida, se tornou um dos grandes marcos históricos da Humanidade, apesar de ter sido amplamente estudada, é possível evidenciar lacunas que abrem possibilidades de novas investigações, e por esse motivo continua a interessar pesquisadores que se propõem a dar um novo olhar histórico a partir dos documentos que foram produzidos nesse período.

Os atuais estudos da História e Historiografia da Educação no Brasil, embora apresentem certa preocupação com novas análises de momentos históricos distintos, se limitam em grande parte ao incentivo de investigações de cunho nacional, não sendo dado o mesmo incentivo às pesquisas que tratam da educação especificamente na América espanhola. O pouco interesse em pesquisas históricas da educação, seja ela nacional ou da América, pode ser analisado como reflexo e resultado do imediatismo em buscar prioritariamente analisar as questões educacionais da atualidade, relegando as pesquisas que se afastam do presente momento histórico.

Tendo em vista essa carência de pesquisas brasileiras relacionadas à educação no período de colonização na América espanhola, tem-se por extensão a defasagem de produção acadêmica na área, o que de certo modo, já é motivo suficiente para justificar esta pesquisa, que não tem a pretensão de esgotar o tema a que se propõe, mas o de contribuir de modo significativo para o debate sobre as questões educacionais latino-americanas. Esse afastamento para dialogar com o passado e com as concepções de educação e de educador existente em momentos distintos da história favorecem o entendimento dos enfrentamentos e das contradições sociais, tendo como resultado, a ampliação do horizonte de análise das questões educacionais da atualidade.

A colonização da América, onde se defrontaram culturas com características essencialmente distintas, ocasionou divergentes debates de cunho religioso, político, social e, sobretudo, educacional. A partir de concepções distintas, os atores desse processo de conquista e colonização entram em conflitos que se pautavam sobre a figura do nativo, que até então era desconhecido entre os espanhóis, e sendo alvo de variadas interpretações de sua natureza, foram diversos os direcionamentos de como haveriam de ser dominados por aqueles que chegaram a essa terras como ungidos por Deus para catequizá-los.

As opiniões quanto à racionalidade ou não do nativo era o que essencialmente fundamentava as ações dos espanhóis que justificavam a guerra por esse entendimento.

Diferentemente de outras personagens espanholas, havia os que não apenas defendiam a racionalidade desses nativos, como também acreditavam que era por meio dessa razão que poderiam ser catequizados e de modo racional adentrar à Igreja Católica. Entre os defensores dos nativos, encontra-se a figura de Bartolomeu de Las Casas (1474- 1566), que pelo seu empenho em fazer os demais espanhóis compreenderem que os nativos eram dotados de racionalidade, propunha que houvesse por isso uma colonização pacífica, além de um tratamento diferenciado a estes por parte daqueles que se propusessem ao trabalho de catequização.

A partir dessas considerações, objetivou-se nesta pesquisa analisar as concepções de Bartolomeu de Las Casas quanto à racionalidade do nativo frente aos distintos projetos educacionais em disputa neste período. Partiu-se da pretensão de trazer a esse debate a forma sistematizada de processo educativo elaborada por ele, a fim de que os nativos fossem catequizados de modo pacífico, necessitando para isso, de um mestre pregador, no qual haveria de possuir qualidades que julga imprescindíveis nesse processo formativo.

Como defensor dos nativos, como ficou conhecido ainda em vida, Bartolomeu de Las Casas representou mais do que um educador, mas um idealizador, que via como possível a dominação de uma cultura pela outra de forma pacífica e harmoniosa. Não se pretende fazer a exaltação dessa personagem, como é comum ser encontrado em vários historiadores, nem mesmo desconsiderá-lo, mas o que essencialmente se busca é realizar um estudo para o qual a atuação da personagem tem um significado especial, sobretudo na formação do nativo.

Bartolomeu de Las Casas nasceu em Sevilha no ano de 1474, sem muita seguridade que fosse no dia 24 de agosto. Filho de um modesto mercador oriundo da cidade de Tarifa, na Espanha, chamado Pedro de Las Casas e de Isabel de Sosa, e teve três irmãs. Sua família era de pessoas do mar que tinham grande amizade com a família de Cristóvão Colombo, que em 1492 viajara em descoberta das novas terras.

Desde que contava com 8 anos de idade, quando deu-se o descobrimento das Américas, Bartolomeu de Las Casas apresentou forte interesse pelo Novo Mundo. Seu pai, como era próximo de Cristóvão Colombo, teria vindo ao Novo Mundo na segunda viagem após o descobrimento, e deste ganha um pequeno índio do qual se afeiçoa.

Em Sevilha, sua cidade natal, foi aluno da escola catedrática de San Miguel de Sevilha onde cumpriu seus estudos primários. Em 1498 licenciou-se em Humanidades e Leis pela Universidade de Salamanca e em 13 de fevereiro de 1502 partiu para o Novo

Mundo em uma das maiores frotas que haviam saído da Espanha com esse destino. Mesmo antes de vir para as novas terras, no ano de 1501, Las Casas recebe as ordens menores, o que lhe concedia a função de exercer as tarefas de catequese e ter as isenções clericais.

Las Casas veio para o Novo Mundo na condição de espanhol colonizador. Chega em 15 de abril do mesmo ano, e assim como os demais espanhóis, que tinham por objetivo a busca das riquezas e a missão de evangelizar, progride nesses dois aspectos, tornando-se ao mesmo tempo um bom administrador e catequista, e faz questão de aprender a língua dos nativos para melhor catequizá-los.

Entre os anos de 1502 à 1515 teve grandes avanços em suas tarefas, chegando a ser grande fazendeiro. No espaço de 1506 -1507 viaja para Roma a fim de receber as Ordens maiores, se aperfeiçoa em seus estudos e em 1514 pede para ser Ordenado. Celebra sua primeira missa nas Novas Terras e passa a ser considerado o primeiro presbítero do Novo Mundo (ESTEVE BARBA, 1964).

Sua prática e vivência missionária em meio ao que considerava injustiças diariamente cometidas pelos colonizadores aos nativos, o fez refletir e relacionar essas práticas aos preceitos cristãos, que o levou ao entendimento de que as ações ali efetuadas pelos espanhóis colonizadores não correspondiam aos princípios cristãos que pregavam aos nativos. Esses conflitos passam a fazer parte de sua vida e em contato com missionários dominicanos percebeu que alguns deles apresentavam posturas muito próximas às suas inquietações quanto ao tratamento dado aos nativos.

Em 21 de dezembro de 1511, num sermão do Frei Dominicano Antônio de Montesinos (? – 1540), o mesmo denunciava o que considerava abusos cometidos contra os nativos. Las Casas se sente atingido pela denúncia e busca confessar-se com o Frei, porém, como não dispõe dos nativos feitos escravos que tem sob sua posse, lhe é negada a absolvição, até que abra mão dos mesmos. Isso passa a ser-lhe um conflito, pois o mesmo é um homem de negócios e dono de grande posse (JOSAPHAT, 2008).

No ano de 1514, acompanha uma tropa de espanhóis a Cuba, e foram dias que coincidiram com a festa de Pentecostes celebrada pelo calendário cristão. Ao preparar a sua missa, depara-se com o texto do livro de Eclesiástes no capítulo 34 e versículo 24 no qual encontra-se: [...]“é imolar o filho sob os olhos do pai, oferecer um sacrifício com os bens dos pobres” (JOSAPHAT, 2008, p. 26).

A partir dessa passagem condena-se como sacerdote e *encomendero*, e tem a compreensão de que a fé cristã professada é incompatível com as ações na qual os

espanhóis submetem os índios. Abre mão de seus escravos e toma posturas que se tornam radicais em defesa desses nativos o que gera perplexidade entre autoridades espanholas. Em 1523, já com 38 anos de idade, ingressa na Ordem dos Dominicanos, pois encontrou nessa Ordem o apoio de alguns freis que também denunciam o que, como ele, concebem como injustiças.

Seus esforços, a partir de então, são direcionados ao trabalho de defesa dos nativos; trava uma grande batalha contra os colonizadores espanhóis, propõe e busca realizar projetos de colonização pacífica viajando por várias vezes à Espanha onde apela aos oficiais do governo e à própria Coroa espanhola medidas que pudessem amenizar o que julgava serem atrocidades e injustiças cometidas aos índios. Nessas viagens traz consigo muitos missionários que passam a se dedicarem à catequização dos nativos.

Nas terras colonizadas, viaja por várias regiões a fim de catequizar, realizando um trabalho pioneiro de doutrinação aos princípios cristãos. Em 1544, aceita ser bispo de Chiapas, que era uma cidade da região, hoje um Estado ao norte do México. Assume esse novo cargo em 12 de janeiro desse mesmo ano com o intuito de apresentar um novo modelo de bispo, que se voltasse contra aquilo que julgava ser injusto. Por esse motivo é bem recebido pelos nativos, mas com desprezo e desconfiança pelos espanhóis.

Em 1547 se vê obrigado a deixar sua diocese de Chiapas e retorna definitivamente para a Espanha, passando lá os últimos anos de sua vida. Segundo alguns historiadores, Las Casas teve a preferência de voltar para a Espanha por acreditar que a proximidade com as autoridades reais espanholas e com o Conselho das Índias, no qual era membro como procurador dos índios, viabilizaria de modo significativo a aceitação de seus argumentos em defesa do nativo.

Acomodou-se no Colégio San Gregório em Valladolid, e em 1551 transferiu-se para o convento dos dominicanos de Nossa Senhora de Atocha. Falece em 18 de julho de 1566, neste mesmo convento dominicano, em Madri, aos 82 anos de idade.

Em meio às suas viagens e pregações, dedica-se a escrever relatos dos acontecimentos e argumentos que se pautavam na máxima intenção de defesa dos nativos. Trava batalhas teóricas com humanistas e teólogos espanhóis e incessantemente trabalha por mudanças nas condições das colônias, propondo projetos de colonização pacífica. Las Casas deixou um legado de grandes produções, sendo alguns publicados em vida e outros foram publicações póstumas.

Seguindo uma ordem cronológica, Las Casas escreve primeiramente *Memoriais de remédios para as Índias* que são textos elaborados nos anos de 1516, 1517 e 1518. Esses textos são mais uma petição aos reis espanhóis, inclusive ele trata dessas cartas na obra *História das Índias*, que conta com três volumes, sendo escrita entre os anos de 1525 à 1566. Mesmo após esse período e durante toda a sua vida e nas viagens que realizou indo para a Espanha, redige inúmeras cartas, relatórios e sugestões que encontram-se reunidas como *Cartas e Memoriais* que formam as suas *Obras Completas*. Esses escritos referem-se às diferentes etapas no desenvolver de seus trabalhos. Em “*Apologética História Sumária*” relata mais detalhes dos habitantes, das terras, das instituições culturais e políticas da América.

De 1542 a 1543 redige *Memoriais de Remédios*, em 1544 escreve a Carta ao Conselho das Índias e nesse mesmo ano de 1542 começa a escrever a *Brevíssima relação da destruição das Índias*, que tinha por finalidade comover os reis espanhóis a tomarem providências para que cessassem as injustiças cometidas nas Índias. A obra posterior a essa é escrita em meio às suas andanças pelas terras indianas. Intitulada *Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião* é escrita em meio aos nativos, tendo começada a ser redigida em 1523 e apenas concluída em 1527.

O *Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião*, é considerada como a expressão do momento de ascensão intelectual de Las Casas. Nela o frei busca explicar de modo sistemático e com insistentes repetições como deveria ser o processo formativo do nativo. A primeira parte da obra, composta por quatro capítulos, que é citada pelo autor, não se tem conhecimento, visto que fora extraviada, porém, pelas indicações dadas pelo autor, temos a percepção que se trata da contínua repetição que faz em argumentar que existe apenas um modo de catequizar/formar, qual seja, pela harmonia, doçura respeitando a liberdade e racionalidade do nativo. A partir do quinto capítulo até o sétimo, aos quais temos acesso, Las Casas dá continuidade a suas justificativas e elabora sistematicamente a explicação de como haveria de ser o processo pelo qual a catequização/formação haveria de ter êxito, e essencialmente privilegia a função do mestre pregador, relatando de modo sistemático as qualidades que deveria ter.

Logo que escreveu, essa obra foi colocada em circulação, sendo em estado manuscrito, e apenas, posteriormente, foi confirmada a sua autoria, talvez daí esteja o motivo do extravio das partes introdutórias. No ano de 1942 foram descobertos esses manuscritos e publicados em uma única obra que é uma das fontes dessa pesquisa.

Não deixando de redigir a partir de seu principal propósito, de 1550 à 1552 em Sevilha na Espanha, escreve *Apologia e controversia com Sepúlveda*, na qual faz a defesa dos nativos e acrescenta alguns dos seus argumentos que utiliza numa discussão que teve na cidade de Valadollid na Espanha em 1547 e 1548, com o teólogo Juan Ginés de Sepúlveda. Logo após essa discussão que ficou conhecida por toda a Europa, publica *Oito tratados*, editados em 1552. Entre esses tratados encontra-se a *Brevíssima relação da destruição das Índias* e *Sobre o poder Régio*. Em 1564 escreve a obra que corresponde aos seus últimos anos, quando encontra-se em plena maturidade. *Tratados sobre o Peru* (1566) busca articular a visão clássica do direito com a prática das culturas da América, nesse caso, em específico a do Peru.

Um estudo centrado prioritariamente na obra de um autor requer que se faça uma incursão na sua trajetória de vida, naquilo que é possível recuperar, ter em consideração as várias fases de sua vida para que então se possa entender as motivações de seus escritos e de suas ações, destacando-se as reflexões por ele produzidas. Para isso, fez-se necessário uma metodologia que possibilitou a compreensão da organização da sociedade naquele momento histórico como a base sobre a qual se funda o pensamento educacional de Las Casas. Sua proposta formativa é analisada a partir de suas vinculações com a ordem social e política do momento, dando ênfase ao contexto histórico em que tais obras foram gestadas e as condições materiais que vivenciava a sociedade Espanhola no período de colonização, bem como as relações estabelecidas com os povos das novas terras.

Nesse intuito, o trabalho foi estruturado em três capítulos. No primeiro prioriza-se a contextualização histórica da Espanha no período de colonização, bem como o apontamento dos interesses que os motivaram a buscar novas rotas marítimas, contando com isso com a presença da Igreja Católica que tinha por intenção a cristianização de outros povos para o fortalecimento da instituição contra os protestantes. Em seguida aborda-se a realidade vivida pelos nativos quando se deu a dominação espanhola.

No segundo capítulo, priorizou-se abordar as distintas concepções quanto a racionalidade do nativo, bem como as posturas assumidas por Las Casas e as suas reflexões e entendimentos que fazia dos mesmos. Na justificação de suas argumentações em defesa dos nativos, apresentam-se algumas posições que sustentam seus pensamentos: a racionalidade, a sua capacidade de entendimento; o processo como se chegar a esse entendimento; o modo como haveria de se concretizar esse processo, sendo essas as bases

para a compreensão das qualidades que haveriam de ter os mestres pregadores dos ensinamentos cristãos.

No terceiro capítulo, buscou-se a compreensão do educador segundo Las Casas, que em sua perspectiva, era peça fundamental no processo de formação dos nativos. Partindo do entendimento da racionalidade e da preocupação com sua formação, propõe um educador com atributos singulares para o convencimento e para a conversão desses nativos à fé cristã. Sendo aquele que no uso de sua oratória, e com mansidão e bondade, poderia atrair o ânimo dos ouvintes, dando-lhe o tempo necessário para que aderissem aos ensinamentos, algo que fora essencialmente oposto daquilo que vivenciava nas novas terras.

Do pensamento secular de Las Casas, pode-se apreender lições que parecem atuais, que nos abrem perspectivas de novas análises das questões educacionais cabendo nesse processo de formação a presença indispensável do educador.

2- O DOMÍNIO ESPANHOL NA AMÉRICA

O contexto histórico europeu do século XV é marcado por transformações que ocorriam de forma gradativa em todas as esferas, tanto econômica, social, política e religiosa. As crescentes tensões com características nada harmoniosas se configuravam como reflexos dos embates entre as velhas e as novas concepções de mundo e de homem.

As mudanças que ocorriam ocasionavam a perda sucessiva das crenças e valores dados às velhas instituições que estavam vigentes, e que aos poucos dariam lugar aos novos modos de organização e de pensamento. As mudanças sociais e da ordem econômica estabelecida aparecem como inovadoras e aos poucos vão substituindo o que até então era concebido como ordens imutáveis.

A Espanha, embora fosse uma das pioneiras nas navegações, mantinha forte resistência na manutenção da ordem econômica, social e política, usando de todos os meios para a permanência de suas instituições caracterizadas nos moldes medievais. Acreditava que essa era a forma mais acabada de estruturação e organização, especialmente porque entendiam como uma ordem estabelecida por Deus. Em ocasião da conquista das Novas Terras, e a posse desses territórios alargaram-se mais os conflitos que não eram apenas políticos, territoriais e econômicos, mas, sobretudo religiosos e culturais.

2.1 A Espanha em período de expansão

A Espanha em fins do século XV inicia um período que foi caracterizado pelas descobertas e ocupações de novas terras, transpondo os mares que banhavam suas costas. A iniciativa por conquistar novos territórios não aconteceu por motivos de ordem passiva ou simplista, mas foi impulsionado, por duas grandes forças motivadoras que serviram de bases às grandiosas navegações: uma de ordem política e econômica e outra religiosa (LEITHUASER, 1959).

Uma das motivações comerciais partia da insatisfação quanto às especiarias que eram trazidas pelos árabes e comercializadas em toda a Espanha. Entre os espanhóis, grande era o interesse em buscar novas rotas de comercialização na intenção de garantir a obtenção dos mesmos produtos sem ter que passar por intermediários. Porém, a busca de metais preciosos era uma das grandes aspirações, pois o valor desse metal precioso fortaleceria financeiramente a Espanha frente aos demais países europeus, em especial à França, com a qual mantinha relações de guerras constantes. Desse modo, o expansionismo

geográfico passou a ser uma necessidade, e essa necessidade impulsionou a busca e conquista de novas terras, inclusive na América:

[...]A expansão do grande comércio incentiva a paixão pelas especiarias e a procura do metal monetário [...] é durante a exploração das costas africanas, entre 1460 e 1470, aproximadamente, que nasce a idéia de se ir diretamente às Índias, de modo a passar sem o intermédio árabe (CHAUNU, 1973, p.10).

As especiarias comercializadas pelos turcos, que tinham o domínio da rota, estavam cada vez mais escassas, o que de certa forma motivou a expansão, porém, o ouro e as pedras preciosas eram sem dúvida um dos maiores estímulos, que faziam com que os navegadores empenhassem todos os seus esforços para conquistarem novas terras. A esperança de encontrar metais preciosos era estimulada pela credibilidade de que as terras que acreditavam existir, não tinham donos, eram “coisa de ninguém”, havendo entre os espanhóis, segundo Leithauser (1959), uma lenda contada por Marco Polo, um dos grandes navegadores, que no Novo Mundo havia a Ilha de Ouro, que fazia com que os navegadores sonhassem em encontrá-la. A partir desse pensamento de enriquecimento rápido juntamente com o propósito de evangelização, os espanhóis partem para os novos territórios:

[...] Mercantilismo e evangelização foram as duas caras da mesma moeda, e seria impossível entender o processo da conquista, eliminando ou negando a importância de um deles. Contraditórios a princípio, ambos se complementaram na prática, sem que os colonizadores tivessem a pretensão de esconder um atrás do outro (BRUIT, 1997, p.94).

Para além dessas motivações predominantes, as novas situações vividas a partir do expansionismo interferem sobremaneira na mentalidade dos espanhóis, pois junto com a busca de metais preciosos e de novas rotas, sentiam-se, segundo Amado Luiz Cervo (1975), como que investidos há séculos na missão de cristianizar todo o mundo, trazendo consigo um orgulho nacional e uma honra pessoal.

Para os novos empreendimentos de conquista na qual estavam dispostos, fora preciso a realização de grandes estudos geográficos e ao mesmo tempo o desenvolvimento de equipamentos que correspondessem aos empreendimentos a serem concretizados. Esse período pode ser destacado como um marco no desenvolvimento desses conhecimentos, pois as necessidades históricas impulsionam e propiciam essas descobertas.

Nessas circunstâncias, destaca-se o surgimento de grandes navegadores que, empenhados em estudos geográficos e na elaboração de equipamentos marítimos, buscam meios que sejam propícios às longas viagens descobridoras que pretendiam realizar.

Neste cenário destaca-se a ousadia de Cristovão Colombo (1451-1506), que com o patrocínio dos reis espanhóis Fernando e Isabel, no ano de 1492, realizou o descobrimento das Américas.

2.2 O feito de Cristóvão Colombo

Cristovão Colombo era um católico que, seguindo a educação religiosa de sua época, julgava-se eleito para empenhar-se a buscar novas terras em nome do Deus cristão e da Coroa. Após várias tentativas de sensibilizar o rei de Portugal D. João II (1481 – 1495), foi com o rei espanhol Fernando e a rainha Isabel que conseguiu a possibilidade e convenceu-os a aceitar que fizesse a viagem pretendida em nome da coroa espanhola. Portugal já havia iniciado a expansão marítima desde 1415, mas foi custeado pelos reis espanhóis que Cristóvão Colombo, organizou a expedição composta por três caravelas: Santa Maria – sendo esta a nau capitânia, a caravela chamada Pinta e outra chamada Nina. Ao todo a tripulação era de 190 homens.

Para realizar tal façanha, haveria de ter a garantia de que os benefícios provindos seriam assegurados também a ele. Para isso, em abril de 1492, foi assinado um contrato entre Colombo e os reis da Espanha, o qual estabelecia que além dos privilégios e honras, Colombo receberia um décimo das “[...] pedras preciosas, ouro, prata, especiarias e quaisquer outras coisas e mercadorias de qualquer espécie” que se pudesse obter nas terras que fossem encontradas (GUTIERREZ, 1995, p. 30).

O roteiro planejado era o resultado de uma série de erros cometidos por Colombo, que dedicou grande parte de sua vida a estudos que viabilizassem a descoberta de terras que supunha existir além dos mares que banhavam as costas europeias. Esperava-se que sua viagem fosse curta e que logo após alguns dias estariam em terra firme, no entanto, a viagem teve duração de vários meses. Nessa primeira expedição não transportavam homens de armas, pois para eles esta seria apenas uma viagem de confirmação da existência desses territórios.

Na madrugada do dia 12 de outubro 1492, depois de longo período de viagem, e com o desgaste provocado pelos tripulantes, que já não mais acreditavam que chegariam a

terras firmes, avistaram uma longa faixa de terra – sendo esta a primeira terra que viam após trinta e três dias. Tratava-se da costa oriental de uma das ilhas do grupo das Bahamas, que tem hoje o nome de San Salvador ou Ilha Watlings (LEITHAUSER, 1959).

Cristovão Colombo, durante a viagem, registrava os acontecimentos em seu diário de bordo. Em forma de cartas datadas diariamente, escreve que, apossando-se das terras encontradas em nome da Coroa de Espanha, encontrou muita gente despida e de pele escura, que eram pacíficos e amistosos. Relata que:

[...] Nos demonstram grande amizade, pois percebi que eram pessoas que melhor se integrariam [...] dei a algumas delas uns gorros coloridos e umas miçangas que puseram no pescoço, além de outras coisas de pouco valor, o que lhes causou grande prazer e ficaram tão nossos amigos que era uma maravilha [...] enfim, tudo aceitavam e davam do que tinham com a maior boa-vontade. (COLOMBO, 1984, p. 44).

Esses relatos sobre os nativos que aqui viviam e demais registros que atestam as riquezas que existiam, só fizeram com que atraísse de maneira surpreendente a cobiça dos navegadores e dos espanhóis que, cheios de anseios por ouro e pedras preciosas se entusiasmarão em usufruir dos benefícios dessas terras.

Na Espanha, a notícia se espalhou rapidamente, o que propiciou a verem no Novo Mundo o lugar onde havia a possibilidade de se prosperar e afortunar-se com o ouro e as pedras preciosas que aqui abundavam. Por esse motivo é que, segundo Iglesias (1997), os colonizadores que se propuseram a vir às novas terras não demonstravam interesse em catequizar, ou converter os povos pagãos ao cristianismo, mas para obter as riquezas que aqui existiam.

Regressando à Espanha, Colombo foi recebido com grande festividade e com honras dadas a um verdadeiro herói. Foram inúmeras honrarias e dezenas de banquetes oferecidos ao homem que havia descoberto novas terras que trariam grandes benefícios aos reis espanhóis. Realizaram-se desfiles pelas ruas espanholas e por vários dias Colombo pode saborear os resultados de sua empreitada, embora não tenha se dado conta que o que havia descoberto não se tratava das Índias.

Após essa primeira viagem, considerada a viagem de descoberta, foram empreendidas mais três novas viagens com destino as Novas Terras. A segunda iniciou-se em 1493, composta por três naus e catorze caravelas. A terceira que foi um pouco mais

atribulada, contou com seis naus e partiu da Espanha em 1498 e a quarta viagem saiu com quatro naus no ano de 1502, com o intuito de mais uma vez se chegar ao Oriente.

Nas cartas escritas por Colombo, demonstra-se o seu convencimento de que o território encontrado era propício à expansão do cristianismo e que aqui, pela quantidade de almas a serem cristianizadas, se angariaria um maior número de católicos em defesa aos protestantes, sobre esse assunto escreve que: [...] não me consta que professem alguma religião e acho que bem depressa se converteriam em cristãos, pois têm muito boa compreensão (COLOMBO, 1984, p. 50).

Colombo não teve dúvidas de que esses povos encontrados não os beneficiariam apenas por serem cristianizados, fortalecendo a Igreja Católica, mas que serviriam à coroa na forma de escravos. Ele demonstra em suas cartas a facilidade de subjugar-los e a fazer desses nativos mão-de-obra escrava na extração do ouro e das pedras preciosas. Essa convicção é alimentada pela percepção de que esses nativos não conhecem armamentos e que por isso, com muita facilidade poderiam ser dominados, relatando:

[...] Devem ser bons serviçais e habilidosos, pois noto que repetem logo o que a gente diz e creio que depressa se fariam cristãos; me parece que não tinham nenhuma religião [...] essa gente é muito simples em matéria de armas [...] porque bastam cinquenta homens para subjugar todos e mandá-los fazer tudo o que quiser (COLOMBO, 1984, p. 45-48).

As notícias do descobrimento de novas terras, e as informações do seu potencial, despertaram o interesse do mundo europeu. Como não poderia ser diferente, os maiores interessados eram os reis da Espanha, que haviam patrocinado esse evento descobridor. No entanto, não somente os reis espanhóis tinham interesse nos benefícios que poderiam adquirir das novas terras descobertas mas, sobretudo a Igreja Católica, pela estreita relação que tinha com a coroa espanhola, resultado de uma ordem medieval.

Embora nesse mesmo período houvesse em outros países europeus esse mesmo modelo de organização fundado em práticas medievais, este já estava passando por um período de decadência, na Espanha, é possível evidenciar essa forma de estruturação social, política e econômica, mantendo bases fortes, resistindo a toda forma de negação da hierarquia que tinham os reis e os papas.

Importa lembrar que desde o século XI e XII, que esta relação estabelecida pela Igreja, passa a sofrer críticas que se pautavam em questionamentos de sua proximidade com as relações políticas e econômicas.

A situação começa a se agravar quando aumenta o interesse europeu pela literatura antiga, que impulsionou novas interpretações da vida e das relações que se estabeleciam, especialmente em se tratando dos preceitos religiosos e os dogmas que não eram até então postos em dúvida. As atitudes e ações dos representantes da Igreja entravam em conflito com a realidade e novas interpretações que surgiam. Esses conflitos se agravam e o que segundo Eby (1962), uma volta à ação moral conservadora por parte da Igreja fazia-se necessária, pois segundo esse mesmo autor, a situação foi se agravando, e abrindo a possibilidade de uma nova forma de organização:

[...] Começou o homem a compreender que muitos dos seus estimados conceitos estavam desacreditados [...] a concha do medievalismo, que durante longo tempo encerrara e estourava a inteligência humana, estava se quebrando; breve estaria completamente despedaçada e uma moderna civilização emergia. (EBY, 1962, p. 47).

Essas mudanças vinham se alastrando durante décadas por toda a Europa, e angariando adeptos que manifestavam suas insatisfações com o poder da Igreja, sobretudo com a relação que mantinham com os reis na manutenção da ordem vigente. A Igreja Católica por sua vez, buscou formas de resistir a essas críticas provindas dessas insatisfações, porém não deixava de olhar para si mesma e reconhecer que mudanças eram necessárias para garantir a continuidade de seu domínio.

Os que se demonstravam contrários à ordem estabelecida eram considerados como inimigos, e passavam a ser vítimas de perseguições a fim de que se negassem ou se arrependessem de expor seus posicionamentos. Alguns dos representantes desses movimentos contrários que se formaram foram o francês João Calvino (1509-1564) e o alemão Martinho Lutero (1483 – 1546) que se tornaram personagens significativos do que fora chamada de Reforma Protestante.

Martinho Lutero, entre outros posicionamentos, questionava a autoridade do clero como mediadores entre Deus e os homens, propondo que se colocasse toda a autoridade no Velho e no Novo Testamento (livros sagrados da Igreja Cristã), pois para ele o único mediador é o Cristo. Expõe verdadeira denúncia em suas 95 teses que formulou e afixou na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg em 1517, asseverando que deveriam ser extintas todas as formas de indulgências, que eram uma prática da Igreja, e todas as formas de favoritismo que usufruíam os membros hierárquicos da Igreja.

A proliferação dessas ideias contrárias às posturas da Igreja propiciou o nascimento de uma forte cisão dentro da cristandade, ocasionando a existência de dois grandes blocos divergentes: os católicos romanos e os protestantes. Os chamados protestantes, como ficaram conhecidos, fragmentaram-se em seitas por toda a Europa e aos poucos iam conquistando maior número de adeptos.

Os protestantes, também chamados de reformistas, por insistirem na necessidade de haver uma reforma no interior da Igreja, reforçavam que essas mudanças não haveriam de ser apenas de ordem política, mas moral e econômica. Por esse motivo, os conflitos tornaram-se constantes, mesmo com as variadas formas de repressões por parte da Igreja Católica.

Esse crescimento de conflitos e embates quanto às mudanças que se faziam necessárias no interior da Igreja, propiciaram além do abalo em suas estruturas organizacionais o surgimento de adeptos ao protestantismo, que ao se converterem e aderirem aos reformistas, tornavam-se grandes inimigos do catolicismo, fortalecendo sobremaneira as cisões em torno da religião.

Diante de tais situações, a Igreja Católica perde cada vez mais espaço de atuação no quadro geopolítico europeu, além de perder inumeráveis fiéis. Pode-se considerar que os conflitos não estavam apenas no âmbito religioso, mas de modo geral, abrangiam toda a estrutura da sociedade europeia, pois era muito próxima a relação da Igreja com os poderes reais, por esse motivo, a Reforma fora considerada por alguns autores, uma das grandes “revoluções” do período, assim como afirma Eby:

A revolução [...] geralmente chamada a “Reforma” foi o despertar mais profundo e de mais amplo alcance na história da civilização ocidental. Considerá-la apenas como uma reforma da organização Igreja, ou como práticas morais, ou como doutrina é interpretar mal a sua mais ampla significação para o progresso humano. Nenhum aspecto da vida humana ficou intacto, pois abrangeu transformação política, econômica, religiosa, morais, filosóficas, literárias e nas instituições, de caráter definitivo; foi, de fato, uma revolta e uma reconstrução (EBY, 1962, p. 3).

Nesse sentido, é importante ressaltar que como afirma Costa (2004), a Reforma teve a sua origem não apenas motivada pelas críticas protestantes, mas pela conclusão que era preciso olhar para o interior de sua organização e de refazer comportamentos, a fim de continuar a influenciar na sociedade. Esse voltar-se a si mesma, já havia sido sentido antes

das críticas dos protestantes, e algumas das iniciativas, segundo Eby (1962, p. 85), foram tomadas a fim corrigir a licenciosidade do clero secular e os abusos da Igreja.

As medidas adotadas pela Igreja para esse fim pautaram-se, entre outros meios, no estabelecimento da Inquisição Espanhola, a repressão da heresia pelo Index (listagem de livros considerados subversivos e, por isso, proibidos), na criação de Ordens Religiosas que propagariam os ensinamentos cristãos, e o cumprimento das diretrizes apontadas pelo Concílio de Trento (1545 à 1563). As atitudes tomadas pela Igreja, em especial as que partiram desse Concílio, foram ações conservadoras que buscavam restabelecer o poder hegemônico e ao mesmo tempo como uma forma de combate ao protestantismo, essas reformas nos padrões tradicionais do catolicismo, ficaram mais conhecidas como a Contra-Reforma.

A reativação da Inquisição¹, ou também chamado Tribunal do Santo Ofício, fora um instrumento utilizado para julgar e punir os considerados hereges e que se demonstravam ameaçadores à hegemonia da cristandade. Na Espanha, desde o princípio de atuação, a Inquisição causou grande terror, e sua utilização era considerada um instrumento político da Coroa espanhola. As ações inquisitórias que tinham características de fanatismo e de intolerância justificaram a aniquilação de todos os que eram considerados infiéis (MARTINÉZ, 1990).

Outra ação realizada pela Igreja Católica a fim de conseguir um número maior de fiéis foi a criação de Congregações Católicas e o fortalecimento de Congregações já existentes, com o propósito de expandir o catolicismo num trabalho missionário de conversão daqueles considerados pela cristandade como infiéis. Uma delas foi a Companhia de Jesus, criada em 1534 e oficializada em 1540, que tinham na educação a base forte de seu trabalho missionário, fundadas na moral e obediência à doutrina da Igreja Católica. Estiveram em considerável ação as Ordens mendicantes dos Franciscanos, Agostinianos e a Ordem dos Frades Pregadores, posteriormente mais conhecida como a Ordem dos Dominicanos, que se fez presente nas ações missionárias nas Novas Terras a partir do século XV.

2.3 - A Ordem dos Dominicanos

¹ Criado pelo Concílio de Toulouse em 1223, para reprimir a heresia albigense, que aplicava as penas de prisão, confisco dos bens ou morte por decapitação ou na fogueira dos que se demonstrassem discordância com a ordem religiosa estabelecida.

Em meio aos recorrentes conflitos religiosos em toda a Europa, e em especial, na Espanha, faziam-se necessárias ações que contribuíssem para a conversão dos denominados tártaros e muçulmanos, que nesse período haviam invadido as terras espanholas, e recusavam-se a deixar suas crenças para aderir ao catolicismo. Entre os cristãos era perceptível a necessidade de novas formas de pregação, percebiam que era preciso evangelizar em ‘locus’, ou seja, no lugar onde esses considerados infiéis estavam situados.

Para este fim de evangelização em “locus”, Domingos de Gusmão² realiza viagens ao sul da França e também pela Espanha e outros países europeus, com a intenção de converter ao cristianismo, esses povos considerados infiéis. Nessas viagens que realizava buscava a conversão apresentando-se com simplicidade e sem bens materiais. Domingos de Gusmão participa do Concílio de Latrão em 1215, onde perante o Papa Inocêncio III, busca aprovação para a fundação da Ordem que almejada fundar, a Ordem dos Dominicanos.

No dia 23 de dezembro de 1216 o Papa Honório III confirma a Ordem dos Pregadores. A partir dessa data Domingos de Gusmão espalha seus frades para toda a Espanha, França e países vizinhos. A Ordem não se limita à vida monástica, embora os mosteiros constituem seu núcleo central, mas expande-se em conventos, organizando-se na forma de províncias (SPIAZZI, 1985).

Já em março de 1221, Domingos de Gusmão recebe um documento papal no qual é apresentado como o Prior da Ordem dos Pregadores, em maio do mesmo ano a Ordem já estava articulada em oito províncias. Ele falece no mesmo ano no dia 6 de agosto em Bolonha e em 1234 o Papa Gregório IX o canoniza com a bula “Fons Sapientiae”.

A Ordem dos Dominicanos, fundada por Domingos de Gusmão, posteriormente chamado de São Domingos, foi uma das Congregações de grande expressão sendo considerada uma das mais bem organizadas durante séculos. Os freis ou também chamados irmãos, tinham como princípio viver em comunidades, não apenas em mosteiros isolados, mas tinham características de vivências missionárias, buscando viver na pobreza, como uma ordem mendicante, o que de início causou estranhamento entre os frades, mas aos poucos foram se adaptando à nova situação, pois passaram a ver esse ato como forma de contrapor a muitos dos costumes que condenavam no interior da própria Igreja.

² Domingos de Gusmão: (1170 – 1221) fundador da Ordem dos Pregadores, posteriormente conhecida como a Ordem dos Dominicanos. Foi canonizado pelo Papa Gregório IX em 1234.

Concebiam que apenas aqueles que fossem desprovidos de bens é que teriam a autoridade de pregar as palavras do evangelho, por isso suas comunidades, situavam-se dentro das cidades e os rituais resumiam-se na escuta das leituras bíblicas, nos sacramentos, nas orações, meditações, penitências e, mormente na pregação. Para que pudessem fazer parte da Ordem teriam que fazer uma promessa formal de viver segundo os ensinamentos do fundador e a forma de vida indicada pela regra, sobretudo no sentido material.

Em sua organização hierárquica era estabelecido um *prior mor* que estaria à frente representando o Mestre da Ordem, e as províncias tinham os seus representantes, chamados de Promotor Provincial das Fraternidades, coordenador local, Conselheiro e Assistente Espiritual. Assim como esclarece Spiazzi (1985), o modo de organização, segue o modelo de uma célula familiar, que não é isenta de autoridade de quem a coordena e direciona.

No sentido de paternalismo, busca a cordialidade pela soberania e a representação que se faz de Deus é a transposição deste do ideal de hierarquização de autoridade paterna, pois considera que esta é a ordem maior, num sentido de que o mundo fosse uma grande família da cristandade é que essa é a plena realização da vontade de Deus em sua providência criadora.

O objetivo maior da Ordem, era a pregação do evangelho e a salvação das almas por meio da Igreja Católica, e para isso, os frades desde o início dedicavam-se por completo à evangelização a partir da interpretação que faziam da palavra do Deus, a partir dos livros Sagrados cristãos, para todas as pessoas, grupos e povos. A missão da Ordem, desde a sua fundação, tinha como propósito a evangelização de todos os considerados infiéis. Por base de suas doutrinas tinham os fundamentos teológicos de São Tomás de Aquino, como também de Santo Agostinho, porém era nos fundamentos agostinianos que alicerçavam seus preceitos e doutrinas (SPIAZZI, 1985).

Em muitos locais da Europa os frades não eram bem recebidos e enfrentavam grandes resistências, mas mantinham a sua perseverança, pois acreditavam que eram os incumbidos de evangelizar a todos os povos. A Igreja Romana que mantinha o grande interesse de garantir a sua dominação entre os povos e assim manter o domínio que possuía, insiste junto a essas Ordens, especialmente na dos Dominicanos na propagação do evangelho como forma de angariar o maior número de adeptos ao cristianismo.

No ano de 1483, o Papa Sixto IV nomeou o monge dominicano Tomás de Torquemana³ para as funções de *Inquisidor Mor* de todos os territórios dos reis Fernando de Aragão e a rainha Isabel de Castela, ou seja, o território espanhol. Tomás de Torquemana fora considerado um dos maiores inquisidores de todos os tempos, levando à fogueira milhares de pessoas (PELLICCIA; ROCCA, 1975).

Nesse sentido, a Ordem pode ser considerada como uma força expressiva na repressão dos considerados infiéis, pois fundamentava-se nos preceitos conservadores de que a manutenção da Ordem e a organização desejável por Deus era um ato de liberdade, acreditando que todos deveriam ser evangelizados para que a paz e a harmonia pudessem reinar entre os povos, e por isso insistiam na necessidade de propagar a fé católica em todo o mundo, e manter a prática regular da vida cristã.

Em 1508, buscando dar continuidade aos trabalhos missionários que já desenvolviam na Europa, foram enviados para as Américas os frades que, se tornaram os primeiros a trazer a religião cristã aos povos até então desconhecidos. Nesse mesmo ano, o mestre da Ordem frei Tomás de Vio Cajetano (1469-1534) determina ao frei Tomás de Matienzo vigário responsável pela Espanha que encaminhasse com licença do Rei da Espanha quinze frades à Ilha Espanhola, assim chamada inicialmente as Novas Terras, para ali fundar conventos e realizar os serviços de evangelização (SANCHÉZ, net).

Em 1510 formaram a primeira comunidade dominicana nas Novas Terras, sendo seus fundadores: frei Antônio de Montesinos (1475 – 1545), frei Bernardo de Santo Domingo e frei Pedro de Córdoba (1482 – 1521). O trabalho missionário dessa comunidade e de toda Ordem foi impulsionado pela notícia de que ali estariam milhares daqueles que consideravam pagãos a serem evangelizados (LEITHAUSER, 1959).

Os povos das terras descobertas foram considerados como um vasto campo para a ação missionária de conversão ao cristianismo, pois uma vez convertidos representariam maior força para a Igreja Católica, compensando, assim, as perdas ocorridas na Europa em função da reforma Protestante e de todos os conflitos com demais seitas.

A evidência religiosa construída entre os espanhóis a partir do Concílio de Trento era a de que “não havia salvação fora da igreja” e por isso, segundo Mullet (1985), trazer pagãos para a Igreja constituía a mais elevada obra de caridade. Os missionários, partindo desse

³ Tomás de Torquemana: (1420 – 1498) Frade dominicano que se tornou uma das mais significativas personagens como Inquisidor-Geral dos reinos de Castela e Aragão.

pressuposto, foram os grandes representantes desse pensamento, pois desenvolviam seus trabalhos de evangelização partindo dessa perspectiva.

Mas o interesse pelo Novo Mundo não ficou restrito a missionários das Ordens religiosas, pelo contrário, o grande interesse e preocupação com as possibilidades que se poderiam encontrar nessas terras ficou na responsabilidade da sociedade civil, ao arrastar milhares de homens para a grande aventura americana. O que compôs um grande matiz social, pois entre esses, do fidalgo falido ao ocioso das ruas das cidades espanholas, muitos eram os que desejavam e se propunham em vir para as novas terras e entre os espanhóis atraídos pelas novidades, destaque pelo feito realizado, deve ser dado a Hernán Cortéz (1485 - 1547) que se empenhou a vir para as Américas com o principal motivo de explorar as riquezas aqui existentes, e tornou-se num futuro breve, o capitão das embarcações que conquistaram o Império asteca.

2.4 Hernán Cortéz e a saga pelo ouro

Hernán Cortéz nasceu em 1485, numa cidade pouco habitada, a Vila Medellín, na região de Extremadura, na Espanha, que ficava distante das rotas comerciais. Filho único de família humilde, em 1499, aos catorze anos, é enviado à Universidade de Salamanca, a fim de estudar gramática e leis. Neste período aprende latim e tem acesso aos conhecimentos legais, porém, por pouco interesse nos estudos e por enfermidades, deixa a Universidade e volta à sua cidade natal dois anos depois (MELO, 1998).

Tendo conhecimentos a respeito das novas terras encontradas, e como os demais espanhóis, entusiasmado pela possibilidade de enriquecimento, interessa-se por assuntos da navegação, optando pelas armas que os conquistadores utilizam nas empreitadas que organizam. Por influência de seu parente Nicolas de Ovando (1460- 1511), que havia sido designado governador das Ilhas Espanholas (terras já colonizadas pelos espanhóis na América) toma a decisão de embarcar às novas terras em busca de riquezas, sobretudo vindas do ouro que era abundante.

Em 1504, aos dezenove anos, embarca em direção à América. Durante a viagem demonstra presteza aos serviços como um bom soldado, o que lhe garante o destaque frente aos demais soldados da embarcação. Chegando em Santo Domingo, já nas Ilhas Espanholas, Cortéz percebe a grande quantidade de riquezas que aqui se encontra, faz a sua

contribuição na pacificação de algumas regiões e ganha alguns índios como *encomienda*⁴, e dá início à sua intenção primordial – recolher o maior quantidade de ouro. Estabeleceu-se nessas terras tornando-se colono, e sendo como os demais espanhóis, considerados e tratados como “deuses” por alguns nativos que já estavam sob os seus domínios.

Esses espanhóis que já haviam, de certo modo, se organizado na colônia, empenhavam-se na expansão de seus domínios e na incessante busca por novos territórios, onde pudessem, além de subjugar os nativos, extraírem o maior número de riquezas possíveis. Hernán Cortéz participou ativamente das expedições que partiam com essa finalidade. Em 1508 acompanhou a Diego Velazquez⁵ na conquista de novos territórios denominados: Yucatán, Campeche, Champotón e depois a Flórida (MARTINÉZ, 1990).

Sua perspicácia e sagacidade no desejo de enriquecer-se propiciaram um clima de conflitos entre os espanhóis, sobretudo com Velázquez. Estudos bibliográficos apontam que Hernán Cortéz, mantinha relação pouco harmoniosa com seus demais, pois suas atitudes estavam diretamente ligadas aos seus interesses particulares. Hernán Cortéz como capitão, passa a organizar a empreitada de dominar o grande Império do qual tinham notícias. Essa nova armada haveria de ser estrategicamente pensada, e por sua expressiva habilidade em articulações para atingir seus objetivos, Cortéz utiliza de todos os meios para esse fim.

Configurada a possibilidade de se organizar uma expedição às terras mexicanas, devido à relação de proximidade que passa a ter Cortéz com Velazquez após o seu matrimônio com Catalina Juárez, irmã da noiva do governador, acrescido da habilidosa articulação que o levou ao comando da armada, demonstra em suas atitudes de domínio, ser um rebelde, um “fora da lei” em relação aos demais colonizadores até o momento em que, em terra firme, oficializou a sua rebeldia e deu início a sua epopéia conquistadora (MELO, 1998).

Segundo Melo (1998) todas as suas ações apontam para uma intencionalidade previamente articulada, de independentizar-se do governador de Cuba, visto que nas terras a serem exploradas era conhecida a fama das riquezas que ali se encontravam e de que ali existia um grande Império, também chamado de Colúia ou Culúa.

⁴ Sistema de propriedade índios no processo de colonização criado em 1503, onde grupos de índios eram entregues aos colonizadores autorizados a receber destes tributos e outros benefícios de seu trabalho. (SOSA-RAMIREZ, 1990)

⁵ Nascido em Cuellar, foi capitão espanhol de expedições. Chegou às Novas Terras em 1493 onde passou a exercer o cargo de governador de Cuba (MARTINÉZ, 1990).

Partiram da costa Cubana no dia 10 de fevereiro de 1519 com a expedição composta por 11 navios. Essa frota contou com um número de 508 soldados, 100 marinheiros, armamentos e 16 animais, entre cavalos e éguas. Entre os tripulantes, havia muita distinção, pois alguns eram fidalgos que tinham *encomienda* em Cuba, outros eram homens que não tinham posse alguma, e os demais eram marinheiros, músicos, alguns jovens e pessoas de mais idade. Ao chegarem em terras mexicanas, em pouco tempo, subjugarão os nativos e destruíram todo o Império que representava um modo de organização resultado de séculos de experiências que faziam desses povos uma grandiosa civilização.

2.5 Território Mexicano antes da chegada dos espanhóis

Nas terras em que aportou Hernán Cortéz, hoje o México, existiu a mais antiga civilização da América, chamada de “olmecas”. Eram povos que estavam em constantes guerras como garantia de sua sobrevivência. Devido a essas lutas em que sempre era subjogado um povo a outro, sobretudo na dimensão religiosa, formaram-se agrupamento de povos que se organizaram, tornando-se grandes civilizações. Essas civilizações, segundo Michael Coe (1970), foram consideradas as três grandes forças unificadoras que antecederam a conquista espanhola: a primeira foi o Teotiguação Clássico, a segunda os Toltecas e por último a civilização do Império Asteca.

Quando descobertos pelos espanhóis, os astecas eram povos de tal modo organizados que mantinham o domínio de todo o território, isso se deu devido às constantes lutas no qual submetiam ao seu poder os demais povos, fazendo deles seus escravos de guerra. O resultado dessa prática de dominação de territórios e povoados propiciou o surgimento de um grande Império, o Império Asteca.

2.6 O Império Asteca

Esse Império contava com um grande número populacional, que mantinha organizações pontuais e próprias no que se refere à política, à economia e à religião, além de muitas descobertas feitas com relação aos conhecimentos da astronomia e da medicina. Na arquitetura eram habilidosos, construíam templos com refinados detalhes, muito bem estruturados. Calçavam as ruas das cidades, construíam jardins e possuíam sistemas de esgoto e canalização de água. Entre as cidades havia uma interligação por estradas bem construídas.

Mesmo tendo desenvolvido de modo avançado a arquitetura e o trabalho com metais, não tinham conhecimento do ferro, por esse motivo não possuindo armamentos que utilizassem esse metal. Suas armas, até a chegada dos espanhóis, se restringiam a espadas, lanças e flechas de madeira com pontas de ossos e sílex, o que dificultou a sua defesa frente aos dominadores.

Na arte possuíam um fino senso estético, eram hábeis ourives, trabalhavam tanto o ouro, como a prata e as demais pedras preciosas na produção de jóias e objetos ornamentais. A cerâmica era utilizada nos utensílios domésticos, ornamentos e objetos que eram portadores de simbologia própria de sua religiosidade. Essa prática de trabalhos com cerâmica lhes era de grande excelência.

A organização social do Império estava intimamente ligada à estrutura econômica e à organização religiosa. Os grupos sociais eram organizados de acordo com a posição que tinham em relação ao processo produtivo e de acordo com seu relacionamento com as divindades. Partindo desse pressuposto, a classe mais elevada era aquela considerada a mais próxima dos deuses, sendo eles os sacerdotes e governantes.

Seguida a esta, encontravam-se os guerreiros, cujo prestígio advinha da sua importância que era designada na defesa e expansão da sociedade. E na base estavam os que cultivavam a terra e produziam artefatos e utensílios necessários ao conjunto da sociedade. Ademais dessa ordem estabelecida havia a escravidão que era composta pelos prisioneiros de guerra, a quem cabia a incumbência dos trabalhos mais pesados, contudo esse modo de escravidão entre os astecas não era hereditário, pois os filhos dos escravos eram livres. Para Martínéz (1990), a organização política, espacial, social e econômica dos astecas era bem desenvolvida, e estavam divididos em:

[...] vinte calpulli (ou grupos) assentados em quatro grandes bairros na cidade [...] o regime de propriedade da terra tinha três modalidades principais: as terras comunais dos calpulli, as terras dos nobres tecpillalli que podiam ser herdadas, e as terras públicas, para os gastos dos templos, da guerra, do governo e do palácio [...] De maneira geral, a organização social se distinguiu dos nobres e senhores, da classe dos sacerdotes, dos guerreiros, dos mercadores e do povo comum. Dentro dessa última classe haviam alcançado um desenvolvimento considerável os obreiros e artesãos: escultores, canteros, orferes, artífices da pluma e pintores (MARTINÉZ, 1990, p. 26).

Para a manutenção da nobreza, existia um sistema regular de tributos, no qual era recolhido um terço de toda a produção feita nas terras, pelas famílias que viviam em

agrupamentos, organizados em clãs. Nesses clãs, além do trabalho realizado na terra, expressiva era a religiosidade, existindo um templo próprio em cada um, onde prestavam cultos aos deuses.

A educação era uma preocupação coletiva entre os astecas, e cumpria a sua função de manutenção dessa sociedade. Concebia-se a ordem social estabelecida como uma determinação dos deuses tendo, porém, pouca possibilidade de ser rompida. A educação informal e de âmbito familiar tinha como um de seus meios o castigo físico, e era realizada de forma distinta em função do gênero, sendo que: [...] aos meninos ensinava-se o cultivo da terra, a caça, a pesca e a bravura; às meninas, os serviços domésticos, o recatamento e a castidade; para ambos, a lealdade, a obediência, o respeito às tradições (MELO, 2007, p. 151).

Em se tratando de educação formal, as distinções entre as instituições favoreciam de modo significativo a reprodução dos quadros produtivos e ideológicos dessa sociedade. Sob a proteção de divindades específicas, as escolas *telpochcalli* e *calmecac* atendiam aos jovens que, dependendo de sua posição na sociedade lhes eram oferecidos os ensinamentos que correspondiam a sua futura função na sociedade. As escolas *telpochcalli* ensinavam seus jovens para atender às exigências da guerra por isso era essencialmente prática e rústica. Pela sua importância, possivelmente tenha existido uma em cada clã, ou *calpulli*. Já as escolas *calmecac* atendiam e complementava a educação dada nas escolas *telpochcalli* não sendo uma instituição popular, limitadas nas proximidades do centro do Império. Era frequentada pela nobreza e ofereciam uma formação diferenciada da que era destinada ao povo, sendo assim, essencialmente seletiva a fim de formar os jovens para os altos cargos administrativos e sacerdotais (MELO, 2007).

A ordem social estava centralizada num poder estabelecido que sob a proteção dos deuses exercia sua função como uma determinação divina, sendo por isso, praticamente impossível mudanças desse modelo de estrutura social. A cidade de Tenochtitlán era a capital de todo o Império, sendo ali a sede do poder administrativo, representado pelo Imperador.

2.6.1 A cidade de Tenochtitlán

Os estudos arqueológicos apontam que a cidade de Tenochtitlán, que era a capital do Império Asteca, tenha sido fundada provavelmente no ano de 1325. Primeiramente esta

cidade foi povoada por um grupo de tribos *nahuas* que se assentaram em diversos pontos, bem próximos ao lago de Texcoco. Sua fundação se consolidou com os custos de tributos pelos povos submetidos ao poder do imperador. Essa cidade dos mexicas, como foram chamados seus habitantes, se converteu em uma das maiores cidades da época, e mantinha o domínio imperial de uma grande parte da Mesoamérica.

Segundo a mitologia mexicana, um dos deuses chamado Huitzilopochtli lhes havia ordenado que a construção do reino se daria na terra que lhes fora prometida. O lugar prometido seria por eles identificado, quando vissem uma águia parada sobre um cacto devorando uma serpente. Depois de muito procurar o lugar prometido, construíram a cidade às margens do Rio Texcoco, acreditando que li era a referida terra prometida. Para essa cidade deram o nome de Tenochtitlán que tem o significado de “lugar do cacto ou da pedra”.

Toda a cidade estava cruzada de lado a lado por três amplas e largas calçadas, e era no centro desses cruzamentos que fora construído o palácio do rei, com aproximadamente 30 metros de altura, tornando-se assim o centro administrativo e religioso de todo o Império. Essa edificação, assim como toda a arquitetura da cidade, fora realizada à custa de pesados esforços dos escravos, que fizeram proveito dos recursos naturais que tinham ao dispor.

Ao redor dessa pirâmide haviam grandes espaços destinados ao mercado no qual eram comercializados os produtos produzidos. Nesse espaço de comércio, os astecas faziam trocas de suas produções agrícolas, que era bastante intensiva. Aproveitavam-se das faunas ribeirinhas realizando a pesca, a caça aos animais como veados, aves e garças, extraíam o sal e algas marinhas. A forma de transporte era por canoas, o que facilitava as extrações desses produtos naturais.

Os astecas eram portadores de uma visão místico-visionária de si próprios como povo escolhido, como verdadeiros herdeiros da tradição tolteca (que foram no passado bravos guerreiros). Uma de suas obrigações gloriosas estava em lutar e fazer prisioneiros, realizando com estes sacrifícios humanos, inclusive retirando-lhes o coração, mesmo com vida, pois dessa forma, acreditavam que era um meio de agradar ao deus, na intenção de garantir que o sol continuasse a mover-se no céu. (COE, 1970). No entanto, guerrear não significava para eles apenas destruir a cidade inimiga, mas além de tudo capturar os

adversários e sacrificá-los na capital do Império. Logo após o domínio, as tribos eram rapidamente organizadas como fonte de tributos ao Império.

Em relação à população, estudos apontam que na capital Tenochtitlán, havia aproximadamente 50.000 casas, o que se estima entre os historiadores que em 1519 houvesse em torno de 200.000 à 300.000 habitantes. Nas demais cidades que se estendiam entre Teguantepeque e a fronteira Chichimeca presume-se que tinham cerca de 11 milhões de habitantes, o que segundo COE (1970, p.162) a maior parte estava sob o domínio asteca.

O Imperador era eleito dentro da linhagem real por um conselho de sacerdotes e oficiais da nobreza. Não havia uma sucessão hereditária de pai para filho, mas quando havia a necessidade da sucessão, reuniam-se para nomear o próximo a ocupar o cargo de maior poder entre os astecas. Pela grande responsabilidade atribuída ao representante de todo o Império, sobretudo pelo crescimento do domínio de territórios, a escolha do sucessor era de grande responsabilidade, tendo que ser pensada com a partir das pretensões que os motivavam.

Desde a sua fundação, o Império contou com o governo de onze imperadores e quando houve a dominação espanhola quem estava no poder era Moctezuma II (1502-1520), tendo sido sucedido por Cuitláhuac (1520) e Cuauhtémoc (1520-1521). Cada imperador tinha suas características distintas de governar, o que fazia com que em certos períodos havia uma dedicação maior no domínio de outros povos, e por conseguinte, uma maior expansão do território e de povos dominados.

Em outros governos, como foi o caso de Moctezuma II, não houve expressivo domínio de outras terras, visto que o mesmo não tinha grande apreço à guerra, mas era considerado como um rei filósofo que se dedicava à meditação e interessava-se por todas as religiões, inclusive as vindas dos povos que conquistavam. Segundo Martinez (1990):

[...] Motecuhzuma II era um homem grave, melancólico, apreensivo e supersticioso. Como governante, ampliou e consolidou o império, acentuou a severidade da educação da juventude, só admitiu nobres nos cargos de governo e administrativos, impôs em sua corte uma etiqueta rigorosa, que era como o serviço de um deus, e aumentou consideravelmente os rituais de sacrifícios humanos (MARTINEZ, 1990.p. 39).

Quando da invasão dos espanhóis, Montezuma II, teve muitos motivos que o levaram a temer a presença dos espanhóis. Isso se explica porque na religião dos astecas havia uma divindade que era Quetzalcoatl, o deus dos astecas, que ensinara a seus

antepassados muitas artes úteis e em seguida partira em uma nave mágica, prometendo regressar. Salienta Leithauser (1959) que esse deus tinha a pele alva e tinha barba tal qual os espanhóis que ali chegaram. Para os astecas, o retorno de Quetzalcoatl estava próximo, o que propiciou a impressão de que os espanhóis que ali chegaram se tratavam do deus tão esperado. Pode-se, desse modo, considerar que, a religiosidade era de grande expressividade entre os astecas, sendo um dos aspectos que mais davam coesão à essa sociedade.

2.6.2 A religiosidade dos povos asteca

A religiosidade dos astecas e sua visão do sobrenatural foi o resultado da reconciliação feita por místicos e das crenças das várias tribos que ao longo dos tempos permaneceram e formaram uma cosmologia dessa civilização. Em meio à multiplicidade de deuses, havia o princípio cósmico de dualidade, ou seja, macho e fêmea, trevas e luz, vida e morte. Esta luta entre as forças opostas era simbolizada na luta de Quetzalcóatl e Tezcatlipoca que era o deus da morte. Pensava-se que o mundo tinha atravessado quatro idades cósmicas ou chamados de sóis, e cada uma havia sido destruída por um cataclismo, e a idade atual era a quinta e seria extinta por tremores de terra.

A vida cotidiana dos astecas incluía as homenagens aos deuses e cultos religiosos que eram presididos por um sacerdote. Esses eram formados e instruídos para atuarem nos complicados rituais que realizavam todos os dias. Eram cultos que, segundo Coe (1970), incluía penitências individuais, queima de papéis manchados de sangue, queima de incenso perfumado e imolação de milhares de cativos.

Por ter sido formada por diversos povos que tinham religiosidades e costumes diferentes, seus ritos eram bastante diversificados, no entanto eram comuns os rituais com sacrifícios humanos. Esses rituais eram realizados ao ar livre, nos arredores dos templos e no alto da montanha, onde o derramamento do sangue do prisioneiro de guerra ou de voluntário e a apresentação de seu coração que lhe era retirado ainda com vida era o que garantiria a vinda do sol a cada dia.

Esses sacrifícios poderiam ser realizados com animais, e quando isso ocorria, acreditavam que seria do agrado do deus Quetzalcóatl que era contra o sacrifício com

humanos. Os rituais sempre eram presididos pelos sacerdotes e acompanhados pelos inúmeros habitantes.

Embora não fosse uma religião homogênea, pois o Império formou-se a partir do domínio de várias tribos, há basicamente quatro aspectos comumente apresentados como sendo definidores das religiões que antecederam à vinda dos espanhóis: politeísmo (pluralidade dos deuses); naturalismo (deificação da natureza), astrolatria (adoração dos astros como se fossem deuses) e a prática de sacrifícios humanos.

Com a vinda dos espanhóis que professavam a religião católica, esses aspectos da religiosidade dos astecas foram duramente reprimidos. Nesse sentido, a conquista do México pelos espanhóis representou não somente a substituição de um tipo de dominação por outro em se tratando das questões políticas, sociais e econômicas, mas em especial religiosa, pois os espanhóis consideravam-se superiores em sua religiosidade e não reconheciam os valores religiosos da civilização que haviam conquistado.

2.6.3 Entrada de Hernán Cortéz na principal cidade do Império

Antes mesmo de Cortéz chegar em terras mexicanas, Montezuma, já tinha notícias do conquistador, pelos vassallos que o informavam da presença de homens estranhos, de faces e mãos pálidas e longas barbas que aproximavam-se sobre as águas. Sucedeu-se então, uma situação de grande confusão para Montezuma II, que fiel aos preceitos religiosos acreditou que esses homens que se aproximavam, tratava-se da volta do deus tão esperado, Quetzalcóath.

Convencido de que realmente era Quetzalcóatl que voltava juntamente com seus companheiros, mandou que oferecessem o traje sagrado do deus e comida da terra, presentes que incluíam ouro e pedras preciosas, que eles receberam, confirmando assim as suspeitas dos nativos, de que se tratava do deus tão esperado. (COE, 1970).

Montezuma II continuava por algum tempo a presentear os espanhóis e pedia para que não adentrassem no México, no entanto essa atitude de presenteá-los com ouro e pedras preciosas, somente fez com que aguçasse o desejo dos europeus de conquistarem as terras que produziam tais riquezas (LEITHAUSER, 1959). Hernán Cortéz e seus homens, passo a passo iam adentrando as terras dos astecas e tinham armas que eram desconhecidas para os nativos (MARTINÉZ, 1990).

Nesse processo de conquista obteve apoio de algumas tribos ressentidas que haviam sido dominadas pelos astecas e que tinham forte interesse em destruí-los. Conduzidos por esses nativos aliados, logo avistaram a grandiosa cidade de Tenochtitlan: “[...] os dominadores ficaram admirados com tamanha beleza das construções que ali viram” (LEITHAUSER, 1959, p. 190).

Juntamente com aliados (Tlazcalães) que eram considerados os maiores inimigos dos astecas, foi-lhes permitido pelo próprio Montezuma que entrassem na grande cidade de Tenochtitlán. Para muitos, esses desconhecidos, alvos e de longas barbas, continuavam sendo os mensageiros e o próprio Quetzalcóath, e por esse motivo eram tratados como o deus que havia regressado. Segundo Martínéz: “[...] quando os mexicanos compreenderam que não era o antigo deus e sacerdote civilizador que chegava senão um capitão audaz e ambicioso, era tarde demais, pois o inimigo estava posicionado como monarca e de posse das chaves do reino” (MARTINÉZ, 1990, p. 38).

A resistência montada a partir dessa constatação, não foi o suficiente para barrar os conquistadores espanhóis, pois os mesmos, com seus armamentos, mataram rapidamente muitos dos nativos que, embora estivessem em maior número, não possuíam armas de fogo. Montezuma II, que havia recebido Cortéz e os seus, logo foi morto a pedradas, por seus próprios súditos quando fazia um pronunciamento em favor dos espanhóis.

Logo após a morte de Montezuma, Cuitláhuac o sucedeu, mas pode reinar apenas por alguns meses, pois pela certeza de que os estrangeiros espanhóis não eram os deuses que esperavam, mas inimigos violentos que os destruiria, defendeu-se em grandes batalhas sangrentas, porém sem grande êxito.

Pela desvantagem que tinham em guerrear com armamentos como os dos espanhóis, acabaram por render-se, sendo obrigados em numa quarta-feira, 13 de agosto de 1521, a entregar a cidade, onde a fome e os cadáveres já eram uma realidade insuportável. Seguindo a tradição espanhola, Cortéz recebeu Cuitláhuac, o último imperador asteca, com honras e mandou que o enforcassem após três anos. (COE, 1970).

Consumada a dominação, tendo em vista a morte do imperador, continuavam os massacres que realizavam para continuar a dominação de toda a cidade. Continuavam as ações de destruição dos nativos, antes e mesmo depois de organizarem as mais novas colônias de domínio espanhol – as colônias mexicanas.

3.6.4 A Colonização do México

O processo de colonização das terras mexicanas ocorreu com o principal propósito de extrair o maior número possível de ouro, visto que esse metal representava um valor material de grande relevância. Segundo Melo (1998), entre 1503 e 1520, com a Conquista do México, chegaram a Sevilha nada menos de quatorze mil quilos de ouro, sem computar o que foi extraviado e contrabandeado, o que alterou radicalmente as provisões da coroa. No entanto há de se acrescentar que não apenas o ouro se prosperava nessas terras, mas as possibilidades mercantis de que ali poderia vir, o que para Chaunu:

[...] As colônias, exploradas pela Metrópole e em seu benefício, constituem para ela uma fonte de matéria-prima barata e um território para escoamento dos produtos da sua indústria pelo melhor preço. De modo geral, corresponde à implantação no continente do sistema mercantilista que considera uma balança comercial favorável para a expressão mais segura da prosperidade nacional (CHAUNU, 1973, p. 27).

Nas terras mexicanas logo após a sua conquista, foram organizados os sistemas de colonização que garantissem a exploração das riquezas, nos mesmos moldes e características que já haviam sido implantadas nas primeiras terras conquistadas. Os territórios foram divididos em vice-reinos e capitânicas gerais, que mantinham seus administradores sob a nomeação régia da coroa espanhola. Com a finalidade de garantir a plena dominação e exploração também das terras mexicanas, estas passaram a fazer parte das instituições já estabelecidas anteriormente nas demais colônias, sendo elas: a Casa de Contratação e o Conselho das Índias.

A *Casa de Contratação* foi criada em Sevilha no ano de 1501, sendo esta a primeira instituição estabelecida para as novas terras. Tinha a função de inspecionar tudo o que dizia respeito ao contato com a Espanha e a colônia e junto a isso a função de julgar os grandes litígios entre elas. De tudo o que era decidido pelos membros dessa Casa de Contratação, apenas se podia recorrer a respeito das decisões tomadas para o Conselho das Índias (CHAUNU, 1973).

Essa *Casa de Contratação* era composta de um tesoureiro, de um superintendente e de um secretário, que tinham também a função de supervisionar as relações marítimas e comerciais, para que desse modo fosse assegurada a proteção dos interesses da Coroa. Além dessas funções, desempenhou o papel de escola de navegação e de organismo de pesquisa oceanográfica.

Já o *Conselho das Índias*, fora criado a partir da Casa de Contratação, que de imediato seria uma comissão encarregada de vigiar a administração das Américas. Criada em 1511, apenas adquiriu a sua feição legal e definitiva em 1524. O Conselho era composto por oito conselheiros que estavam sob a presidência do rei espanhol. Este, diretamente ou não, preparava os decretos e estabelecia as leis que deveriam reger o Novo Mundo. Os conselheiros davam forma às ordens do rei, redigiam as correspondências administrativas e as transmitiam à Casa de Contratação.

O objetivo dessas duas instituições, não era o de “coletivizar” as ações de dominação nas colônias, mas pelo contrário, era o de garantir uma mínima organização sob o domínio da Coroa, que lhe possibilitasse a obtenção dos recursos e riquezas aqui existentes, visto que a distancia física impedia uma intervenção tão próxima.

Foram estabelecidas desde o início da conquista se estendendo até as terras mexicanas, organizações que visavam a mais eficiente forma de exploração e escravização dos nativos, sendo elas as Instituições Jurídicas denominadas de *Encomienda* e *Repartimiento*.

A *encomienda* era um sistema criado em 1503 dentro da colônia, no qual era permitido ao conquistador receber os tributos e serviços das comunidades, e de alguma forma respeitando o direito à terra dos nativos. Mas na prática, esse respeito era violado, e os índios tratados como escravos, o que segundo Sosa-Ramírez:

[...] la "Encomienda" la integraban un grupo de indios asignados oficialmente bajo la tutela de españoles colonizadores privilegiados, autorizados previamente a obtener tributo y otros beneficios del trabajo del nativo. La distinción más común entre Encomienda y esclavitud era que el encomendero, al menos en teoría, no consideraba al indígena su propiedad personal (SOSA-RAMÍREZ, 1990, p. 23).

Sendo uma espécie de contrato unilateral, pela *encomienda* os índios encomendados além de darem um tributo ao *encomendeiro*, eram obrigados a trabalhar, prover o necessário para o sustento das casas de seus amos e prestar serviços pessoais que requeriam; isso em troca de proteção dos mesmos e doutrinação da Igreja. Afirma Coria-Sanchez, que:

[...] las relaciones de trabajo y sociales que se dieron entre los nativos colonizados y los españoles colonizadores fueron unas de amo-siervo, que llegaron al punto en que los indios vivían en condiciones deplorables a través de las encomiendas; vivían en forma infrahumana, encasillados, maltratados y

muchas de las veces asesinados bajo el pretexto de no trabajar (CORIASACHES, 2003, p. 15).

Esse modelo de organização não tinha grande interesse para a Coroa, pois tendia a centralizar num poder local os chamados *encomendeiros*, e isso dificultaria o acesso e o pleno domínio dos lucros pela Coroa. Por esse motivo é que em 1542, a Coroa espanhola edita a lei que ficou mais conhecida como as *Novas Leis* por meio da qual as *encomiendas* sofrem grande golpe, apesar da resistência dos *encomendeiros*.

Já o *repartimiento* tratava-se da obrigatoriedade do trabalho indígena para os espanhóis de forma temporária. Na Espanha, os reis, por meio de “Jueces repartidores”, distribuía os trabalhadores indígenas vindos das comunidades aos grandes proprietários espanhóis, que cobriam de forma imediata o desfalque dos trabalhadores nas colheitas. Muitos foram os nativos enviados para a Europa como mão-de-obra escrava. (SALINAS, 2010).

Para além das formas legais de exploração e de dominação dos nativos, os colonizadores recorriam sobremaneira às armas a fim de os abrigarem a se submeterem aos trabalhos de extração do ouro e aos demais serviços que lhes eram impostos. Os conflitos a partir dessa forma de dominação eram constantes, porém, esses conflitos não se davam apenas por esse motivo, mas em especial pelas divergências religiosas que haviam entre as práticas cristãs e as que eram cultuadas pelos nativos.

Nesse sentido, pode-se considerar que a dominação das novas terras representou muito mais do que a vitória das armas, mas o encontro de culturas distintas, modos de conceber a vida totalmente distinta, sobretudo em se tratando das questões de formação religiosa. Para os missionários que acompanhavam os colonizadores desde o início da conquista, tinham acima de tudo, o objetivo de converter os povos do novo mundo, considerados infiéis ao cristianismo. Por esse motivo, haveria de ser abolida toda forma de culto a outros deuses, que era uma prática intensiva dos indígenas (SALINAS, 1994). A realização desse propósito esteve a cargo de missionários de várias Congregações Religiosas, em especial da Ordem dos Dominicanos.

Buscavam de forma vigorosa apagar da memória dos nativos a religiosidade até então constituída por eles, por esse motivo, uma das ações foi a construção de templos cristão, chamados de Igrejas, no mesmo local onde antes se encontravam os templos dos deuses desses povos. Essa atitude revela a real intencionalidade de dominação religiosa e a pretensão de apagar da memória desses nativos a religiosidade de que eram adeptos. Ao

condenar e destruir todos os chamados ídolos, buscavam de modo incisivo destruir os rituais que persistiam entre os nativos.

Sendo representantes da Igreja Católica, e seguindo as bases doutrinárias de suas Congregações, os missionários envolviam-se completamente nos trabalhos de evangelização dos nativos. Muitos deles, influenciados e de acordo com as ações dos colonizadores espanhóis, impunham os preceitos da fé cristã, de forma agressiva e sem nenhuma reflexão por parte daqueles que estavam sendo evangelizados. No entanto, haviam os missionários que, observando as atrocidades realizadas contra os nativos, tornaram-se protetores dos mesmos, os amparando contra crimes e abusos dos colonizadores, propondo diferentes modos de evangelizá-los/formá-los.

Pelas concepções distintas que tinham a respeito dos nativos, grandes eram as divergências teológicas a esse respeito, chegando a conflitos intensos entre os próprios membros da Igreja e das Ordens que se fizeram presente nas novas terras. Percebe-se desse modo que o processo de dominação desses povos não se deu de modo pacífico, mas pelo contrário, seguiu-se a inúmeras formas de violência.

Tanto a Igreja Romana que se fazia presente na Espanha, quanto os reis, que professavam o catolicismo, empenharam-se em perpetuar nas Novas Terras a dominação dos povos que ali viviam e a transplantação da hierarquia espanhola, acreditando piamente que era uma prescrição divina. A colonização, mais do que domínio cultural de todo um povo, foi a busca incisiva de dominá-los não apenas para o trabalho na retirada de metais preciosos, mas representou o embate de crenças e do modo de organização, sempre buscando o predomínio da hierarquização do modelo espanhol, abominando todas as formas de organização ali encontradas.

Assim como na Espanha não havia unanimidade entre os pensamentos de uma velha ordem que estava em decomposição e as novas perspectivas que avançavam, é fato observar que esses conflitos se intensificaram com a conquista dessas terras, pois as novas situações configuraram-se como fonte de divergências entre as concepções de homem, de mundo, de Deus e de organização da sociedade.

Num contexto de concepções divergentes, o reflexo pode ser observado nos projetos educacionais que dentro desse contexto divergiam e em até certo modo eram antagônicos, especialmente em se tratando da educação religiosa e na forma de tratamento dado aos nativos que para muitos nem eram considerados como seres humanos.

Não serem considerados seres humanos, era a concepção de que não possuíam racionalidade e por isso seria legítimo fazer-lhes a guerra, porém, havia os que piamente defendiam a sua racionalidade e a tinham como ponto central do processo de catequização/formação. Entre esses expoentes de defesa dos nativos destaca-se o missionário Frei Bartolomeu de Las Casas, que fora uma importante expressão de seu tempo, esforçando-se em sempre realizar a defesa dos nativos, posicionando-se frente ao que julgava ser injusto no processo educacional dos mesmos.

3. IDEAIS EM DISPUTA

O processo de dominação das novas terras pela Coroa Espanhola e pela ação missionária da Igreja trouxe sérios novos problema a serem enfrentados durante o período de colonização e que até então não eram previstos entre os colonizadores e muito menos entre os religiosos.

Uma das principais preocupações, em especial dentre os missionários, estava centrada no tratamento dado aos nativos, sobretudo na forma como eram escravizados, que em muitos casos não era dada a devida importância em seu processo de formação, ou seja, de cristianização, que era concebido como um dos motivos que impulsionaram a conquista das Novas Terras.

As divergentes concepções não se evidenciavam apenas entre os colonizadores e missionários das Novas Terras, mas também entre os intelectuais espanhóis deste período. Houve entre estes grandes divergências em seus posicionamentos que se diferenciavam a fim de justificar a dominação e os modos de formação que haveriam de ser dados aos índios. As ações realizadas nas Novas Terras eram resultado perceptível da cisão entre aqueles que defendiam a guerra justa, ou seja, a dominação por meio da arma e pelos que acreditavam em uma nova proposta de cristianização pacífica, entre estes, encontra-se frei Bartolomeu de Las Casas.

Sua vida, bem como toda a sua obra se assenta na plena convicção de que os nativos são dotados de racionalidade e que por isso deveriam ser educados/formados de modo pacífico e sem açoites, como era comum nas terras descobertas. Seus posicionamentos entram em contradição com as concepções que estavam em disputa, porém, ele mesmo durante sua trajetória, retoma algumas de suas convicções a respeito da organização política e social e as mesmas vão se diferenciar ao longo de sua vida.

A formação desses nativos como imprescindível nesse processo tomou rumos distintos e foi amplamente discutido, visto que as necessidades históricas ali determinadas postulavam projetos educacionais específicos no tratamento desses povos. Frei Bartolomeu de Las Casas, como missionário e educador dos nativos posiciona-se e propõe projetos de atuação na busca de defendê-los contra o que julgava serem ações injustas praticadas pelos colonizadores espanhóis.

3.1 Bartolomeu de Las Casas e Juan Ginés de Sepulveda: controvérsias sobre a racionalidade do nativo americano

A escravização imediata dos nativos representou a submissão desses povos não considerados como seres racionais, e que por isso, teriam que ser submetidos aos seus dominadores como uma forma natural de organização e perpetuada pelos poderes divinos. A ideia de dominação seguindo os elementos históricos em decadência pode ser percebida inclusive pelo modo como foram implantados o sistema de *encomienda*, que nada mais era do que a transplantação de um modo de organização que ainda estava vigente na Espanha, de submissão e de classes de servos e senhores.

Sendo um requisito histórico de dominação de um povo sob o outro, submetê-los às suas condições de dominação, como bem esclarece Marx: “[...] todas as classes que no passado conquistaram o poder, trataram de consolidar a situação adquirida submetendo a sociedade às suas condições de apropriação” (MARX, s/d. p. 30). As atitudes dos espanhóis não foram diferentes, no entanto como tratava-se de um momento de transição e de divergentes concepções coexistindo entre o velho e o novo modo de organização social, ficaram juntamente em evidência as discussões e as formas de tratamento do nativo, que nesse caso não havia unanimidade.

Desta maneira, evidencia-se que a ação de muitos colonizadores representa o novo modo de dominar e organizar, já não tendo grandes preocupações com os princípios religiosos e a ordem real estabelecida. Esse fato se sustenta pelas bases fundamentais da burguesia nascente que agia de modo adverso, não mais velada, mas publicamente aberta, seguindo o que analisa Marx: “[...] em lugar de exploração velada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, única, direta e brutal” (MARX, s/d, pp. 23 e 24).

Em se tratando do processo de formação do nativo que era uma das questões latentes e que gerou grandes controvérsias, um dos pontos centrais desse conflito se pautava em defender se os mesmos teriam alma/racionalidade ou não, se estavam aptos a participar da fé cristã ou não, e se era justo fazer-lhes guerra ou não. Dentre os representantes desses conflitos, encontra-se frei Bartolomeu de Las Casas que com grande presteza desenvolveu em toda a sua vida formas distintas de defender seus

posicionamentos a respeito dos nativos, inclusive trava grandes disputas com intelectuais da época como Juan Ginés de Sepúlveda⁶.

As posturas de ambos se divergiam, frente à situação que ocorria nas Novas Terras, e foram por isso considerados os principais expoentes de uma época em que as mudanças ocorriam rapidamente e ecoavam vozes que expressavam o momento de transição. A racionalidade ou não dos nativos e a guerra justa ou injusta e a sua submissão como escravos eram os grandes pilares de discussão educacional da época, pois a partir de qual concepção de homem e organização se fundamentavam o trabalho educativo era também direcionado e proposto de modo diferenciado.

Na justificação da não racionalidade do nativo, Sepúlveda apoiado nos argumentos aristotélicos defendia incisivamente que os nativos eram povos que não tinham nenhuma racionalidade e que por isso teriam que ter alguém que os comandasse e essa função seria realizada pelos espanhóis. Para esse humanista, os nativos nada mais eram do que seres que careciam de alguém que os conduzisse, pois os mesmos já haviam nascido com essa predestinação, de serem conduzidos, não necessitando dispor à eles nenhum esforço no sentido de convertê-los ao cristianismo, visto que os mesmos não tendo racionalidade não seriam aptos a serem evangelizados.

As bases filosóficas repousavam em Aristóteles, segundo o qual haveria escravos natos – isto é – espiritualmente inferiores – esses deveriam ser governados pela força e pela coação. Para o cristianismo também era consequência do pecado (MORENO, 1976, p. 37).

Bartolomeu de Las Casas, desde que converteu-se, manteve suas posturas que em muitos casos divergiam de grande parte dos espanhóis, inclusive de muitos missionários de sua própria Ordem. Sepúlveda foi sem dúvidas, um dos adversários mais contundentes que o frei teve que fazer enfrentamentos.

Numa ocasião no ano de 1547-1548, quando Las Casas já havia retornado definitivamente para a Espanha e continuado a sua trajetória em defesa dos nativos, ocorreu um fato que ficou amplamente conhecido pela Europa, a “Controvérsias de Valladolid”, no qual foi convocada uma plenária pelo rei Espanhol Carlos I (1516-1556), para que fossem discutidos os argumentos que sustentavam a racionalidade do nativo ou a

⁶ Juan Ginés de Sepulveda: (1489-1556) Teólogo e doutor pela Universidade de Bolonha. Entra para a Ordem dos Dominicanos em 1519. Autor de várias obras em especial as que postulam a defesa da guerra justa contra os nativos da América.

sua não racionalidade. Para essa sessão, foram convidados especialistas e autoridades espanholas, assim como juízes e humanistas. Primeiramente teve a fala Juan Ginés de Sepúlveda, que teceu todos os seus argumentos embasados no clássico de Aristóteles de que os nativos eram servos por natureza e que por não serem detentores de racionalidade não era preciso esforços para tentar evangelizá-los, mas poderia submetê-los pela força, mesmo que para isso tenha que fazer a guerra, considerado por ele então como “guerra justa”.

Após todas as argumentações de Sepúlveda, Las Casas dá início às suas argumentações, fazendo a leitura de todos os elementos que julgava essenciais para que o rei fosse convencido de que os nativos encontrados nas novas terras eram detentores de racionalidade e que por isso deveria ser tratados como tal. Las Casas tecia seus argumentos a partir da realidade que havia vivenciado nas terras descobertas, pois na ocasião dessa disputa de ideias, ele demonstrava em sua fala toda a experiência vivenciada juntamente com os nativos, e por esse motivo ganhou grande admiração dos presentes.

Todos os argumentos expostos por Las Casas foram posteriormente publicados em “Oito tratados” e tornaram-se referência por toda a Europa. Nessas exposições Las Casas se posiciona como um evangelizador que pretendia “salvar” os nativos de modo que ao serem tratados como seres que possuem alma, deveriam ser evangelizados e salvos dos espanhóis corruptores, tornando-se componentes da igreja e súditos dos reis espanhóis. Mas para isso seriam precisas mudanças urgentes nas formas de organização e no tratamento dados aos índios, o que também requeria certas qualidades de quem se propusesse a ser o evangelizador desses índios, demonstrando desse modo toda a sua preocupação na forma de educar esses povos (MORENO, 1976).

Em sua defesa e argumentações, Las Casas insistia em dizer que todos os seres criados pelo Deus cristão possuem formas e faculdades que lhes são naturais. Sendo os nativos considerados por ele criaturas divinas, criadas por esse mesmo Deus, são eles, portadores dessas formas e faculdades que estão presentes em cada um, e por isso não são seres irracionais, mas com capacidades de entendimento e possuidores de razão.

Seguindo esse direcionamento, Las Casas demonstra que era preciso um modo atrativo para converter os nativos, e evangelizá-los/formá-los, e demonstra a sua preocupação de forma clara e objetiva, dizendo que não somente os nativos tinham racionalidade, mas que deveriam ser atraídos pelo entendimento, pela razão. Para Las Casas, essas formas de entendimentos são as capacidades que movem todas as criaturas ao

bem. Para ele, Deus, por meio dessas capacidades racionais move e atrai todas as criaturas ao bem, e é por meio delas que são capazes do entendimento de que são filhos de um mesmo criador, são portanto os princípios operativos que movem todos ao bem, assim esclarece:

[...] a premissa maior - a divina Sabedoria provê a todos os seres criados de tal maneira que não só os move às atividades ou obras naturais, mas lhes outorga generosamente, e em primeiro lugar, certas formas e faculdades que são os princípios operativos, para que por si mesmos se inclinem a tais atividades. E assim, os impulsos com que Deus move as criaturas lhes são naturais, convenientes, suaves e fáceis, como tendo em si um princípio de inclinação, em virtude do qual sua vocação natural e suave, do jeito que à pedra conferiu a força da gravidade, pela qual natural e suavemente tende para baixo (LAS CASAS, 2005, p. 62).

Essas faculdades, consideradas os princípios operativos para Las Casas, é o que para ele faz com que todos sejam atraídos a uma interação com o bem que emana de Deus, que é o criador desses princípios. Para o frade dominicano, essas faculdades devem ser atraídas de modo suave e delicado, assim como é para ele a própria faculdade que existe em cada ser. São para ele premissas que naturalmente são atraídas por Deus para o bem. Desse modo, as faculdades divinas que existem em cada ser humano são propriedades que mais cedo ou mais tarde se inclinam ao bem estabelecido por Deus.

Las Casas defende então que pelo fato de todos os homens terem essas premissas divinas, todos são por esse motivo, inclinados ao bem e não ao mal, como uma determinação de sua própria natureza. Sendo o nativo dotado de tais capacidades deveriam por isso serem atraídos por meio de outros homens que lhes apresentassem a palavra do evangelho, a praticarem o bem, seguindo assim o que a natureza ora lhe havia estabelecido:

[...] Assim, de certa maneira, as criaturas não apenas são levadas, mas vão delas mesmas aos fins apropriados, como obedecendo a uma tendência espontânea [...] Daí que cada ser, pela natureza que lhe foi divinamente dada, tende àquilo a que foi encaminhado pela divina Sabedoria, de acordo com a exigência da inclinação previamente recebida (LAS CASAS, 2005, p. 62).

Por entender que os nativos são dotados de racionalidade propõe o modo que julga correto de evangelizar deve ser idêntico para todos os povos, ou seja, da mesma forma com que eles buscavam pregar a fé entre os espanhóis haveria de ser feita para converter os povos nativos. Argumenta inúmeras vezes de que não existem modos diferentes, mas que todos por serem humanamente iguais, devem ser atraídos igualmente à religião.

Las Casas apresenta certa determinação e diferenciação a partir da individualidade de cada um, ou seja, cada ser é dotado de modalidades que se diferenciam uns dos outros, segundo o que faz parte de sua própria natureza, e assim o modo de atrair deve ser de acordo segundo essa natureza. Assegura que: "[...] o modo de mover e dirigir as coisas naturais ao bem de sua própria natureza é que se movam e se dirijam ou sejam atraídas segundo a modalidade e natureza de cada uma" (LAS CASAS, 2005, p. 64).

Seus argumentos eram sempre fundamentados na sua experiência de vida e, em especial, por ter presenciado os abusos cometidos aos nativos. A defesa da racionalidade dos nativos foi um dos elementos centrais para o mesmo desenvolver os planos e os objetivos educacionais para eles, pois com concepções diferenciadas haveria de ter processos de ações também diferenciadas.

Um das formas que encontrou de levar com maior profundidade os seus argumentos era segundo Mattasoglio (1991), o de desmentir, pois acima de tudo haveria de ter a verdade e para se ter a verdade era preciso desmentir tudo o que era contado sobre os nativos, e é por isso que tanto na controvérsia de Valladolid quanto em suas obras, se propõe a narrar sua experiência. Para Las Casas, a verdade que busca fazer conhecer é a de que os nativos são dotados de racionalidade e que por isso estão preparados e com as devidas competências para conhecer a verdade, e a principal verdade para ele é Cristo, e isso não é sem importância, mas é a verdade revelada pelo Deus.

Para Mattasoglio, o método adotado por Las Casas vai além do que era de costume, pois segundo ele: "[...] su método consiste em narrar la verdad de los hechos según el criterio de Jesucristo como "verdad". Em efecto, hace una teología por confrontación entre "el hecho y el derecho" bajo la "guía" del Evangelio (MATTASOGLIO, 1991, p. 4). Nesse caso, a verdade sendo a revelação de Jesus Cristo, torna-se uma obrigação de todo cristão revelar a verdade aos nativos e conduzi-los a esse mesmo caminho, que é o próprio Deus, por meio da Igreja.

No momento em que se encerrou a sessão, não houve pareceres favoráveis ou desfavoráveis a nenhum dos dois expoentes, ao menos por escrito. No entanto, pesquisadores no assunto, evidenciam que houve a tendência de aceitação dos argumentos de Las Casas, visto que meses depois da sessão as publicações de Sepúlveda foram retiradas de circulação e as obras de Las Casas foram posteriormente publicadas, o que o fez ser conhecido por toda a Espanha e Europa como um dos maiores defensores dos nativos.

De 1550 à 1552 em Sevilha na Espanha, escreve “*Apologia e controversia com Sepúlveda*”, na qual expressa toda a sua defesa aos nativos e expõe alguns dos seus argumentos que utilizou nessa discussão que teve o teólogo Juan Ginés de Sepulveda. Logo após essa discussão, em 1552, publica o que reuniu na obra “*Oito tratados*”, na qual fervorosamente busca argumentos jurídicos sempre ligados às suas posições teológicas, para a defesa dos nativos.

Além desse tema central que era a racionalidade do nativo, discutia de modo inseparável a guerra feita a eles, que deveria cessar. Do mesmo modo em que divergiam as opiniões em torno da racionalidade do nativo, essas discussões se estendiam desse entendimento para a ação que deveriam ter com eles. Se era lícito ou não fazer-lhes a guerra, também chamada pelos seus defensores como a “guerra justa”. Nesse sentido, a guerra como forma de dominação, ou o modo pacífico de tratamento aos nativos a fim de evangelizá-los entram em disputa nos debates educacionais, e Las Casas partindo principalmente dos argumentos da racionalidade busca de todos os meios a não aceitação da guerra.

3.2 Guerra justa: a naturalização da escravidão nativa

Desde que os espanhóis chegaram às Novas Terras as ações giravam em torno da guerra contra os nativos, a fim de primeiramente explorar toda a riqueza aqui encontrada. Las Casas, depois de sua conversão na qual abriu mão dos nativos que possuía como escravos, passou a fazer sua defesa e a escrever várias obras em que buscava convencer as autoridades que as guerras haveriam de cessar e que a paz e a harmonia haveria de reinar naquelas terras, sendo essa a vontade de Deus.

Nesse intuito, escreve uma de suas obras mais conhecidas “*Brevíssima relação de destruição das Índias*” que começou a ser redigida em sua vivência com o nativo, mas apenas terminada quando já estava na Espanha, foi publicada em 1552 e traduzida em várias línguas espalhando-se por toda a Europa e tornando-se uma poderosa arma contra os inimigos dos espanhóis, pois nessa obra, Las Casas relata tudo o que julga ser injusto e cruel no tratamento dado aos nativos, inclusive as constantes guerras aqui realizadas.

Como forma de conter a dominação e a injustiças cometidas pelos espanhóis colonizadores, Las Casas busca fazer intervenções contundentes a fim de que a guerra considerada por muito como lícita fosse substituída por outras formas de ação, que

levassem verdadeiramente à evangelização, algo que não acreditava acontecer em meio ao recurso de matanças e de guerras e destruições constantes.

Além de expor seus argumentos, empenhou-se em organizar projetos que visavam a realização de uma nova ordem, e nesse sentido, segundo Moreno (1976), é possível ter a percepção de um quadro evolutivo de seus pensamentos e projetos que buscou materializá-los durante a sua vida nas Novas Terras.

Las Casas demonstra seu pesar em entender que por mais que os espanhóis justificassem essa ação, o que mais queriam e buscavam era a submissão dos nativos para realizarem os trabalhos forçados na busca de metais preciosos e demais riquezas ali produzidas. Por isso mesmo, Las Casas toma posicionamentos que causam grande revolta entre os espanhóis nas Américas, sendo por isso hostilizado por muitos, e, em uma ação contra esses espanhóis, nega-lhes os sacramentos, especialmente quando se tornou bispo de Chiapas em 1546.

Mesmo antes de agir não ministrando os sacramentos como forma de convencê-los a não fazerem a guerra, Las Casas busca alternativas para resolver tal situação. Logo depois de sua conversão, seus posicionamentos são contundentes contra a *encomienda*, julgando que essa forma de organização não condiz com os preceitos cristãos e que os nativos haveriam de ter direitos reservados como seres humanos e não serem submetidos como escravos sem alma.

Suas ações repercutem na Espanha e são consideradas as motivações que levam o rei espanhol Carlos I em 1542-1543 a promulgar as “Leyes Nuevas” cuja consequência mais importante é a supressão do regime de *encomienda*, e a proibição da escravização dos nativos, no entanto, mesmo com essa lei, na prática a situação permanecia a mesma, não sendo colocada em ação, e as matanças continuaram a acontecer, e era o que motivava mais Las Casas a dar continuidade a seu trabalho realizando inúmeras viagens para a Espanha na busca de argumentar cada vez mais em defesa dos nativos.

Las Casas, pelas posturas assumidas, passa a fazer parte do Conselho das Índias como procurador dos índios e que toma posse de seu lugar nesse Conselho a fim de defendê-los contra o que julgava ser injusto. Nas várias sessões que participou sempre manteve-se ao lado dos nativos buscando sempre uma alternativa para seus intentos.

Na concepção de Las Casas haveria de ter nas Novas Terras meios persuasivos que garantissem a evangelização/catequização dos nativos, e que os mesmos se interessassem à uma nova forma de organização, que reconhecessem a autoridade da Igreja e também a

autoridade dos reis espanhóis, no entanto, para ele isso deveria acontecer de modo pacífico, e não com a guerra, mas sem violência física ou moral e que fosse respeitada a liberdade do nativo.

Para início de seus projetos de pacificação, haveria de ter por parte dos espanhóis a restituição de todos os bens roubados dos nativos e isso deveria ser feito para que tivessem condições de entender que as ações eram compatíveis com as práticas, ou seja, que a verdade revelada por Cristo (na qual pretendiam que acreditassem) era compatível com as ações ali realizadas pelos espanhóis. Essa instrução e recomendação é apresentada no Conselho das Índias em dezembro de 1517 sob o título “Instrucción para el Remedio de los índios e población de aquellas tierras”. Essa instrução, segundo Moreno (1976), tinha como um dos pontos centrais além da restituição dos bens aos nativos a argumentação de que são livres por natureza e que os restituindo de toda a exploração deveriam catequizá-los de modo pacífico e sem açoites.

Essa não teria sido a primeira de suas instruções para os representantes da Coroa espanhola, pois nos estudos biográficos realizados por Lewis Hanke (1961) revelam que foram inúmeras as cartas que encaminhava como instrução, e que grande parte delas está reunida em sua obra *Historia de las Indias*, que tornou-se um manual para investigações historiográficas do período.

Como não obtinha por parte dos espanhóis colonizadores e dos conselheiros partícipes do Conselho das Índias nenhuma manifestação que fosse favorável aos seus pedidos e solicitações, resolve colocar em prática seus ideais de modo ousado e muitas vezes até contraditório.

3.3 O projeto de *comunidades mistas*

Las Casas não obtendo pareceres favoráveis aos seus projetos, mesmo com suas argumentações, nos informa Moreno (1976) que o frei passa por um período de grande angústia, e a partir daí direciona seus esforços na elaboração de planos e busca colocá-los em prática, visando primeiramente à extinção do regime de *encomienda* e a sua substituição por outra forma de organização, com o nome de comunidades.

Entre o período de 1515 à 1518 propõe um projeto em que se estabelecia essas comunidades de forma mista, denominada de comunidades hispano-índias, pois via a

necessidade de que houvesse a mistura de raças entre os nativos e os espanhóis por meio de matrimônios, argumentando que os nativos, assim como eram capazes de ter o entendimento pela sua racionalidade, poderiam viver em comunidades que se enquadrassem aos costumes espanhóis, e isso se daria de modo especial por essas comunidades mistas (MORENO, 1976).

Para que houvesse essas comunidades era preciso que as famílias de camponeses espanhóis que viessem para as Novas Terras, empenhassem em fazer com que seus filhos e filhas contraíssem matrimônio com os nativos. Essa mistura e a procriação dessas famílias garantiria o crescimento demográfico dessas terras. Porém, afirma Bataillon e Saint-lu (1976) que seus planos estavam fadados ao fracasso, argumentando que: “[...] sus planes de reforma de 1516-1518 son, si se quiere, utopicos, porque no miden bien la resistência ciega de los intereses privados a todo cambio que discuta su privilegio” (BATAILLON; SAINT-LU, 1976, p. 10-11).

Seus intentos eram direcionados a organizar as comunidades de tal modo que cessassem o extermínio dos nativos e garantisse a harmonia entre ambas as culturas, apontava isso como uma possibilidade, pois ao substituir a *encomienda* [...] “Las Casas piensa que se pondrá fin a esse comportamiento destructos si, generalizando y racionalizando la práctica de asociación” (BATAILLON; SAINT-LU, 1976, p. 11).

Devido às circunstancia políticas, pode-se dizer que os planos de Las Casas frente a realidade era de certo modo ilusório, pois buscava: “[...] recursos para adaptar a cada situación um remedio apropiado y tratar – com algunas ilusiones – de armonizar los intereses legítimos de los indios, de los colonos e del Tesoro real”. (BATAILLON; SAINT-LU, 1976, p. 12).

Em outra suposição, seus planos consistiam além da mistura das raças a organização de comunidades em que cada espanhol colono teria sob seu domínio certa quantidade de nativos e seria o responsável por suas vidas, o que para Las Casas colocaria fim ao etnocídio irresponsável. Esses nativos trabalhariam na extração dos metais preciosos e nas plantações que garantiriam o alimento. Um quinto de tudo o que era produzido ou extraído da natureza seria recolhido pelo colono, deixando uma parte considerável para os nativos e outra parte seria paga à Coroa espanhola.

Las Casas chama essas pequenas comunidades que idealiza como “famílias”, tendo entre eles o “pai de família”, que seria o colono espanhol; essa seria a base da sociedade e

o que para ele certamente garantiria as condições de evangelização e a harmonia pretendida.

Para colocar seu plano em ação, Las Casas apresenta seu projeto ao Conselho das Índias no qual é recusado pelo mesmo. Depois de muitas insistências e consecutivas respostas negativas, Las Casas empenha-se em fazer apelos diretamente ao rei da Espanha Carlos I, modificando alguns aspectos de seus planos, passando a dar maior ênfase aos benefícios concedidos à Coroa espanhola, no aumento de sua porcentagem da produção. Como defendia a racionalidade dos nativos e que os mesmos tinham as capacidades para se organizarem como pretendia, idealizou que realizariam os trabalhos na extração dos metais preciosos, na plantação, e após os trabalhos já determinados dedicariam algumas horas diárias para o convívio comunitário.

A fim de concretizar seu projeto de colonização pacífica, leva consigo alguns frades dominicanos e outros franciscanos para as Ilhas onde pensava ser possível a realização de suas ideias. Assim como nos esclarece Bataillon e Saint-lu (1976) para Las Casas “[...] es urgente tranquilizar a los índios para persuadilos a que vivan en las aldeas como libres vasallos del Rey” (BATAILLON; SAINT-LU, 1976, p. 16).

Em seu propósito tem que resistir, sobretudo, aos espanhóis *encomendeiros* e a todos os que se demonstram contra seus objetivos inclusive missionários de sua própria ordem que iam contra suas ideias e seus posicionamentos. Porém, as comunidades idealizadas por Las Casas nem chegaram a funcionar, nem sequer existiram. Enquanto realizava suas viagens em busca de adeptos às suas propostas, deixou na região de Cumaná alguns missionários que se empenhariam em levar a frente as comunidades idealizadas, porém, quando retorna ao local, se depara com o desastre e a destruição desse território, pois os nativos daquela região, exaustos com as atitudes de espanhóis saqueadores que ali chegaram, incendiaram todos os armazéns e se defenderam matando muitos dos espanhóis, inclusive os missionários que ali estavam.

Decepcionado com o ocorrido, Moreno (1976) afirma que Las Casas passa por um momento de abandono de suas doutrinas de possibilidades políticas de organização. O ideal que pretendia era uma vivência harmônica a partir de sua visão de estrutura social enraizada pelo modelo fundamentado na Idade Média, porém, julgava que suas pretensões foram mal direcionadas, e por isso acreditava que: “[...] se vio castigado por haber fundado sobre la evangelización de los índios um gran negocio financeiro tendente a su exploración” (BATAILLON; SAINT-LU, 1976, p. 21).

Segundo Cervo (1975), o pensamento político de Las Casas, em suas posições relativas à ideia de serviço de Deus e do Rei não são muito claras, sofrendo uma evolução por meio da qual se adaptam às circunstâncias do momento. Declara-se pessoalmente um grande servidor de Deus e do Rei, quando defende diante da corte seu projeto de colonização pacífica, e nisto sua atitude se conforma com a maioria dos espanhóis que utilizam nessas terras, a ideia de serviço para chegarem a seus fins, sejam quais forem. Porém, ao propor que seja cobrada dos nativos uma parte da produção ou dos metais preciosos extraídos e entregues aos colonos e ao rei espanhol, pode-se evidenciar que a organização na qual propunha estava de acordo com a sua mentalidade medieval e que Las Casas apenas a reproduziu em seus projetos (CERVO, 1975).

Nesse projeto que se empenha em levar à frente, como um ideal de organização pacífica, seria para ele o modo mais apropriado de se concretizar a formação cristã desses nativos, pois estariam vivendo em harmonia, reconhecendo pela razão o poder real no qual pela lei natural haveriam de ser seus vassallos e reconhecendo os espanhóis como seus senhores, no qual devia ter o respeito como seus responsáveis, o que correspondia aos servos na organização medieval.

Descontente com o fracasso e mesmo tendo abandonado por um tempo a sua atuação política, Las Casas não se abstém da realidade que o circunda, pois não desiste de suas pretensões, mas já não se empenha tão ferozmente na organização dessas comunidades, apenas permanece na luta incansável de defesa dos nativos contra as injustiças cometidas pelos colonizadores espanhóis.

Nesse período que se manteve de certo modo afastado, dedica-se a dar continuidade em suas obras, sempre escrevendo com a mesma finalidade, a de mostrar que o que ocorria nas Novas Terras não era a vontade divina e que mudanças haveriam de ocorrer para que tanto os nativos quanto os espanhóis pudessem viver em paz. A paz aos nativos correspondia a terem a oportunidade de encontrar a verdade que para Las Casas era o próprio Deus, e a paz aos espanhóis estaria na concretização de uma nova conversão, pois para Las Casas o que faziam eram ações de quem estava em pecado perante esse mesmo Deus.

Já no ano de 1544 o frei Las Casas é convidado a assumir a Diocese de Chiapas, o mesmo já havia recebido outros convites, mas os recusava por acreditar que poderia desenvolver um melhor trabalho como missionário e não com algum poder hierárquico.

Neste mesmo ano assume a Diocese, não sendo essa posse de agrado de todos, pois durante a sua trajetória angariou muitos adversários, em especial em sua própria Ordem.

Sendo bispo, uma de suas primeiras ações foi a de não realizar o sacramento da absolvição aos espanhóis que tinham sob o seu poder nativos na forma de escravos. Essa atitude gerou grande revolta dos espanhóis colonizadores e teve grande repercussão em todos os territórios próximos, chegando até aos superiores da Ordem, que estando divididos entre as posições a serem tomadas, os repreenderam, lhe recomendando que poderia ser mais cauteloso em seus posicionamentos (FERNANDEZ, 1984).

Sua grande preocupação e o que levou a ter essa atitude foi perceber que do modo como estava organizada a colônia, não seria possível a evangelização desses nativos, pois os mesmo convivendo com a guerra e tendo que submeter-se aos trabalhos forçados como escravos, sendo vítimas das cruéis formas de tratamento, não teriam condições de entender o que para Las Casas era essencial do evangelho, o que salienta Mattasoglio:

[...] Con la evangelización llevada a cabo por estos cristianos injustos nace la posibilidad de que sus evangelizados, los índios, aprendan un comportamiento mentiroso e hipócrita. Pero en los índios, curiosamente hay un interesante crecimiento de la bondad unida a la dignidad, y em esse sentido el objetivo corruptor de los cristianos no se cumple sino que tiene a ser superado (MATTASOGLIO, 1991, p. 17).

Para Las Casas, a urgência de mudanças nas atitudes dos espanhóis era imprescindível, pois via nos nativos a plena possibilidade de conversão. Para ele, os nativos eram dotados de muita bondade e dignidade imensurável, e temia que essas qualidades dos nativos se perdessem vendo tamanha crueldade daqueles que se diziam cristãos e que deveriam estar ali para o trabalho de evangelização.

Não suportando as pressões pelas quais estava passando como bispo, devido às atitudes que tomava, resolve abandonar a diocese e transferir-se definitivamente para a Espanha, pois acreditava que estando mais próximo dos poderes reais, teria maiores possibilidades de convencimento para os remédios a seres aplicados nessas terras.

No ano de 1546 Las Casas cruzou definitivamente o oceano e chegou à Espanha para lá ficar até sua morte. Passou ali mais vinte anos de sua vida num mosteiro de sua própria Ordem. Continua a sua dedicação aos escritos como constantes tentativas entre as autoridades de amenizar os sofrimentos dos índios das Novas Terras.

Para Cervo (1975) Las Casas em seus posicionamentos não negou em nenhum momento o rei da Espanha e o seu poder sobre os povos das Novas Terras, mas pelo contrário, sua relação com os reis era de grande estima de ambos os lados. Apesar das fortes condenações que fazia dos métodos utilizados na conquista e de suas posições a respeito da igualdade de racionalidade dos nativos e de seu direito natural, sempre acreditou que fosse possível a harmonia nesse processo e na real possibilidade da realização do serviço no qual acreditava que a Espanha tinha o dever de realizar. Provavelmente não tenha se atentado aos legítimos direitos dos nativos.

Podemos inferir desse modo que Las Casas preocupa-se com a sorte dos nativos, mas de modo algum rechaça a ordem que deveria ser estabelecida, de domínio que acreditava ter que ocorrer para que houvesse a harmonia e assim fosse possível a evangelização/formação. Pois da maneira como estava ocorrendo, a evangelização seria impossível.

Para além dessa preocupação de ordem maior, Las Casas foi bastante minucioso ao propor uma reforma nas estruturas organizacionais mais amplas, quando expõe o modo didático como deveria se dar o processo de formação/evangelização. Nesse intento é que escreve grande parte de suas obras e, em especial, uma delas que dedica-se plenamente em discorrer de modo sistemático todos os argumentos e elementos essenciais que deveriam se dar para que realmente se concretizasse o processo de evangelização, o fim para o qual acreditava que os espanhóis dominaram essas terras.

Essa obra minuciosa foi intitulada por ele como: *Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião* que começou a ser escrita em meio aos nativos possivelmente entre os anos de 1514 à 1519 e nos é apreciada como a expressão mais contundente do modo como deveria acontecer o processo de formação dos nativos. Dessa obra, restou-nos apenas três dos capítulos, começando a partir do quinto, pois os quatro primeiros capítulos nunca foram encontrados.

É fato perceber que o próprio título já expressa o seu conteúdo, e de modo sistemático, Las Casas relata todos os preceitos de como pela razão há de se converter esses homens para que, pela sua grande capacidade para aprender, sejam levados e persuadidos a crerem, e que esse modo deverá ser ao contrário do que os mesmos veem como tratamento.

Além de focalizar repetidas vezes no modo como os nativos devem ser atraídos à religião, Las Casas se preocupa em demonstrar quais são as qualidades que deveria ter os

que se empenhassem nessa missão de evangelizar. São requisitos que para ele tornaram-se imprescindíveis para qualquer que se propusesse a esse trabalho.

3.4 Las Casas e a tese da capacidade nativa de assimilar as verdades cristãs

A grande preocupação de Bartolomeu de Las Casas, causa na qual se empenhou desde a sua conversão até o seu falecimento no ano de 1566, nas idas e vindas à Espanha, foi a defesa incondicional dos nativos. Para isso, buscou utilizar-se de todos os argumentos que favorecessem suas justificativas sobre como respeitar a cultura dos nativos e, sobretudo, de convertê-los à fé cristã.

Nessa perspectiva, é que escreve grande parte de suas obras, inclusive a já mencionada fonte desta pesquisa, “*Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião*”. Neste livro, demonstra e argumenta de modo muitas vezes redundante e repetitivo como os povos devem ser atraídos à religião. Logo na primeira parte deste livro, Las Casas apresenta sua tese maior:

O modo estabelecido pela divina Providência
Para ensinar aos homens a verdadeira religião
Foi único, exclusivo e idêntico
Para todos os mundos e todos os tempos,
A saber: com razões persuadir o entendimento
E com suavidade atrair e exortar a vontade.
E deve ser comum a todos os habitantes da terra,
Sem discriminação alguma em razão de seitas,
Erros ou costumes depravados (LAS CASAS, 2005, p. 59).

Nestas primeiras palavras, Las Casas já demonstra sua perspectiva, de que existe apenas um único modo de ensinar a fé, e que este foi estabelecido pelo Deus cristão, ou seja, o modo como ensinar e atrair os povos à religião e à fé, não é algo que fora criado pelos homens, mas trata-se de um modo estabelecido pela própria divindade e que serve para todos os povos.

Enfatiza que os nativos não poderão ser discriminados por sua forma de vida ou por seus costumes, e que os ensinamentos não poderiam dar-se por meio do que considera como violências, injustiças e maus tratos. Esse foi um dos maiores argumentos que Las Casas utilizou para defender a formação do nativo e protegê-los das ações que julgava agressivas, realizadas pelos espanhóis colonizadores. Esforçou-se a fim de buscar razões

teológicas e jurídicas que pudessem amparar a vida dos e refutar as teorias que admitiam a penetração em todos os Impérios (ESTEVE BARBA, 1964).

Las Casas, juntamente com missionários franciscanos, compara os acontecimentos com as passagens bíblicas, salientando que os espanhóis colonizadores, ao adentrarem à essas terras, se assemelham à lobos famintos em meio à brandos cordeiros, totalmente gananciosos e que não mais apresentavam temor aos preceitos religiosos (GUTIERREZ, 1995). Denunciava que muitos deles nem chegavam a apresentar os preceitos cristãos, nem mesmo se davam ao trabalho de convencimento ou de conversão aos nativos, mas de imediato os torturavam, escravizavam e matavam. Em um dos seus relatos expressa as atitudes dos espanhóis dizendo:

[...] Nestas mansas ovelhas, e com as sobreditas qualidades dotadas pelo seu Feitor e Criador, entraram desde logo os espanhóis, mal as conheceram, como lobos e tigres e crudelíssimos leões famintos de muitos dias. E outra coisa não fizeram de há quarenta anos a esta parte, até hoje, e no próprio dia de hoje não fazem senão despedaçá-las, matá-las, angustiá-las, afligi-las, atormentá-las e destruí-las por via das entranhas e novas e variadas e nunca vistas e nem lidas formas de crueldade.” (LAS CASAS, 2005, p. 43).

As características dos colonizadores são a de que nunca se demonstraram como pessoas que pudessem auxiliar os nativos no sentido de convertê-los à fé, pelo contrário, o que fizeram foi buscar incessantemente o ouro que existia: [...] tratavam os índios como se fossem animais sem utilidades, depois de mortos, lamentavam sua falta unicamente por causa da falta que faziam nas minas de ouro ou em outros trabalhos, porque procuravam enriquecer-se com o sangue daqueles miseráveis (GUTIERREZ, 1995, p.38). Nessa mesma perspectiva, afirma Las Casas que:

A causa por que os cristãos mataram e destruíram tantas e tais e um tão infinito número de almas, foi somente a de terem como fim último o ouro e a fim de se fartarem de riquezas em breves dias, e de subirem a estados muito elevados e sem proporção com as suas pessoas, quer dizer, pela insaciável cobiça e ambição que tiveram, que foi maior do que no mundo alguma vez pôde ser (LAS CASAS, 1997, p. 45).

O que mais causa indignação de Las Casas são os maus tratos dados a esses homens que os acolheram tão amigavelmente. Por isso condena e relata insistentemente que:

[...] A tirania que os espanhóis exercem contra os índios na extracção ou pescaria das pérolas é uma das cruéis e condenadas coisas que no mundo pode haver. Não há vida infernal e desesperada neste século que se lhe possa comparar, ainda que

a de extrair o ouro nas minas seja em seu gênero grandíssima e péssima (LAS CASAS, 1997 p. 35).

Para Las Casas, haveria de cessar as guerras nas quais muitos dos nativos morrem inocentes, sem nem mesmo chegam a compreender o que está acontecendo, de tão aterrorizados que ficam (GUTIERREZ, 1995). Expõe que são extremamente inocentes, que levam uma vida tão saudável e longe das perturbações que estão por isso mais próximos da vivência da fé do que aqueles que se dizem cristãos e pregadores do evangelho.

Quanto a isso, para Las Casas, um dos elementos constituintes para uma boa vivência da fé, seria a leveza da alma e a luta contra as perturbações do mundo. Porém, às situações vivenciadas naquele momento atrapalhariam sobremaneira a possibilidade de convivência segundo os preceitos cristãos, pois, para ele, os espanhóis colonizadores já estavam entregues aos deuses da riqueza e da ganância.

O frade, convivendo com os nativos, defende não apenas a aptidão que estes possuem para receber as notícias do evangelho, como também postula que são bem mais disciplinados contra as perturbações da alma, algo que, se não possuíssem, poderia atrapalhá-los no processo de evangelização, assim demonstra:

[...] se sobressaem pela sobriedade e moderação na comida e na bebida, pela harmonia controlada e pelo comedimento nas inclinações às coisas sensíveis e aos vícios, pela falta de inquietação e preocupação excessiva com as coisas temporais, pela ausência ou domínio dos impulsos desordenados (de maneira bem deliberada, devido a certa compleição natural favorável), essas perturbações sendo causadas pelas paixões da alma, como a ira, a tristeza, a dor e outras semelhantes. Enfim, destacam-se por obras admiráveis e muito bem fabricadas com habilidades surpreendentes, que realizam com destreza manual (LAS CASAS, 2005 p. 58).

Dessa forma, mais uma vez Las Casas deixa claro que os indígenas estão aptos a serem evangelizados e que não é por meio de violência e de temor que irão se render ao cristianismo, mas como vivem em mansidão, será por esse mesmo meio que poderão então ser atraídos à religião. Segundo o frade dominicano, pela violência, eles apenas ficarão irados e isso não trará benefícios aos nativos, mas pelo contrário estimulará a raiva e a ira contra os que vieram trazer a paz professada pela Igreja Católica. E assim aponta mais uma vez como deve ser o atrativo: “[...] e a sabedoria divina expõe, isto é, prega e ensina a suavidade do Evangelho, é claro que estabeleceu um modo de pregar a lei evangélica,

conforme a suavidade da mesma lei, ou seja, delicado, suave e doce” (LAS CASAS, 2005, p. 63).

Para Las Casas, os índios tinham grande competência para receber os ensinamentos do qual se propunham, e argumenta que apenas necessitam de pessoas que lhes expliquem os preceitos da religião cristã. Se assim fizessem, os espanhóis estariam cumprindo a sua missão que era a única causa que poderia justificar sua presença nessas terras, nesse sentido contribui Lewis Hanke para o entendimento:

[...] que los indios eran racionales que podian ser convertidos a la fe, y que esta conversión debia llevarse a cabo por medio de una predicación pacifica de los espanoles que hiciera comprender realmente a aquellos la doctrina cristiana, y que no bastaba bautizar a los indios que carecian de instruccion del gobierno religiosa. Asimismo, insistio en que la unica justificacion del gobierno espanol en America era el cumplimiento de la mision de convertir a los indios a la fe (LEWIS HANKE, 1992, p. LXXIV).

Não agindo de modo coerente com os princípios do evangelho, estariam os espanhóis, além de não cumprirem o principal motivo pelo qual vieram a essas terras, violando os direitos humanos que são fundamentais, o direito à vida e o direito a liberdade (GUTIERREZ, 1995).

Assumindo a sua posição, salienta que os povos nativos teriam o direito adquirido de fazer guerra justa contra os espanhóis e até de varrer-lhes para fora da terra. No entanto, entendeu-se que fazer a guerra não era uma intenção de Las Casas, pois o que almejava era o reconhecimento e o respeito aos direitos dos índios, tratando antes de tudo de uma ação de pacificação e de convivência humana entre aqueles que são racionais de modo natural (GUTIERREZ, 1995).

Em seu modelo de pacificação, Las Casas expõe de modo objetivo o modo que deveria ser realizada a formação desses nativos, além de reafirmar inúmeras vezes que o nativo é dotado de racionalidade e que por isso a sua formação deveria partir desse pressuposto e se dar de modo doce, brando, delicado e sem açoites, Las Casas demonstra mais detalhadamente como deveria ser esse processo formativo dando explicações de como os conhecimentos se realizam, das preposições que são naturais aos homens e que são propícias ao entendimento.

3.5. Las Casas: a racionalidade nativa e a sua propensão para o bem

Desde o momento da conquista desses territórios, Las Casas evidencia em sua obra que os nativos concebem os espanhóis como que tivessem “vindo do céu”, os tratando com bom grado, oferecendo a estes o que possuíam.

Essas atitudes dos nativos é para Las Casas o suficiente para compreender que eram dotados da virtude da bondade por sua própria natureza, algo que para ele era dom divino que o Deus criador introduziu a toda criatura humana. Juntamente com a racionalidade prevê que pela sua própria natureza são capazes de receber o conhecimento e a doutrina da fé.

Na interpretação de Mattasoglio (1991), os nativos possuem as virtudes da prática do bem já que demonstram isso no tratamento que dão aos espanhóis, e o que seria necessário era receberem os ensinamentos da fé, e não as virtudes, ou seja, era preciso que os espanhóis entendessem que ao contrário do que pensavam, não seria necessário os ensinamentos para serem bondosos, pois essa qualidade eles já tinham, o que era preciso era o ensinamento da fé para crerem em um único Deus, da qual emanavam essas virtudes, pois estas eles já possuíam, esclarece-nos que: [...] “o que deverá ser dado então aos índios é a fé no sentido de conhecimento, porque para ele a prática dessa fé, eles já têm, pois amam o inimigo” (MATTASOGLIO, 1991, p. 12).

Nessa mesma perspectiva, o mesmo autor, evidencia em Las Casas dois aspectos importantes sobre os nativos que são fundamentais, um deles é a capacidade ontológica dos índios em receber a fé e a outra é a sua preparação funcional para o recebimento dessa fé. Essas premissas são observadas e apontadas pelo frei dominicano quando o mesmo busca testemunhar a sua experiência na vivência com esses índios, e relata que se os valores evangélicos se baseiam no amor e na bondade, são os espanhóis que nesse caso são convidados a aprender essas virtudes com os nativos, pois os mesmos são testemunhos vivos da vivência dessas virtudes (MATTASOGLIO, 1991).

Segundo Las Casas, para serem estimuladas essas virtudes, faziam-se necessários os meios que propiciem o seu desenvolvimento, o conduzindo ao entendimento das mesmas e assim, pelo seu livre arbítrio, pudessem voluntariamente (pela tendência natural) chegar a viver em plena felicidade, e isso não poderia ser realizado de modo violento e com furor:

[...] A criatura racional nasceu com aptidão para ser movida, conduzida, dirigida e atraída branda e docemente, delicada e suavemente, por causa da liberdade de seu livre arbítrio, para que voluntariamente escute, voluntariamente obedeça, voluntariamente dê a sua adesão e submissão [...] Portanto, o modo de mover e

dirigir, de atrair e conduzir a criatura racional ao bem e à verdade, à virtude, à justiça, à fé autêntica e à verdadeira religião deve ser conforme ao modo, à natureza e à condição dessa criatura racional. Ou seja, brando, delicado e suave, de sorte que espontaneamente, por livre escolha, com sua índole e capacidade naturais escute as coisas que lhe são propostas e anunciadas a respeito do fim, da verdadeira religião, da verdade, da justiça e de tudo o mais que concerne à fé e à religião (LAS CASAS, 2005, p. 64).

Em seu raciocínio, esses homens inclinados ao bem proveniente de Deus seriam capazes de racionalmente expressar esses bens aos demais para que também pudessem ter esse entendimento e poder usufruir desses benefícios divinos. Isso poderia ser feito de imediato por meio da linguagem. Assume-se desse modo, que todos os homens sejam eles cristãos ou não cristãos tenderiam a demonstrar e expressar esse princípio divino do bem a todos os demais homens. Portanto, para Las Casas, sendo os espanhóis cristãos, considerados como gozadores de uma “moral superior” estariam obrigados a predicar a mensagem do amor dos evangelhos como algo que o próprio Deus lhes havia confiado, ou seja, o cuidado com o próximo, para assim poder iluminar a razão dos nativos (CHAPARRO, s/d).

Partindo dessa compreensão de que todos são dotados de capacidades que são inatas e de natureza divina, propõe que haja o estímulo exterior e a vontade que os levem a conhecer e optar voluntariamente àquilo para o qual foi destinada a sua vida. Mas para que conheça a si mesmo e o caminho da fé que deva seguir faz-se necessário que seja encaminhado a esse bem, de maneira conveniente e com mansidão, assim como os nativos mesmos viviam, sem violência e furor. Por isso é que sempre reforça o modo como se deve acontecer esse processo:

[...] Seja, porque, segundo a condição da natureza e devido ao livre arbítrio, a maneira conveniente e natural à criatura racional é que se mova, oriente e encaminhe ao seu próprio bem docemente, com amenidade e brandura, e este movimento lhe seja suave, delicado e conatural, uma vez que tende e se prende àquele bem de forma espontânea, e não menos que os demais seres criados (LAS CASAS, 2005, p. 65).

Voltando-se ao bem, as premissas naturais levam os seres humanos a serem bondosos e a terem uma vida virtuosa, e sem perturbações, assim como o próprio Deus, segundo Las Casas, desejou a toda a humanidade. Essa inclinação que para ele é natural, faz parte da natureza dos nativos e por isso deverão ser estes tratados como tal. Assim utiliza-se dos argumentos de Dionísio em *Os Divinos* e Santo Agostinho no livro *Cidade de Deus*:

Como Deus é bondoso e todas as coisas provêm dele, assim também todas as coisas criadas, conforme a vocação recebida do Criador, inclinam-se a desejar o bem, ou seja, à sua perfeição, pois a atividade própria de cada ser é a sua finalidade, advindo-lhes como sua segunda perfeição. Por isso, aquele que está bem inclinado à sua própria atividade, e assim, à finalidade que Deus lhe prefixou segundo seu modo de ser, é chamado de virtuoso e bom. Daí se descobre nas coisas certo processo circular: saindo do bem, ao bem retornam (LAS CASAS, 2005, p.62).

Segundo o frei dominicano, tendo então um Deus que é bondoso, ele demonstrou primeiramente a sua bondade pelas divinas premissas que colocou em cada ser humano, e por isso cada um tem a tendência de ser bom, assim, justifica mais uma vez o modo de atrair os homens à religião. Segundo ele, somente com brandura é que os homens tenderão a ser também bons, ou seja, quem saiu do bem ao bem voltará, essa é uma tendência natural.

[...] Há nos homens outro germen ou princípio natural. E esse é o verdadeiro preâmbulo da fé, isto é, o desejo natural de conhecer a verdade - sobretudo a respeito de Deus - para agir e viver segundo a virtude, e também o desejo de alcançar o bem supremo, ainda que permaneça impreciso e pare apenas na semelhança de Deus. Em virtude dessas aspirações, desejam naturalmente unir-se ao seu princípio, porque nisso consiste a perfeição de cada criatura (LAS CASAS, 2005, p. 83).

Porém, para que se chegue a tais faculdades do bem devem os nativos serem atraídos a tal, ou seja, existe a faculdade natural, que são os princípios próprios dos seres humanos, mas também se faz necessário que ele seja atraído a se desenvolver.

No entendimento de Las Casas, estando os espanhóis nas novas terras, deveriam fazer uso do evangelho para atrair a todos à religião, e não agirem do modo que considerava desumano como faziam. Em seus pronunciamentos, demonstra grande preocupação em fazer-se entender a racionalidade dos nativos e que por isso deveriam ser respeitados. Fortalece a sua defesa dando explicações de como os conhecimentos se realizam nos homens.

Considera Las Casas que para ter a fé é preciso antes de tudo que se tenha o conhecimento, e esse conhecimento apenas se realiza de duas maneiras: a primeira, por espontaneidade natural; a segunda, de modo voluntário. As preposições naturais são, para Las Casas, aquelas que os homens já têm ao nascer, a aptidão todos possuem, inclusive os indígenas, pois a mesma faz parte da própria racionalidade humana, diz que:

[...] as proposições são entendidas de modo natural, porque o intelecto, por sua própria natureza, ou seja, pela força ou luz do intelecto agente, nasce com aptidão para as conhecer sem que preceda raciocínio algum, bastando a percepção prévia dos termos (LAS CASAS, 2005, p. 70).

Apresenta assim a prévia disposição para o entendimento, que não há a necessidade de preceder a um raciocínio para o entendimento daquilo que lhe é apresentado, pois pela própria proposição natural é possível inclinar-se para aquilo que é bom e agradável, pois isso faz parte da própria natureza humana. Na defesa dos nativos, os coloca como os que, como também filhos de Deus, possuem essa naturalidade como os demais homens da terra, e mais uma vez, utiliza-se desse argumento para estabelecer que deva ter apenas um modo de atrair os homens à verdadeira religião, pois se todos são criados da mesma forma e com as mesmas proposições, logo o modo de atrair é o mesmo.

Las Casas admite que além dessa, existe nos seres humanos outra proposição, a voluntária. Em seu entendimento, pressupõe que o meio externo na qual há a vivência natural dos seres humanos, são manifestadas ações que ao serem recebidas pelo sujeito, este não os recebe como verdades, mas necessita de uma reflexão, de um raciocínio para que então possa determinar se aquilo que fora apresentado é verdadeiro ou não. Assim salienta:

[...] São conhecidas de modo voluntário aquelas proposições que não manifestam imediatamente como verdadeiras ao nosso entendimento, precisando de algum raciocínio prévio para se crer que são verdadeiras. E assim o entendimento não as admite como verdadeiras a não ser querendo, e porque voluntariamente e de propósito raciocinou suficientemente sobre elas (LAS CASAS, 2005, p. 70).

Para além disso, Las Casas entende que, para o homem chegar a esse entendimento, que se dará por meio da reflexão, faz-se necessário que exista a vontade, pois é por meio da vontade que foi instigada pelas formas apresentadas (meio externo) é que favorecerá o raciocínio a refletir o suficiente para que se acredite naquilo pelo qual se propõe que se creia.

Nesse processo de aprendizagem, salienta que se a inteligência ainda não se decidiu se aquilo que ora lhe é apresentado é digno que se creia, a vontade a move e impulsiona a dar assentimento ou a crer. (LAS CASAS, 2005). Dessa forma, quando há a relação entre as duas formas de entendimento é que é possível chegar a um assentimento, ou seja, chega-se a crer naquilo que lhe foi apresentado. Isso é o que se dá por meio de proposição natural,

ou seja, por aquilo que já temos uma predisposição por natureza e aquilo que é refletido por espontaneidade e pela vontade. Com a junção destas duas preposições é possível chegar ao conhecimento, e uma vez que se chegue a esse conhecimento ele se fixa na preposição que ora é inteligível - e isso é o assentimento, o que de maior valor tem no ser humano - a racionalidade. Assim demonstra:

[...] porque o entendimento, antes de elaborar um conceito inteligível, questiona e duvida. Mas, uma vez formado o conceito pela razão, cessa a busca, e o entendimento emite seu julgamento e se fixa na proposição que entendeu. É quando se diz, então, que o entendimento dá um firme assentimento. Por esse discurso da razão, precisamente, os homens se chamam racionais (LAS CASAS, 2005, p. 70).

Portanto, Las Casas ao tratar da vontade a coloca numa relação direta com a inteligência, pois é essa inteligência que faz do homem um ser racional, se sobrepondo à vontade. Com efeito, a vontade se move de acordo com o bem que lhe é apresentado pela razão e a bondade. A vontade depende da razão como depende do objeto. (GUTIERREZ, 1995).

Essa vontade apenas seria conquistada pelos meios pacíficos na qual pressupunha que existisse nas Novas Terras, algo que não presenciava. Seus intentos eram os de fazer com que espanhóis tivessem sempre ações com os nativos que lhes atraíssem suas vontades, demonstrando por meio de suas atitudes que suas propostas de catequização/formação eram verdades a serem acreditadas.

Las Casas, para além de defender a racionalidade do nativo, busca demonstrar que as possibilidades de catequização/formação apenas poderão ser viabilizadas por meio dessa mesma razão, e que não há outro caminho para o processo de entendimento que não seja por atrair as vontades dos nativos fazendo com que os mesmos possam dar seu assentimento, e nesse processo de estimular as vontades a fim de que haja o assentimento, apenas seria possível com a presença de um mestre, que soubesse usar a retórica, conquistasse o ânimo de seus ouvintes e que tivesse a paciência em dar o tempo necessário.

4. O MESTRE E A RESPONSABILIDADE PELO PROCESSO FORMADOR

Não seria de qualquer modo que os espanhóis, segunda Las Casas conseguiriam atrair e conduzir os nativos para a religião, mas teriam que saber do processo no qual esses nativos teriam a possibilidade de conhecer a fé cristã que tinham a pretensão de lhes ensinar.

Desse modo, Las Casas elabora uma forma didática de catequizar/formar os nativos ao bem que acreditava ser a cristianização dos mesmos. Bem de acordo com os princípios de seus planos de colonização pacífica, exalta em especial que os nativos por serem dotados de racionalidade teriam que ser tratados como tal, de modo que, pelos exemplos dos que se propusessem a serem seus mestres, aderissem ao bem que lhes era proposto.

Não somente pelos ensinamentos os nativos seriam levados a conhecer os preceitos da religião, mas essa ação seria de fundamental importância. Ao serem ensinados e tendo possibilidades de compreender os preceitos religiosos pelos exemplos de seus mestres, haveriam de aderir de modo espontâneo ao bem na qual eram criados e inclinados. O modelo pedagógico proposto por Las Casas é detalhado e organizado de acordo com o que acreditava ser o modo mais conveniente de catequizar/formar, pautados essencialmente na racionalidade do nativo.

Do mesmo modo como demonstra o processo de entendimento pelo qual poderá ser possível a catequização/formação dos nativos, Las Casas não deixa de exaltar e dar especial importância àquele que seria um dos responsáveis por esse processo formativo – o mestre pregador da fé.

A este caberia a tarefa indispensável em participar da formação do nativo de modo ativo, porém, haveria de ter algumas qualidades que seriam imprescindíveis em sua atuação, que além de ter uma expressiva retórica, haveria de conquistar o ânimo dos ouvintes, ter ações pacíficas, mansas e, sobretudo, não ter pressa, dando ao nativo o tempo necessário para que se convertessem.

Para além dessas qualidades específicas, era preciso que o mestre tivesse a compreensão do meio no qual seria possível a consolidação do entendimento, que se daria, sobretudo, pela vontade, pela liberdade e pelo assentimento da inteligência.

4.1 Liberdade e vontade: condições fundamentais para a realização do fenômeno educativo

Las Casas é bem claro ao explicar que a inteligência é a parte do raciocínio que julga, ou seja, é na qual os homens têm a capacidade de refletir e de determinar as ações e crenças. A vontade é a parte que quer, que está nos sentidos, que não raciocina, apenas deseja, assim sentencia:

[...] A propósito disso, havemos de considerar que quando se diz aqui que a inteligência raciocina e entende de modo voluntário - o que, aparentemente, compete somente à vontade - nós o afirmamos porque a inteligência é o primeiro princípio do ato humano, o qual contém a raiz da liberdade (embora sejam dois princípios, a inteligência e a vontade). Todo o fundamento da liberdade reside no modo de conhecer, porque na medida em que a inteligência julga, a vontade quer; de tal maneira que, se a inteligência não emite julgamento algum, a vontade não escolhe nem quer nada. Ao conhecimento segue o desejo, pois só existe desejo do bem que a inteligência propõe. A vontade não pode escolher ou querer o contrário daquilo que a inteligência sentenciou (LAS CASAS, 2005, p. 70-71).

Insiste que a vontade desses nativos deveria ser estimulada pelos que viriam a pregar o evangelho, pois sem o estímulo dessa vontade seria impossível convertê-los ao cristianismo e à religião. Nessa compreensão das relações entre vontade e inteligência, demonstra grande importância à liberdade, ou seja, a liberdade de conhecer, pois a inteligência irá julgar aquilo que se faz conhecido e a vontade vai querer aquilo que lhe é apresentado porque já se conheceu o seu benefício. Portanto, não haverá vontade que se queira sem um prévio julgamento da inteligência e a vontade nessa perspectiva, não vai querer aquilo que a inteligência não quis, não refletiu e nem sentenciou.

Partindo dessas considerações, um dos pontos fundamentais para o processo de evangelização dos nativos, seria o respeito aos direitos fundamentais deles, que, nesse caso, em primeiro lugar o correspondente à vida e à liberdade. Esses deveriam ser os princípios de uma ordem social que os protegesse como seres humanos, dotados de racionalidade e inclinados à prática do bem, seriam essas as premissas para chegarem à fé cristã (GUTIERREZ, 1995).

Para Barreda (1981) que se propôs a realizar estudos sobre a ideologia de Las Casas, a liberdade expressa pelo dominicano, resume-se em última instância na conversão dos nativos em senhores de si mesmos no sentido de aderir aos ensinamentos com

liberdade. Essa liberdade é o mesmo que o assentimento por meio de sua racionalidade, ou seja, a liberdade e a racionalidade passam a ser sinônimos, como bem nos esclarece:

El hombre es libre porque posee la razón [...] ser racional y ser libre son sinônimos, aunque no siempre el hombre está libre. La libertad es tan determinante en el hombre que este se convierte em el ser de si mismo (BARREDA, 1981, p. 61).

Desse modo, a liberdade sugerida por Las Casas é única e intrínseca ao ser humano, e essa liberdade é o que fundamenta a sua livre escolha, ou seja, que escolham ser livres por meio da fé. Somente com essa liberdade garantida poderiam aderir às demais liberdades pautadas na prática da religiosidade cristã. Essa sim, segundo Barreda, seria a vivência verdadeira da liberdade humana e de sua racionalidade.

Essa liberdade para existir, dependerá exclusivamente do conhecimento, pois ela está condicionada ao que é aprendido externamente para que, pela razão possam os nativos serem livres para aderir ao bem que para Las Casas é o próprio Cristo e a vivência da fé. Salienta ainda Barreda que há a interdependência entre essas preposições: [...] La libertad depende de la razón, es decir, del modo de ser del conocimiento, ya que la elección realizada por la voluntad está condicionada por la intelección (BARREDA, 1981, p. 62).

Dessa interdependência, para Las Casas é inconcebível que a atuação de um ser humano lhe coloque fora do que é de sua própria natureza, pois a liberdade se assenta em sua própria natureza como algo inseparável. Por outro lado, o entendimento como a base de toda liberdade, não há condições de acontecer de modo violento, senão de modo doce, brando, ou seja, de modo racional, isso para poder decidir pela vontade de aderir naquilo que lhe parece um bem proposto (BARREDA, 1981).

Nessa perspectiva, para Las Casas, os espanhóis não teriam o direito de submeter nenhum dos nativos aos trabalhos forçados na busca das pedras preciosas, e nem matá-los como comumente faziam, pois qualquer forma de violência seria contra os direitos fundamentais dos nativos, inclusive e especialmente o direito à vida. Segundo Gutierrez (1995) [...] “Las Casas desde seus primeiros textos denuncia a intervenção armada como contrária ao direito à vida e à liberdade dos índios, como a negação do fim principal que é anunciar o evangelho” (GUTIERREZ, 1995, p.197).

Sendo o raciocinar tratado por Las Casas como um ato extremamente humano e pelo qual os homens apenas o usufruem pelo fato de serem dotados por Deus dessa capacidade, a junção das situações exteriores tendem a levar-los ao entendimento do bem e à compreensão da fé, que para ela acontece de modo singular nos seres humanos. Relaciona essa situação, argumentando que há uma tendência natural, que leva os homens a se chegar ao conhecimento daquilo que é bom e agradável. Para ele, esse é um decurso normal da natureza humana, como esclarece: “[...] do que foi exposto resulta que o raciocinar está para entender, como o movimento para o repouso, ou a procura para a posse. O primeiro implica imperfeição; o segundo, a perfeição” (LAS CASAS, 2005, p. 70).

Prevê nessas palavras, a existência de um processo que leva de um estado para outro, ou seja, da imperfeição à perfeição. Esse é o processo natural do conhecimento que sai de um estado e se desloca para um outro estado, saindo daquilo que é imperfeito, ou seja, das racionalidades que ainda não tiveram o assentimento, para a perfeição que é o próprio conhecimento de Deus e da fé, que para ele é a perfeição, é o bem maior.

Mas para que isso ocorra se fazem necessários meios que propiciem o desenvolvimento racional dos nativos de modo que possam percorrer o caminho que os levem ao conhecimento de Deus, especialmente porque diferentemente dos demais animais, os homens foram, segundo os ensinamentos cristãos, criados a imagem e semelhança desse mesmo Deus e por isso, tendem a voltar-se ao bem para o qual foi criado. Desse modo, assevera Barreda (1981) que no pensamento de Las Casas:

[...] no se puede aprehender y amar una cosa si ésta no es propuesta ofrecida de modo racional, de modo connatural a la criatura racional. Para lo cual se requiere que la razón tenga tiempo para discurrir; um espacio ‘no breve’; libertad máxima; que el entendimiento ‘entienda’ tal cosa como un bien y así se lo proponga a la voluntad, a fin de que ésta se incline a amarlo. Este es el proceso natural de cualquier conocimiento, y lo será también del conocimiento de la fe (BARREDA, 1981, p. 67).

Esse é um processo que leva todos os seres humanos à verdadeira felicidade, a chegar à plena harmonia com Deus e a viver na fé que foi pregada pela verdadeira religião. Seu empenho nessa discussão foi o de mais uma vez demonstrar que existe apenas um meio de se chegar à perfeição que é o conhecimento racional de Deus, que seja pelo caminho da racionalidade. O percurso desse caminho dependerá dos meios propostos, da

vontade e da inteligência que somente os seres racionais têm. Sendo os índios também seres dotados de racionalidade, estão por isso, aptos a serem evangelizados.

Para suscitar e atrair os nativos à religião era evidente que precisasse haver o testemunho e a vivência do evangelho por parte dos cristãos, pois somente assim os nativos teriam a possibilidade de instigarem sua vontade e voluntariamente pela sua liberdade se inclinarem ao bem. Sem essa disposição do meio exterior seria bem mais difícil converter todos à fé e à religião, pois como salienta Barreda:

No existe posibilidad natural de que la razón y el entendimiento ejerzan sus funciones propias, raciocinio y juicio, si no gozan de libertad. Llegar al término del proceso del conocimiento en el modo voluntario de conocer reclama tiempo, tranquilidad y sobre todo libertad” (BARREDA, 1981, p. 66).

Segundo Las Casas, os preceitos da fé estão de certo modo adormecidos nos seres humanos, necessitando para tanto que haja a explicação a esse respeito, para que alcançando o entendimento pela razão, fosse possível a conversão e a crença na fé cristã. A ação dos espanhóis como seus mestres e educadores, seria o que necessariamente levaria os nativos ao entendimento do que para Las Casas era o fundamento da fé, levando-os a crer, por meio dos ensinamentos, e não apenas por suas capacidades inatas:

[...] Ninguém pode atuar apenas com os hábitos infusos da fé, da esperança e da caridade, pois que estão de certo modo adormecidos e atados, como é evidente naqueles que dormem e nas crianças; e mesmo nos adultos, se o batismo não foi precedido por nenhuma explicação da fé ou instrução clarificadora, mediante um ensinamento exterior, ainda que se desse o caso de algum infiel que, sem prévio ensinamento, não pusesse óbice; o que parece inverossímil (LAS CASAS, 2005, p. 88).

Ao afirmar que os homens são capazes de receber a fé pela razão, essa mesma fé pressupõe que se tenha o conhecimento de Deus e ao mesmo tempo que o mesmo Deus é o que proporciona a razão como parte de sua obra criadora. Por ser o homem uma criação divina, está inclinado a conduzir-se ao bem, de modo que possam viver as virtudes que lhes são inatas, o que explica Barreda:

[...] la fe presupone el conocimiento natural de Dios, que puede proporcionar la razón; y presupone la inclinación y deseos naturales del bien y del verum, para que el hombre pueda alcanzar la verdad,

principalmente la que se refiere a Dios y para que pueda obrar y vivir conforme a virtud (BARREDA, 1981, p. 80).

Defendendo sempre a racionalidade dos nativos e a sua pré-disposição para o bem, argumenta insistentemente sobre a necessidade de meios que evidenciem aquilo para o qual ele deverá crer. A possibilidade dessa aproximação da fé ao intelecto a fim de dar o assentimento dependerá desses meios que possibilitem a indagação e a reflexão a respeito daquilo que se sugere a crer, pois sem essa aproximação e sem essa reflexão torna-se inviável e impossível que se dê o assentimento à verdadeira religião. Assim argumenta: “[...] “O homem pensa por meio de seu intelecto: indaga e reflete sobre o que ouve a respeito da fé, antes de dar seu assentimento [...] como um ato do intelecto que delibera e não tem ainda plena visão da verdade” (LAS CASAS, 2005, p. 66-67).

Como Las Casas mesmo salienta, a aproximação da verdade da fé revelada por atos, não é a garantia de que seja dado assentimento à visão da verdade, pois esse é um dos primeiros momentos de reflexão, que levará os seres humanos dotados de racionalidade a chegar à fé. Sua visão de homem é de que seja sempre terminado em Deus, finalizado em sua divindade, por esse motivo é que demonstra grande preocupação com o modo de educar os nativos que deveria partir de acordo com a sua natureza, ou seja, despertar as preposições naturais para os ensinamentos religiosos a fim de se chegar a Deus, num sentido de transcendência (BARREDA, 1981, p. 57).

Haveria de ter uma ação indutiva a isso, pois a crença não partirá da sua tendência natural, mas se dará a partir daquilo que lhe será apresentado como verdade a ser acreditada. A racionalidade do homem tem a potencialidade de investigar, de questionar e de ser induzida àquilo que se quer que seja acreditado, e isso dependerá do que lhe for apresentado a respeito da fé. Para o mesmo autor, Las Casas está dentro de uma linha tomista que:

[...] presenta la fe como un modo de saber, donde no se vê com evidencia inmediata el objeto de la misma, sino que se debe conocer a través del testimonio de outro. Y, como la ciência misma, la fe depende también en su enseñanza del modo como se enseña” (BARREDA, 1981 p. 69).

Insistente em suas argumentações, vê na indução pelos exemplos o modo mais eficaz em atrair e convencer os nativos à fé cristã, que passariam pelo processo educativo, chegando ao que para ele seria o fim último, a vivência da fé. O modo como atrair todos à

religião, deverá acontecer pela indução dos homens, salienta que: [...] é necessário que se convença com razões a inteligência de quem tem de ser instruído na fé e religião cristãs; que por reflexão e investigação lhe pareça bom e útil aquiescer ou assentir a essa parte (LAS CASAS, 2005, p. 67).

De modo preciso, via que na forma como estavam acontecendo invasões e ataques contra os nativos, seria impossível que se chegasse a ser propagada a fé, pois se ela pressupõe a bondade e a suavidade, é impossível que se creia nela, se o que lhe é apresentado e praticado seja a morte e a violência. Assim assevera que: “[...] son gentes capacísimas de la Fe Cristiana y a toda virtud y buenas costumbres por razón y doctrina traíbles y de su natura son libres y tienen sus reyes y señores naturales que gobiernan sus polícias” (LAS CASAS, 1992, p. 343).

Dotados de tais capacidades e com organizações sociais bem desenvolvidas, seriam grandes as possibilidades de convencimento, desde que fossem apresentadas com quietude, modéstia, agrado, tranquilidade, de maneira progressiva, com intervalos de tempo, persuadindo o entendimento, convidando e atraindo a vontade, declarando com habilidade e eficácia a utilidade e o prêmio que não de conseguir os que creem (LAS CASAS, 2005).

Para além dessas qualidades dos índios vistas por Las Casas, ou mesmo ao propor o modo de atraí-los a fé e a religião, destaca a importância de haver ações que demonstrem as vantagens e as virtudes em seguir o caminho para o qual acreditava que todos foram criados, e nesse processo, haveria de ter demonstrações e ensinamentos a esse respeito, necessitando para isso, da presença indispensável de um mestre que seria o pregador da fé.

4.2 O mestre pregador: o ensino por palavras e ações

Considerando a possibilidade natural dos nativos em receber a fé, e os ensinamentos da religião cristã, essas capacidades que em parte são inatas, tendem naturalmente ao bem, porém, para que as mesmas se desenvolvam e cheguem a este fim, é necessário que haja uma aprendizagem mediante a aquisição de conhecimentos, e esse processo dependerá em grande parte dos meios externos e em especial dos ensinamentos de um mestre, ou chamado por Las Casas de pregador da fé.

Como já exposto, Las Casas acredita haver um longo processo para que haja a conversão, que além do tempo necessário a isso, haveria de ter quem os ensinasse o que

seguir. Partindo das preposições que eram inatas aos nativos e a todos os seres humanos, julga que é preciso que estas preposições sejam despertadas e pelas explicações dadas pelo mestre, fosse o entendimento do discípulo (nesse caso o nativo) encaminhado ao conhecimento da verdade, ou seja, haveria de ter quem mostrasse e explicasse o caminho a ser seguido, partindo sempre dos princípios que já existiam nos índios e pelos sentidos, encaminhando-os às conclusões da verdade que até então eram desconhecidas para eles. Sustenta essa argumentação quando afirma:

[...] O homem precisa do hábito natural dos princípios, para que o conhecimento se concretize por meio dos sentidos, e seja ajudado pelo mestre, que explica tais princípios comuns e os aplica a matérias determinadas. Daqui avança a novas conclusões, e dessas, a outras, propondo também exemplos sensíveis ou outros recursos semelhantes; assim, o entendimento do discípulo é encaminhado com segurança ao conhecimento da verdade, fortalecendo seu intelecto, propondo-lhe a conexão que há entre os princípios e as conclusões. Pois, valendo-se de sinais, o mestre transmite o discurso da razão que previamente realizou em seu interior com sua razão natural. E assim, a razão natural do discípulo, por meio daquilo que lhe é proposto, à maneira de instrumentos, chega mediante as luzes naturais ao conhecimento do que ignorava (LAS CASAS, 2005, p. 84).

Nessa exposição de Las Casas, é bem clara a sua posição de que aquele que deverá ser o mestre é ao mesmo tempo o que tem condições de transmitir aquilo que já está consolidado em si mesmo. Percebe-se que para ser o mestre é preciso antes de tudo que tenha sido realizado previamente um processo pelo qual poderá utilizar-se do uso da razão para convencer aos nativos, levando-os a chegar à luz natural por meio do conhecimento, luz essa que por não haver sido desenvolvida anteriormente era desconhecida, e por isso ignorada pelos nativos.

Pelo fato da manifestação da fé não ser espontânea ou evidente, mas exigindo ensinamentos por ações que demonstrem que aquilo que se quer que acreditem é bom e agradável, deve haver além de tudo os que assimilam esses conhecimentos, ou seja, os ouvintes nativos que a propósito serão persuadidos. Assevera Las Casas que:

[...] O homem, pois, precisa de alguém que o ative, um guia ou pregador que do exterior o leve a crer por meio da instrução, da apresentação ou desenvolvimento das verdades dignas de fé; e com raciocínios fundados, com exemplos, com semelhanças, como que apontando com o dedo e quase descrevendo e imprimindo na mente aquilo em que convém crer (LAS CASAS, 2005, p. 87).

Nessas máximas Las Casas retrata a grande importância que tem o educador, comparando-o a um guia que deve apontar o caminho a ser seguido. A tarefa deste, além de sua vivência de modo pacífico, está a incumbência em demonstrar por meio desses exemplos os preceitos da fé, a fim de que, ao assimilarem o que se propõe a ensinar possam aderir à fé cristã. O educador deve ter a clareza de suas pretensões e ser dotado de qualidades que são imprescindíveis a quem se propõe a ensinar.

Las Casas considera que o próprio Deus deu condições de em sua obra divina, dotar todos os homens de conhecimentos necessários para aderir e ser conduzido naturalmente a crer e a viver os preceitos da fé, porém, afirma que em sua ação criadora, deu aos homens a responsabilidade de levar o evangelho e os ensinamentos da fé aos demais, como uma missão de partilha daquilo que foi dado naturalmente a todos, ou seja, os que já estivessem usufruindo dos benefícios da fé, teriam por obrigação missionária a de ensinar aos demais homens que ainda não tinham esses conhecimentos. Desse modo afirma que:

[...] só Deus pode conferir de modo eficaz a fé ou a graça sem colaboração de criatura alguma. Isso diz Santo Tomás em muitas passagens. Mais ainda, embora seja verdade que todos os recursos humanos e externos mencionados não bastem para causar o referido conhecimento da verdade da fé, nem a firme aceitação dela, sem o hábito [virtude] da fé que Deus causa; e embora também seja certo que o hábito da fé sozinho, sem tais recursos, poderia bastar, se Deus quisesse; no entanto, por lei comum, ao menos se tratando de adultos, se requer necessariamente o ensinamento exterior, a instrução, a narração, a exposição, a explanação ou explicação daquilo em que se tem de crer, para que todo adulto receba a fé e consiga a salvação (LAS CASAS, 2005, p. 87).

No propósito de exaltar ainda mais a importância do educador, Las Casas, afirma que Deus poderia atrair todos à fé, de forma que não dependesse dos pregadores. Porém, para o frei, Deus preferiu dar aos homens a incumbência de explicar, ensinar e demonstrar por meio de obras e ações os preceitos da fé de modo externo, o que de fato demonstra a necessidade de um educador que leve os nativos a conhecer a fé cristã.

Somente desse modo, será possível pelo intelecto (racionalidade), compreender aquilo que se quer que creia. Nesse caso, Las Casas demonstra que esse é um dos elementos onde se justifica a essencialidade da presença do educador, e mais uma vez esta presença está diretamente ligada a todo o processo educacional, de relação direta entre as proposições que são da própria natureza humana com as ações vistas e as palavras ouvidas pelos mestres, ou pregadores da fé:

[...] Parte-se do referido conhecimento natural e do desejo de conhecer a verdade, sobretudo de Deus, a que se junta a inclinação à virtude e ao bem: esses inícios são fortalecidos interiormente pela luz da fé infundida por Deus, e exteriormente pela explicação e distinção das verdades em que se crê, bem como mediante os argumentos humanos utilizados por aquele que anuncia ou prega a fé; de tudo isso o intelecto agente extrai alguns conceitos que lhe parecem razoáveis, e os expõe e grava no intelecto possível, do modo já explicado. Assim é conduzido o homem, por certas persuasões fundadas, até entender que aquilo em que se crê precisa sê-lo de forma verdadeira e razoável pela luz da fé - que é chamada de virtude da fé - que Deus infundiu nele (LAS CASAS, 2005, p. 85).

A conversão e a adesão à fé segundo Las Casas somente será aceita e desenvolvida de modo satisfatório a partir da possibilidade de o nativo conviver com alguém que o apresente aos preceitos dessa mesma fé com argumentos que sejam suficientemente vistos de bom grado e que possam persuadi-los de que o que ensinam deve ser aprendido e vivenciado: [...] É necessário que essa virtude da fé, tal como ocorre com o hábito dos primeiros princípios, em nós inato, ao qual ela se assemelha, receba de nossa parte uma determinação ou explicação (LAS CASAS, 2005, p. 85).

A ação dos que se propõe a catequizar/formar como mestre partindo da brandura e delicadeza seria respondida pelos nativos como algo que lhes agradou e por isso teriam ânimo para inclinar-se a ouvir novas coisas a esse respeito, podendo cada vez mais aproximar-se dos conhecimentos que lhes são apresentados:

[...] Disso resulta que, propostas as coisas mais nobres e divinas, como são as que a fé anuncia, sendo explicadas e concretizadas como convém, parece impossível, em geral, que não causem no ânimo dos ouvintes certo gosto e agrado, amor e avidez, desejo ou inclinação para ouvir mais coisas novas a aprender e a crer (LAS CASAS, 2005, p. 86).

Em grande parte de sua obra “*Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião*”, Las Casas se dedica a convencer aos seus que esse processo de formação para a fé é semelhante ao processo de aquisição da ciência. Para ele, é preciso que os conhecimentos sejam apresentados de modo que se creia como verdade aquilo que se apresenta, que os sentidos possam atingir o intelecto de modo que sintam-se atraídos (pelas proposições internas) à acreditarem no que veem, e esse para Las Casas é o mesmo processo de aquisição da ciência. Salienta Barreda que:

[...] para o proceso de adquisición da fe, es o mesmo que el de la ciencia, luego será también necesario que el predicador exponga las razones humanas con las lleves al hombre a comprender que debe creerse lo que se cree, ayudados por la luz de la divina fe (BARREDA, 1981, p. 81).

Neste caso, a formação dos nativos, deveria ser por um processo no qual o ensinamento por parte do educador despertaria a inteligência para as coisas que lhes estavam ocultas, ou seja, é um processo em que pudessem sair de um estado de não entendimento para outro, que não conseguiam observar se não fosse o ensino de um mestre. Neste ponto Las Casas demonstra bastante clareza, baseando-se nos ensinamentos de Ambrósio, sentencia que: “[...] Ensinar, segundo Ambrósio (sobre a Carta a Timóteo), é portanto manifestar à inteligência dos ouvintes as coisas que lhes estavam ocultas. (LAS CASAS, 2005, p. 84).

Seu empenho, foi o de manifestar aos espanhóis que os mesmos tinham essa responsabilidade, o de ajudar ao Deus cristão a converter esses povos ao seu conhecimento, e não ao contrário. Mattasoglio (1991, p. 45) entende que Las Casas ao afirmar essa ideia, traduz a mesma também em outros termos em seus escritos, como em dizer: [...] “no impedir la conversión”, “no poner obstáculos”, “dar todo el tiempo”, mostrando así todo el respeto por la obra de Dios” (MATTASOGLIO, 1991, p. 45).

Além da suma importância atribuída ao mestre ou pregador da fé, este deveria ter sentimento de obediência e fidelidade à Deus , pois ao ajudar esse mesmo Deus na condução dos nativos à fé, não poderiam se deixar seduzir-se pelas riquezas que estavam ao alcance. Para Mattasoglio:

[...]El predicador apunta a la conversión de los indios como milagro de Dios. La obediencia ante lo que Dios haga en ellos, y ante el misterio de Dios en los indios es prioritaria. Evidentemente no se trata de una actitud pasiva sino de una actividad obediente, de servicio al misterio que se cumple y cumplirá en su delante, y ante el cual deberá actuar con fidelidad (MATTASOGLIO, 1981, p. 47).

Percebendo que não havia entre os espanhóis essa fidelidade com o Deus cristão como pretendia, julgava ser de extrema urgência que se devolvesse aos nativos o que era deles por direito, ou seja, toda a riqueza que lhes foi tomada a força e nos trabalhos forçados. A conversão estava para Las Casas tão distante de acontecer que acreditava apenas ser possível por meio de um milagre divino, pois apenas por ações divinas seria

possível cessarem as mortes que ocorriam e fosse possível então a conversão desses nativos, o que para Mattasoglio:

Si por las razones aludidas la conversión del indio es un proceso que ocurre mediante la opción libre movida desde dentro del misterio mismo de Dios, ese será un aspecto central de la conversión como “milagro” del mismo Dios, ante una situación escandalosa donde los signos so solo no existen sino que además son contrarios a la fe (MATTASOGLIO, 1991, p. 44).

As ações contrárias que ocorriam, faziam com que os nativos além de não se converterem ficavam escandalizados com as mortes e maus tratos que ocorriam, por isso os mestres que se dedicariam a fazer a explicação da fé, deviam além de suas ações e explicações, entender-se como parte de um povo que tem ações que não condizem com o que buscam pregar. Essa realidade deve ser entendida e compreendida pelos pregadores, pois os mesmos fazem parte desse povo que se manifesta ao nativo e em muitos casos é por ele repudiado devido aos maus tratos.

Las Casas entendendo essa realidade e buscando meios propícios para o trabalho da formação dos nativos, é saliente quando assevera que é preciso que o pregador saiba que faz-se necessária a restituição de todos os bens que foram tomados dos nativos, e isso deve ser feito para que os mesmos se convençam de que as palavras explicadas pelos mestres são condizentes com as ações ali demonstradas. Segundo Mattasoglio:

La primera cosa fundamental es que este predicador está aún situado en el contexto del pecado de su pueblo contra el pueblo indio, y por tanto, su acción profética debe estar marcada por tomar directamente en consideración la línea de conversión que le está planteada por el solo hecho de pertenecer al pueblo opresor, esa línea de conversión se basa en la restitución integral que, como dijimos más arriba, además de obligatoria, es un compromiso de por vida del pueblo cristiano español a la liberación y reintegración del pueblo indio oprimido (MATTASOGLIO, 1991, p. 41-42).

A reintegração dos bens aos nativos era uma ação que deveria acontecer o quanto antes, para que o pregador pudesse garantir que os seus ensinamentos despertassem nos mesmos os seus princípios inatos e os levassem ao entendimento de que o que apresentavam era agradável aos seus sentidos e assim os acolhessem de bom grado. Para além dessa restituição, segundo Mattasoglio (1991), Las Casas ressalta uma qualidade que seria uma atitude central da pregação: a sensibilidade. Mas não se trata de uma

sensibilidade emotiva, mas uma emoção voltada ao sentimento de que pudessem ter a percepção o mistério de Deus nesses nativos a fim de conduzi-los a esse mesmo Deus realizar o mistério da palavra como respostas as suas indagações frente aos espanhóis.

Nesse sentido, a análise da situação que faz, da qual estava vivenciando, o frade dominicano rejeita toda a forma de imposição da fé que em muitos casos se dava por meio da violência, e com muita insistência denuncia àqueles que fazem uso da mesma para adquirirem maior proveito das riquezas aqui encontradas. Demonstra em seus escritos ao rei da Espanha, Carlos I, que muitos nem chegam a apresentar o evangelho e já assassinam milhares de nativos, os submetendo ao seu domínio sem nem mesmo apresentar-lhes a fé. Para ele essa é uma das principais violações aos direitos fundamentais dos nativos: o direito à vida e à liberdade.

O argumento que muitos dos espanhóis utilizam para fazer-lhes a guerra é de que os nativos não são aptos a serem evangelizados e por essa razão não é preciso dispor de tempo a esse fim, pois pela sua incapacidade racional não teriam condições de entender os ensinamentos da fé e dos preceitos da religião cristã. Barreda (1981) assevera que para Las Casas os ensinamentos que são oferecidos aos nativos nem sempre são o suficiente para que todos possam crer, no entanto, não acredita que essa ação seja inútil, mas pelo contrário, vê nessa ação a única possibilidade, prevê em Las Casas que:

[...] todas las causas exteriores y naturales son insuficientes para producir la fe, pues de hecho ante idénticos signos unos creen y otros no. Sin embargo, insuficiencia no quiere decir inutilidad; los motivos externos de credibilidad son necesarios, hacen fácil el camino de la intelección de lo que se ha de creer (BARREDA, 1981, p. 79).

As ações dos espanhóis colonizadores não correspondiam, segundo Las Casas ao que lhes fora ensinado pela religião cristã, pois ao contrário do que era visto, os preceitos cristãos deveriam ser apresentados por meio de um processo de amadurecimento, o que pressupõe a liberdade de escolha, e a ação pela força, sem dúvida causaria a aversão aos ensinamentos e até o fingimento mediante a ação destruidora (GUTIERREZ, 2005). Trata-se, com efeito, de pôr fim à dominação e a imposição por meios violentos, mormente a dominação religiosa, pois, para ele, isso apenas acarretaria mais males e, por conseguinte, maior estranheza e rejeição dos nativos. Assim argumenta:

[...] Se forem propostos com pressa e rapidez, com repentino alvoroço ou talvez com o estrépito das armas que inspiram pavor, com ameaças e açoites, ou de modo imperioso e duro, ou com outro tipo de rigor ou perturbação, é lógico que a mente humana se consternará com os terrores e se conturbará, se entristecerá e afligirá com ruídos, com o medo e a dureza das palavras. E por conseguinte, se recusará a ouvir e refletir. E em consequência, se obscurece a razão e o entendimento não aprenderá, nem poderá ver o que foi captado como algo amável ou deleitável, mas como mui triste e odioso; pois julga que tudo aquilo é mau e detestável e, portanto, sem conformidade nem afinidade alguma com o ato de crer, acarretando antes a mais detestável estranheza ou incongruência (LAS CASAS, 2005, p. 76).

Os conquistadores, desvirtuando o modelo de amor e caridade cristã que deveriam levar à frente e defender, faziam a guerra aos nativos e lhes privavam de sua liberdade em seu próprio benefício. Essa atitude desconforme com os preceitos religiosos tenderia a destruição e morte, como estava acontecendo e era oposto a vontade divina, e ao não darem a liberdade de escolha para os nativos, estariam privando esses homens de conhecerem a fé por meio de sua liberdade e ao mesmo tempo perdendo a sua alma, assim como analisa Chaparro (s/d): [...] “a liberdade seria um desejo natural porque ao dotar Deus os homens de livre arbítrio, quem perder a sua liberdade perderia ao mesmo tempo a sua alma” (CHAPARRO, s/d. p. 167).

O mal provocado aos nativos pelas ações dos espanhóis levava-os a odiar os ditos cristãos e a não se submeterem aos seus ensinamentos, visto que tinham seus costumes e prestavam cultos aos seus deuses. Esse, porém, era mais um dos motivos que movia os espanhóis a fazerem guerras contra esses nativos. Las Casas afirmaria insistentemente que o [...] “uso da força para evangelizar não pode ser justificado em nenhuma circunstância, sequer quando os infieis opuserem obstáculos para a pregação do evangelho” (GUTIERREZ, 1995, p. 165). O que deveria acontecer era o estímulo dado pelo pregador a fim de ativar seus desejos e vontades, pois se isso não ocorresse, seria de certo modo justo que os nativos fizessem guerra, a vontade era primordial a ser atraída:

[...] Por tudo isso, a vontade não só se sente incapaz de se afeiçoar ou amar; mais que isso, sente a necessidade de odiar, de se indignar diante de todos aqueles terrores que a inteligência, ou o homem, mediante sua inteligência estima que padece. E os considera inconvenientes e dignos de ser detestados como verdadeiros males. Mais ainda, a vontade há de chegar a ponto de ordenar à faculdade irascível e às demais potências que rejeitem o que tanto as contraria; pois toda a alma sente as angústias espirituais e corporais, porque fere dentro o que de fora oprime. Logo o modo conatural, apto, plácido e próprio à condição humana de ensinar a verdadeira fé e religião necessariamente tem que consistir

em persuadir o entendimento, atrair e estimular a vontade (LAS CASAS, 2005, p. 76).

Para remediar a situação, seria necessário não somente a apresentação e propagação da fé professada, mas a conversão dos próprios cristãos, que ora não agiam como verdadeiros pregadores, dando na verdade um contra-testemunho em suas ações. Esses, porém, deveriam passar por um processo de conversão para poderem dar testemunho da fé e poderem convencer os nativos. Tal condição seria um dos maiores obstáculos à evangelização/formação, pois se isso não acontecesse os nativos não teriam a possibilidade de conviver com a doçura e a suavidade da vivência da fé.

Essa seria uma das mudanças radicais que deveria acontecer nas novas terras, pois para Las Casas, seguindo a teologia de seu tempo, aquele que tivesse alcançado um maior desenvolvimento moral na fé, deveriam praticar as retas normas de conduta aos demais, para que esses que estivessem em seu convívio fossem iluminados pela razão do amor e assim pudessem fazer parte do que chamava de república cristã, cujos membros acreditando na salvação das almas fariam parte da caridade universal que era a ordem cósmica pretendida (CHAPARRO, s/d.).

A autenticidade e a perseverança com que assumiu seus posicionamentos, fez com que aumentasse cada vez mais a seu redor, vários posicionamentos contrários aos seus, especialmente dos espanhóis *encomendeiros* que exploravam com trabalhos forçados os nativos sem nenhuma preocupação com a fé e a conversão dos mesmos, mas somente com a preocupação em usufruir o quanto mais pudessem de riquezas. Defender o nativo, como fez Las Casas, e os meios pacíficos para o anúncio da fé cristã, era necessariamente ir contra uma situação existente: [...] “quer dizer, significava denunciar o que já estava se fazendo nas Índias com todas as implicações que daí advém” (GUTIERREZ, 1995, p.130).

Las Casas empreende sua luta, alegando sempre que sem ações pacíficas não existe a paz que almejava, buscava de todos os modos, denunciar o uso das forças para a propagação da fé cristã. Para além dessa denúncia, reiterava que não seria de modo imediato que os nativos seriam convertidos à fé, bastando apenas os ensinamentos dos pregadores, mas teria a necessidade de tempo adequado para que houvesse o entendimento, e somente assim a verdadeira conversão à fé cristã seria possível.

4.3 O tempo necessário à conversão

Las Casas deixou em suas obras, como já exposto anteriormente, a explicação de seu entendimento de como se realiza o processo pelo qual os seres humanos passam para chegar ao conhecimento da fé cristã. A vontade é um dos elementos essenciais, pois é por meio dela que existe a possibilidade de reflexão do intelecto, e ela apenas é atraída quando os atos externos lhes sejam agradáveis e favoráveis.

Com efeito, a formação desse nativo não seria de modo imediato, pois para ele, os processos mentais que gradativamente haveriam de ocorrer para a aquisição dos conhecimentos da fé, demandariam certo tempo que julgava ser necessário para que o intelecto desse o seu assentimento, perpassando por todo o processo que acreditava existir para a formação desse nativo.

A necessidade de tempo suficiente para que o processo de conversão ocorra, haveria de ser de acordo com os meios que pressupunha a liberdade e as atrações que os nativos pudessem observar e julgar como favoráveis a si, demonstra Las Casas que:

[...] Com toda evidência, daí resulta que os homens, para começar a crer com seu entendimento e vontade, precisam que, aquilo que está relacionado à fé e à religião ou a qualquer outra virtude e bem, lhe seja proposto, mediante um ensinamento externo da doutrina; com quietude, modéstia, agrado, tranquilidade, de maneira progressiva, com intervalos de tempo, persuadindo o entendimento e convidando e atraindo a vontade, declarando com habilidade e eficácia a utilidade e o prêmio que hão de conseguir os que creem. Pois a fé vem do ouvido, e o ouvido pela palavra de Deus (Romanos, capítulo 10, 17) (LAS CASAS, 2005, p. 75).

Na medida em que o tempo necessário fosse dado ao nativo para que o mesmo por sua liberdade e livre arbítrio pudesse aderir aos ensinamentos da fé, coloca o tempo como um dos quesitos de essencial importância, visto que a fé apenas poderá ser apresentada por meio da demonstração em ações e pela comunicação, assim, pela racionalidade que tinha o nativo poderia aderir ou não àquilo que julgava ser de sumo bem. Nessa perspectiva, prevê a possibilidade de aderir ou não aos ensinamentos, e essa atitude livre dos nativos não poderia ser anulada, porque os ensinamentos da fé não poderão ser impostos, mas pelo contrário, devem ser demonstrados por meio de ações respeitando o tempo necessário e a liberdade de cada um. Barreda (1981) salienta que esse modo:

[...] requiere tiempo porque se trata de una comunicación de vida; es un ofrecimiento, y lo que se ofrece no se impone. Es más, en la perspectiva de Las Casas cabe la posibilidad del rechazo, o bien porque no se há asimilado

suficiente, o bien porque no se há concebido como un bien”. (BARREDA, 1981, p. 73)

O tempo, além de ser necessário para o processo de adesão aos ensinamentos cristãos, era visto por ele como indispensável, visto que as ações e atitudes dos espanhóis deveriam ser observadas e aderidas como um bem e não como um mal. Porém, o tempo a ser despendido a essa demonstração dos preceitos da fé, haveria de corresponder a atitudes de mansidão, e de posturas amáveis dos espanhóis, no qual pudessem os nativos perceberem que tratava-se de um bem a ser aderido, pois somente podendo visualizar e sentir o bem que lhe era perceptível do meio exterior, teriam a condição necessária para dar o assentimento e converter-se.

Por causa das mortes e das guerras que eram diariamente realizadas, para Las Casas era impossível que levassem os nativos à uma formação cristão, pois primeiramente haveria de ter uma mudança no modo de agir dos espanhóis para que os mesmos fossem observados de modo diferente, adquirindo a idoneidade necessária para o convencimento. Para Mattasoglio: [...] “la conversión será, a partir de las condiciones señaladas, algo más largo y lento, porque implica um quitar el escândalo, donde se debe readquirir idoneidad” (MATTASOGLIO, 1991, p. 45).

Atribui uma relação de grande proximidade entre o modo como deve ser levada a cabo a formação do nativo, ou seja, os meios que levariam à conversão, com o tempo destinado a esse processo, em especial, devido ao que julgava ações injustas que eram praticadas pelos colonizadores. Sem a brandura e a suavidade que faria com que percebessem o bem maior que é a vivência da fé, não seriam convertidos, porém com a pressa com que os espanhóis requeriam dos nativos não seria possível o sucesso da evangelização/formação.

Ao não respeitarem o tempo suficiente nesse processo de conversão, Las Casas afirma que poderia ocorrer algo indesejado, o que já vinha acontecendo nas novas terras, que era o sentimento de desprezo e horror frente ao cristianismo, representado naquele momento pelos espanhóis cristãos (GUTIERREZ, 1995).

Por esse motivo é que insistentemente salienta a necessidade do tempo para a conversão, deveriam respeitar àqueles que queriam instruir, para que despertada a vontade, terem condições de julgar pelo seu livre arbítrio que aquilo era bom e por isso iriam crer e converter-se à fé cristã. Assim argumenta mais uma vez:

[...] o conteúdo da fé deve ser proposto àqueles que nela queremos instruir, sem dureza ou aspereza, sem imprudência nem ameaças, sem precipitação ou impaciência. Mas com mansidão e brandura, com placidez e demora, durante inclusive um longo período de tempo, até que, suficientemente instruídos na doutrina de Cristo pela catequese, acesos no desejo da fé e por decisão de seu livre arbítrio, atuando Deus interiormente, solicitem a fé e a recebam, ficando assim, livres de seus erros (LAS CASAS, 2005, p. 78).

É firme a sua convicção, e mesmo entre os seus companheiros dominicanos são muitos aqueles que o tratam como um inimigo, pois a estes mesmos Las Casas os denuncia dizendo que em muitos casos, os nativos são batizados sem nem mesmo ter sido despendido algum tempo ou alguma palavra que os levassem ao entendimento do que estava acontecendo. Na justificativa de alguns frades de sua congregação, alegam que estando os nativos batizados seriam mais fáceis de convivência e de obediência aos trabalhos aos quais estavam submetidos. Por isso é que Las Casas [...] “considera disparate o que se faz nas Índias, sem ter havido antes autêntica evangelização”(GUTIERREZ, 1995, p. 203).

Sua insistência nesses preceitos é grande visto que os espanhóis que ali chegaram deixaram de se preocupar com os ensinamentos cristãos, não vendo nesse ato de formação uma necessidade. Pela ambiciosa busca de riquezas, e na percepção que tinham dos nativos, deixaram de ver como necessária a formação desses, muito menos em fazê-los converter-se aos ensinamentos cristãos. Para Barreda, essa era uma realidade na qual conviveu Las Casas e que o indignou, pois suas afirmações demonstram que: “[...] la enseñanza externa debe realizarse de modo tranquilo, modesto y agradable, com intervalos de tiempo. La práctica seguida em el Nuevo Mundo, parece afirmar nuestro autor, es bien distinta (BARREDA, 1981, p. 71)

Argumentando em favor dos nativos, Las Casas apelará continuamente ao rei da Espanha, demonstrando a distinção da condição desses nativos, que julga pagãos, dos considerados hereges pela Igreja Católica (em relação aos hereges da Europa), alegando sempre que por serem situações diferentes, os nativos deveriam ter tratamento diferenciado. Para ele, os nativos que cultuavam outros deuses e ídolos não deveriam ser maltratados, mas pelo contrário, mereciam que se levasse em conta o tempo necessário para que mudassem livremente de opinião aderindo aos ensinamentos cristãos.

Insistentemente busca provar ao rei Carlos I da Espanha, por meio de seus escritos e a todos que presenciavam os seus sermões, que deve existir o tempo destinado ao

convencimento, que a prática da conversão não haveria de se dar sem o tempo necessário, e que requer paciência e respeito. Busca para isso, argumentos dos padres doutores da Igreja, sobretudo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, e assim tece suas teses e convicções com respaldo dos mesmos, asseverando:

[...] Daí vem, segundo Santo Tomas, que tudo aquilo que é digno de se crer em matéria de fé e religião, ou de qualquer virtude e bem, há de ser proposto e explicado com sossego, tranquilidade, doçura, com modos plácidos, suaves, suplicantes, atrativos e com sucessivos intervalos de tempo. Para que, primeiro pensemos nas coisas que nos são propostas a crer e aceitar por consentimento ou a rejeitar por assentimento; a ver, depois, se nos convêm e são dignas de crer, como antes ficou claro graças a Agostinho. Ninguém crê em algo, se antes não compreende que é necessário crê-lo. Logo, é preciso um certo tempo para ouvir, pensar, discorrer e deliberar sobre o que nos propõem, para saber se é falso ou verdadeiro, digno ou não de assentimento. Do exposto se segue também que a proposição daquilo em que é preciso crer não há de conter no mínimo que seja de coerção ou violência, mas sim uma apresentação simples, uma oferta, uma exposição precisa, bem explicada, persuasiva, um convite agradável, atrativo e suave, como já é evidente por si só e ficará claro adiante (LAS CASAS, 2005, p. 75).

Para que livremente escolhessem o caminho da fé e abandonassem os seus costumes religiosos nos quais prestavam cultos a outros deuses, era além de tudo necessário o convencimento pelo modo de agir dos cristãos, e isso deveria ser realizado sem pressa e sem alvoroço, dispensando o uso de armas e da guerra, mas deveria acontecer respeitando o tempo do convencimento, ou então, pelo contrário, isso traria muito mais malefícios do que algum benefício, como assim sentencia:

[...] se forem propostos com pressa e rapidez, com repentino alvoroço ou talvez com o estrépito das armas que inspiram pavor, com ameaças ou açoites, ou de modo imperioso e duro, ou outro tipo de rigor ou perturbação, é lógico que a mente humana se consternará com os terrores e se conturbará, se entristecerá e afligirá com os ruídos, com o medo e a dureza das palavras. E por conseguinte, se recusará a ouvir e a refletir (LAS CASAS, 2005, p. 75-76).

A formação do nativo, sendo a sua maior preocupação via como essencial importância garantir a salvação dos pagãos que em sua concepção eram os nativos, e dos fiéis, que para ele eram considerados os colonizadores espanhóis, pois julgava que esses necessitavam ser convertidos à fé cristã para melhor realizar o trabalho a qual se propunham.

Paradoxalmente percebe Las Casas que as ações de destruição que vão acontecendo, não correspondem ao que para ele deveria ocorrer nas Novas Terras. Os maus tratos aos nativos, por serem considerados pelos espanhóis colonizadores como seres inferiores e hereges, fazia com que os mesmos agissem a partir dessa concepção de que não mereciam nenhum tratamento diferenciado. Essas atitudes e modos de tratamento, o incomodam, e ao mesmo tempo era a causa de suas reivindicações. Seu propósito era de que fossem cessados os maus tratos e os espanhóis se empenhassem em converter os nativos dando-lhes o espaço de tempo necessário para crer no que demonstravam e comunicavam, assim conclui Barreda que para Las Casas:

[...] es indispensable tener tiempo suficiente para oír, pensar, discurrir y deliberar acerca de las cosas que se nos proponen, y saber de esta manera si son verdaderas o falsas, si son dignas e indignas de que les prestemos nuestro asentimiento (BARREDA, 1981, p. 71).

Na perspectiva de que haveria a grande necessidade de mudança de postura na forma de catequizar/formar os nativos na fé, Las Casas também acentua e não deixa de salientar o papel atribuído àquele que se propusesse a ser o educador da fé aos nativos. Para além dessas qualidades que deveriam ter para a pregação no sentido de formação desses nativos, era necessário que utilizassem de outros meios, além das ações que demonstrariam o processo de ensino e de formação, dependeria em muito da oratória e da retórica dos mestres pregadores. Essa seria sem dúvidas a forma mais precisa de encaminhar e ensinar a todos os nativos o que pretendiam demonstrar, a fé e os ensinamentos cristãos.

4.4 A contribuição da Retórica na ação formativa

A comunicação entre os espanhóis e os nativos, conforme Las Casas não deveria ser apenas por ações, mas pelo ensinamento dos conhecimentos da fé, a fim de convencê-los e convertê-los, e para ele, a comunicação, além das ações era um dos meios mais propícios para que se fizessem entender o que se propunham a ensinar.

A oratória, entendida como a arte de falar bem em público, era um dos atributos que deveriam ter os mestres e pregadores da fé, pois aos nativos era preciso que se

prontificassem a ouvir os mestres, e para que isso fosse possível, a comunicação do mestre deveria ser agradável aos ouvidos, de modo que atraísse os seus ouvintes.

Portanto, a necessidade não estava apenas em ter uma boa oratória, mas em desenvolver uma boa retórica, entendida como as técnicas necessárias para convencer o seu público, nesse caso, os nativos, das convicções e ensinamentos da fé, a fim, de que suas vontades fossem atraídas e pelas preposições inatas sua racionalidade sentenciasse que aquilo era bom e agradável, a assim houvesse a conversão.

Nos estudos de Barreda (1981) ele observa que Las Casas insiste que entre todos os meios possíveis para se chegar a conversão, a retórica do pregador é uma das formas que deve ser mais utilizada para esse fim. Salienta que: “[...] el predicador de la verdad, debido a la sublimidad de la doctrina, necessita, mucho más que ningún otro usar de todos los médios a su alcance, usar los resortes propios de esta clase de convencimiento, que veímos utiliza la retórica (BARREDA, 1981, p. 77).

Las Casas, demonstra que tem conhecimentos das técnicas de retórica que são utilizadas para o convencimento, e que surtem sempre o efeito desejado, por isso, assemelha essa técnica e atribui que o pregador deve apropriar-se desse modo de retórica aos fins a que devem fazer-se entender e a conhecerem os ensinamentos da fé.

[...] O mesmo é provado, em quarto lugar, assim: O pregador ou mestre - que tem a missão de ensinar e atrair os homens à verdade da fé e da religião - deve recorrer ao modo e à habilidade da retórica. Há de observar diligentemente seus preceitos na pregação, para comover e atrair o ânimo dos ouvintes, com o mesmo empenho que tem o retórico ou o orador em os aprimorar e observar em seu discurso para comover e inclinar os ouvintes ao que lhes é proposto. Ora, o retórico ou orador estuda e segue em seu discurso, com todo empenho, os preceitos da retórica para comover e induzir os ouvintes. Logo, o pregador ou mestre, cuja missão é instruir e atrair os homens à reta fé e à verdadeira religião, deve recorrer à norma e valia da retórica e seguir-lhe os preceitos com suma diligência, quando ensina e prega, para comover e induzir os ânimos daqueles que têm de ser instruídos e atraídos à reta fé e à verdadeira religião cristã (LAS CASAS, 2005, p. 78).

Essa forma de expressão como técnica deve ser levada a cabo vista a necessidade de convencimento, pois os nativos além de não terem entendimento dos ensinamentos cristão, presenciam as crueldades realizadas pelos espanhóis e os pregadores devem além de buscar ações que demonstrem que são diferentes, devem atrair os ânimos desses ouvintes, fazendo-os acreditar que o que dizem é verdadeiro e não faz parte das crueldades que presenciam.

Nesse caso, a retórica é uma forma de benevolência, um modo de convencimento que deve partir da comunicação dos pregadores e atingir a todos os dispostos a ouvir. O mestre pregador deve ter os conhecimentos mínimos das técnicas de retórica, e fazer uso das mesmas sendo este considerado por Barreda (1981) o primeiro meio do convencimento. Afirma que: [...] “si la aceptación de la benevolencia, por médio de la Retórica, es el primer médio em orden [...] será también el modo de enseñar e invitar a la escucha y aceptación de la doctrina de la fe” (BARREDA, 1981, p. 77).

A retórica como meio de ensinamento, é indispensável para o mestre pregador, e além da retórica para o convencimento, haveriam de fazer uso da oratória, ou seja, saber falar com seu público. Nessa linha de argumentação, Las Casas busca fundamentar-se no orador Cícero que foi uma das personagens que grande expressividade teve em estabelecer um papel de suma importância para aquele dominasse a arte da oratória. Buscando os elementos defendidos por Cícero, Las Casas expõe de modo direto que o educador deve ser um bom orador, e estar preparado para o que se propõe, não apenas utilizar-se da fala sem nenhuma convicção, mas pelo contrário, deve dela usufruir, de modo que tenha o entendimento que será por meio dela a possibilidade de convencimento. Deverá, portanto, seguir alguns preceitos didáticos que julga importantes no ato da oratória.

Cita Túlio e Cícero. [...] Antes de qualquer coisa, apropriado para comover o ânimo do auditório aquilo que desejamos. A esse respeito, convirá que o orador ou quem está a serviço de uma causa - segundo Túlio - procure: começar com acerto, narrar com lucidez, recapitular com vigor, combater com valentia, desenvolver com profundidade, pronunciar com clareza e sustentar com firmeza. Enfim, ensinar, deleitar e comover. A tarefa dos oradores abarca tudo isso (LAS CASAS, 2005, p. 79).

Acrescenta que para além da oratória, é preciso certo rigor ao se comunicar por meio da fala, salientando que ao começar a falar, deverá narrar os fatos pelo qual buscam o convencimento, com lucidez e recapitular com o vigor necessário. Nesse caso, podemos perceber que Las Casas elabora um esquema de oratória, como que um processo pelo qual o orador deve ter conhecimento.

A narração de fatos era, pois, uma forma de demonstrar aos nativos que as histórias que ali fossem contadas faziam parte da história da salvação na qual o próprio Deus delegou a esses cristãos que viessem para ensiná-los. Nesse sentido, haveria de ter o entendimento desses nativos, daí a necessidade de que fossem contados com muita lucidez e sempre retomando os ensinamentos que já haviam sido explicados. Percebe-se, desse

modo, a forma e método que julgava mais adequado para a explicação, visto que, pelo fato dos nativos não terem nenhum conhecimentos desses preceitos, necessitariam de várias explicações e muita paciência por parte dos mestres pregadores.

Nesse modo de persuasão, Las Casas assegura que todos os oradores, ou os que desejam o convencimento dos demais, devem ter a fala suave e mansa, pois essa seria uma atitude contrária dos demais espanhóis que utilizam da violência para atingirem seus objetivos nas Novas Terras. O mestre pregador, ao contrário, deve se dispor ao convencimento com o uso das técnicas da retórica, e o uso da arte da oratória, com mansidão e suavidade, assim, fazendo com que os nativos percebessem que o que falam está de acordo com as suas ações e possam desse modo acreditar que seja verdadeiro e digno de seguir. Salienta Las Casas mais uma vez que:

[...] Mas todos esses preceitos da retórica, que qualquer defensor de uma causa, retórico ou orador, deve cultivar - e mais que ninguém o pregador da verdade e mestre da religião cristã - para conquistar a benevolência dos ouvintes e torná-los amáveis, dóceis e atentos, tendem a persuadir o entendimento e estimular e atrair a vontade. Logo, o modo de ensinar a reta fé e a verdadeira religião deve persuadir o entendimento, atrair e estimular a vontade (LAS CASAS, 2005, p. 79).

Com esses atributos, para Las Casas, a pessoa do educador seria uma espécie de exemplo da vivência da fé. Pois tendo ele a mansidão e a leveza em sua fala, estaria de modo agradável convencendo os nativos a crerem nesse ensinamento. Os nativos, ao ouvirem os educadores que expressam sua oratória de modo manso e com delicadeza, estariam presenciando o que para Las Casas é a vivência da fé cristã. Desse modo, teriam maior facilidade de conversão entre os nativos.

Para Barreda (1981), o estudo das técnicas de oratória e retórica apresentadas por Las Casas, não deve ser estudada e entendida como uma simples técnica, mas para além disso, deve ser compreendida como a comunicação de um pensamento e de uma doutrina. Sabendo que o seu interesse maior era a conversão desses nativos, Las Casas não dedica-se a formular técnicas de retórica ou da arte da oratória, mas as vê como uma forma de o mestre pregador da fé sendo um ajudante de Deus na missão de evangelizar, utilizá-la para a catequização/formação dos nativos.

A comunicação se torna para Las Casas um atributo de qualidades divinas, como que vindas de Deus em função da missão de catequizar. O uso dessas formas de convencimento é exposto pela plena necessidade de ensinar e levar ao conhecimento

desses nativos o que julgava ser a verdade, que era o próprio Deus. Essa ação, quando chegada a se concretizar por meio da comunicação era entendida pelos mestres pregadores como uma grande satisfação, por terem conseguido catequizar e despertar o interesse das vontades para o entendimento de que o que pregavam era justo que fossem acreditados. Nesse sentido, assevera Barreda que:

[...] el predicador, mediante la confirmación y explicación de la fe, va llevando al discípulo a la verdad, de lo que se sigue una razonable inclinación de la voluntad. Si toda verdad produce gozo, delectación, es lógico que el mayor gozo provenga del conocimiento de las verdades divinas (BARREDA, 1981, p. 82).

Com isso, a satisfação não seria apenas do nativo, mas também do mestre pregador, que observando o fruto de seu trabalho, se sentiria satisfeito em levar o que entendia por verdade e de ter cumprido com a sua missão que era o de catequizar/formar e ter ao mesmo tempo contribuído para a construção da Igreja (MATTASOGLIO, 1991).

Mediante toda a responsabilidade que Las Casas atribuía ao mestre pregador, que teria que ter as técnicas para o convencimento, era além disso preciso que os nativos fossem atraídos a ouvirem, pois se não tivessem a pré-disposição para ouvirem, não seriam convencidos. Mas para que fossem despertadas as suas vontades em ouvir, era preciso antes de tudo conquistar os ânimos dos ouvintes.

4.5 O mestre e o ânimo dos ouvintes

Vivenciando a realidade que se configurou nas Novas Terras, Las Casas demonstra que é urgente a necessidade de formação desses nativos, que os mesmos como não tinham nenhum conhecimento dos ensinamentos cristãos, deveria a esses ser despendido todo o tempo e os esforços a fim de que fossem atraídos e acreditassem no que lhes seria apresentado.

Ao mestre pregador, ao qual já havia estabelecido algumas qualidades que o mesmo deveria ter para o trabalho de catequização/formação, além da técnica da retórica, ou a arte da oratória, deveria acima de tudo conquistar o ânimo dos ouvintes, para que atentos aos ensinamentos pudessem crer que o que lhes ensinavam era a verdade digna de ser acreditada. Porém, para que sejam conquistados os ânimos dos ouvintes eram necessárias formas de expressão que contribuíssem para o convencimento. Para Barreda trata-se de:

El primer objetivo para quien se propone conmover e inducir a los oyentes a que presten oído a sus palabras y acepten lo que el propone consiste en atraerse los animos (...) e as técnicas poden resumirse en cuatro puntos clásicos: suavidad de la voz; modesta expresión del semblante: alegría; ostentación de afabilidad; delicadeza apacible de las palabras. (BARREDA, 1981, p. 76)

Aos mestres pregadores, essas habilidades a serem utilizadas para o convencimento deveriam ser aprendidas para que houvesse a possibilidade do convencimento. A utilização da mansidão da voz, da modesta expressão, da expressão de alegria, a delicadeza com as palavras, seriam as melhores expressões para que os nativos fossem comovidos a acreditarem que se tratavam de verdades ditas e não de mentiras a serem acreditadas. Sentencia desse modo que:

[...] ganhar a simpatia da assembléia com o exórdio. Conquista-se isso com uma voz agradável, com a expressão de um semblante modesto, mostrando mansidão, tranquila delicadeza nas palavras; tudo isso atrai sobremaneira a benevolência dos ouvintes (LAS CASAS, 2005, p. 78).

Las Casas apresenta a preocupação em demonstrar a esses mestres pregadores que aos nativos que nunca haviam tido contato com esses ensinamentos, principalmente a esses se faziam necessários os meios persuasivos para conquistar os ânimos, salienta que:

[...] Quanto mais o pregador da verdade e mestre da fé, ao se dispor a ensinar os que procura induzir e estimular à fé e à religião, precisa, mais que nenhum outro, conquistar, antes de tudo, o ânimo dos ouvintes - especialmente daqueles que tenham sido convidados à fé pela primeira vez, ou seja, os infiéis - com a suavidade da voz, com a serenidade e a grata expressão do semblante, com mostras de mansidão, com a tranquila delicadeza nas palavras, com o ensinamento e a persuasão amáveis, com agradável boa vontade e, enfim, que ensine, deleite e comova (LAS CASAS, 2005, p. 79).

A docilidade que Las Casas prevê que deva ser conquistada pelos ânimos dos ouvintes é a expressão de sua intencionalidade de que os nativos ao serem catequizados/formados, possam conviver organizados de modo harmonioso, submetendo-se a uma ordem que proponha em seus projetos de colonização pacífica. Las Casas referenciando a Túlio, afirma: “[...] quem induzir ou comover os seus ouvintes ao que tem

em mente, necessita, em primeiro lugar, ter o ânimo deles a seu favor, de modo a se tornarem todos benévolos, atentos e dóceis” (LAS CASAS, 2005, p. 78).

A forma mais viável de tornar os nativos pacíficos na aceitação dos ensinamentos cristãos, bem como aos modos de organização do qual pretendia Las Casas, seria pela docilidade que deveria ser conquistada nesses nativos. Para ele haveria de ter uma relação de harmonia entre o nativo e o mestre o que para Gutierrez (1995) significa que o comportamento dos nativos frente ao pregador deve ser uma das condições para o anúncio da fé.

Las Casas demonstra que entendia que em muitos casos poderia haver por parte do nativo a recusa a escutar as explicações, mas considera essa atitude aceitável, pois considera que o estranhamento pela novidade, pelo que até então era desconhecido até certo ponto natural, porém é de se considerar que nessas situações é preciso um maior empenho e esforço por parte do pregador, não por meio da dureza ou da imposição, mas de forma mansa e delicada:

[...] El orador debe tender, por principios, a captar la benevolencia del auditorio; un auditorio que, inicialmente, puede presentarse hostil y receloso. Hostilidad ocasionada por la novedad, tanto de la persona del orador como de la doctrina que proclama. Un auditorio que tiene unos esquemas más o menos constantes y válidos de respuesta, según sean presentados los estímulos por el orador. Como mínimo se le va a exigir una elemental presentación retórica, un conocimiento de los principios del convencimiento (BARREDA, 1981, p. 75).

Para Las Casas, a presença do mestre pregador dos ensinamentos cristãos era de suma importância, não podendo haver outro modo de convencimento que não fosse por meios externos, pois para ele, mesmo que o próprio Deus pudesse fazer com que se desenvolvesse nos nativos esses conhecimentos, delegou essa missão aos espanhóis que ali chegaram, a fim de que suas vidas fossem a própria salvação divina desses povos.

Nessa crença é que Las Casas em nenhum momento demonstra abrir mão do que acreditava ser a sua missão e a missão dos espanhóis que nessas terras entraram. Para ele, por não haver outro motivo para a presença desses homens nessas terras, haveria de ser realizada a missão pela qual vieram, algo que presenciava ao contrário. Todos os espanhóis era os escolhidos por Deus a tal missão de catequizar, e nas palavras de Las Casas percebe-se a sua grande preocupação em que o Deus não lhes castigue pelos maus tratos que são feitos aos nativos ao invés de conduzi-los aos ensinamentos da fé cristã.

A formação desses nativos perpassaria em muito pelas mãos do mestre pregador, e acima de tudo, para que isso ocorresse nessas terras seria necessário que primeiramente tratassem os mesmos como seres humanamente completos e racionais, com todas as capacidades para o entendimento dos preceitos da fé, algo que defendeu nas inúmeras obras e cartas que escreveu.

Suas posturas que sempre se pautaram no entendimento de que o nativo é pessoa humana e sujeito de direitos, e que por esse motivo deveria ser tratado como tal o fez angariar muitos amigos que convencidos dos mesmos preceitos lutavam juntamente com ele para que suas ideias fossem concretizadas, alguns deles eram de sua própria Ordem, porém, muitos foram os considerados seus inimigos, que divergindo no modo de conceber o nativo, manifestavam hostilidade à suas pregações, ensinamentos e projetos que buscava implantar.

Sem dúvidas, Las Casas teve grande preocupação com a catequização/formação do nativo, tanto que escreveu o livro *“Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião”* com esse intuito, o de demonstrar a todos que pela racionalidade, que muitos não acreditavam existir no nativo, era possível levá-los aos conhecimentos da fé e a estabelecerem relações sociais com a coroa e com os espanhóis mediante o ensinamento, que para ele estaria em dar continuidade aos modelos de organização medieval que ainda perduravam na mentalidade dos espanhóis, inclusive de Las Casas.

Mas para que fosse possível essa formação e de certo modo a aceitação por parte dos nativos, era preciso o trabalho árduo e gratificante do educador, do mestre pregador como o chamava, e este, como foi exposto, deveria estar atento às qualidades que deveria ter a fim de que suas pretensões fossem atingidas, sem elas seria inviável, visto os maus tratos que ali ocorriam.

Las Casas vive a urgência do momento histórico em que o dinamismo das relações imprimia uma guerra de conquista que entrava em contradição com o sentido que dava à paciência evangélica e natural. Esforça-se por fazer compreender que a fé na qual queriam pregar necessitava de tempo e paz, respeitando a liberdade e a natureza desses nativos para que então os conquistasse, e fossem nessas terras estabelecidas as mesmas formas de organização social, política, econômica e, especialmente religiosa da Espanha. Nesse processo formativo, de sobreposição de um modo de organização e de costumes por outro considerado superior, a presença do mestre pregador era fundamental, sobretudo com as qualidades que julgava indispensáveis.

5. CONCLUSÃO

A notável aventura de conquista das Novas Terras ocasionou a introdução de reflexões a respeito dos nativos, sendo personagens que nem se imagina que existiam, por isso, todas as manifestações de posicionamentos assumidos frente à consideração que faziam dos mesmos, devem ser vistas e analisadas perante um movimento histórico que se vivenciava na Espanha e em toda a Europa. Bartolomeu de Las Casas, sem dúvidas, soube ser a expressão do momento em que viveu.

Las Casas, fora uma personagem que ganhou relevância no modo como fazia frente aos acontecimentos no momento da conquista. Não deixou de buscar soluções para o que considerava injusto, nem mesmo o de criar projetos que fizessem com que seus conterrâneos espanhóis compreendessem que aquilo que faziam não estava de acordo com os ensinamentos cristãos.

Se Las Casas tivesse como único feito de sua vida, “a defesa da racionalidade do nativo”, no período de colonização da América, já seria motivo suficiente para ser considerado merecedor de nossa especial atenção. Mais do que isso, travou uma luta incansável para defender os nativos das injustiças que julgava serem as causadoras de todos os males dessas terras. Ao escrever sua obra, busca incessantemente retomar por várias vezes a mesma orientação, de que a formação do nativo haveria de acontecer de modo brando, suave, pacífico e sem açoites. Essa repetição de uma mesma orientação é a mais clara demonstração de que a sua insistência era em fazer-se entender a todos.

Seus argumentos não se pautavam apenas em defender a racionalidade do nativo, mas em asseverar que é por meio dessa mesma razão que seria possível a sua formação/catequização. Atribui desse modo a condição de igualdade entre o nativo e os demais seres humanos, visto que para ele todos são criados pelo mesmo Deus e por isso possuem as mesmas capacidades humanas de entendimento, bastando para isso quem lhes ensine e lhes conduza.

Nessa perspectiva, Las Casas se lança a discutir como acontecem os processos de conhecimento do homem, ou seja, como se chega ao conhecimento da verdade por meio da racionalidade. Para esse esclarecimento, busca identificar aos seus que, ao criar o homem, Deus colocou em cada um, faculdades que para ele são princípios operativos que devem ser movidos ao bem. Nesse caso, os nativos sendo criaturas divinas dotadas de

racionalidade, teriam que ser conduzidos a este bem no qual já tinha a predisposição natural.

Podemos inferir que Las Casas, a fim de fundamentar as suas justificações da racionalidade do nativo e sua predisposição para o bem, volta-se aos elementos fundamentais do início da era cristã, com bases estoicas em que se acreditava que em cada ser humano existia uma chispa de fogo divino que movia e dava harmonia ao universo. Esses elementos divinos em cada ser humano são, tanto para Las Casas quanto para os pensadores estoicos, o que dava a possibilidade de direcionar-se àquilo que a natureza lhe havia determinado. No caso de Las Casas, a determinação era a vivência a partir dos ensinamentos cristãos.

Acreditando ser possível uma colonização pacífica, salienta que a liberdade se fazia necessária aos nativos. Essa proposta haveria de ser a condição para que aceitassem os ensinamentos cristãos. Porém, é importante salientar que ser livre para Las Casas pressupõe a condição de aceitar os ensinamentos cristãos, ou seja, liberdade para ele significava aderir aos preceitos religiosos. Ser livre passa a ter uma conotação de dominação em Las Casas, mesmo que seja propagada de modo inconsciente, ou na melhor das hipóteses, como reflexo de seu momento histórico.

Para se ter a plena liberdade, haveriam os nativos que conhecer a verdade, sem esse conhecimento não seria possível a sua formação, e esta verdade a ser conhecida é para Las Casas o próprio Cristo, no qual propunha a sua fé. Não haveria outra verdade que não fosse a vinda de Cristo, propagada pela Igreja, esse fato, demonstra mais uma vez que o frei, entendia os nativos como seres racionais, mas imersos num mundo que não tinham conhecimento da verdade e que por isso haveriam de ter a liberdade para chegarem a ter o conhecimento da verdade.

Podemos então observar que ambas, liberdade e verdade, assumem um papel preponderante, tendo seus significados que correspondiam ao momento histórico vivenciado por Las Casas. A liberdade e a verdade que seriam despertadas por meio da racionalidade eram as faculdades mentais que possibilitariam a implantação de seus projetos de colonização pacífica, que sem muitas diferenciações estavam pautados em seus princípios formativos que correspondiam à organização social, política e econômica da Idade Média já em decadência. Os vassallos (nesse caso os nativos) haveriam de se considerar submissos ao rei e a seus senhores (espanhóis colonizadores) aderindo de forma voluntária aos ensinamentos cristãos. Em síntese, a liberdade e a vontade seriam os meios

possíveis de harmonia e paz nessas terras, e nesse processo formativo, indispensável seria a presença do mestre pregador da fé.

A defesa da racionalidade dos nativos é sem dúvida, um dos principais motivos que o fez ser considerado o primeiro defensor dos direitos humanos na América, sendo referenciado por muitos como uma autoridade nesse aspecto, em especial entre os cristãos. Há de se considerar que a exaltação dessa personagem é, sobretudo, pela sua atuação, em meio a um período conturbado de conquistas, pois propõe o que era contrário ao que vivencia, propõe mansidão onde havia a guerra, propõe a paz e a harmonia onde havia a busca ambiciosa pelos bens alheios. Nesse caso, podemos considerar que Las Casas, é bastante firme com os espanhóis, os condenando pelas atitudes e propondo modos diferenciados de formação. Porém, seus intentos além de serem contrários ao que vivenciava, não correspondiam a uma possível vivência pacífica, como almejava.

Nessa perspectiva, o estudo dessa personagem contribui para as nossas reflexões na atualidade, ou ao menos nos inquieta e nos remete a pensar de qual direito humano o mesmo fez a defesa, e em relação a esta, quais são os direitos humanos que ainda se buscam em terras americanas. Os direitos humanos em Las Casas, de liberdade e respeito à racionalidade, muito embora se apresente como um idealismo em seu momento histórico, sendo de sua parte uma audácia em pensar no nativo como ser humano, pode-se inferir que estavam diretamente atrelados à conservação de uma ordem social e política da Idade Média, e que para ele ainda seria possível existir e ser implantado nessas terras.

O papel do educador para Las Casas, nesse processo era o de que, com ações pautadas na mansidão e doçura, pudesse conduzir de modo eficaz os ânimos e as vontades dos nativos. Esse seduzir, se voltava a fazer crer no que acreditava ser a verdade que haveria de ser propagada, ou seja, a partir do objetivo formativo traçado, que nesse caso eram os ensinamentos cristãos, haveria de ter um trabalho de convencimento, de indução dos nativos a entenderem por meio da racionalidade, que aquilo que se apresentava era bom e agradável, e por isso haveria de ser aderido, num processo de dominação pacífica, não deixando, porém, de ser uma dominação pela sobreposição social, cultural, política, econômica e, sobretudo, religiosa.

Essas posturas assumidas pelo mestre em Las Casas, responsável pelo processo formativo, nos remetem a analisar as posturas educacionais de nossa atualidade, nos trazendo inquietude quanto aos posicionamentos assumidos, tendo em vista os objetivos a serem alcançados. Em vista de uma concepção de verdade e de liberdade, são tomadas

posturas e realizadas ações mediante aquilo que se acredita serem as verdades a serem acreditadas, e nesse caso, podemos indagar, quais são as verdades que devem ser ensinadas? A partir de quais perspectivas são consideradas verdades? A quem estão servindo essas verdades? Quais são as ações educacionais propícias para o convencimento a essas verdades? Quais são os verdadeiros direitos humanos a serem respeitados, em especial em nossa América?

Não foi nossa pretensão dar respostas a essas questões, mas ao menos problematizá-las, dando abertura a novas pesquisas e reflexões, sobretudo quanto aos direitos humanos e o processo formativo na América. Essa lacuna aberta se faz presente como possibilidade de novas investigações que possam contribuir para o processo de reflexão e questionamento das verdades que nos são postas, em especial no processo educativo formal ou não formal.

De Las Casas, podemos aprender e tomar como exemplo a sua dedicação, tenacidade e esforço contínuo com que dedica sua vida no que acreditava ser o melhor para o ser humano, em especial ao nativo. Essa personagem como modelo de homem e educador deve ser lembrado como um defensor incansável do que acreditava ser a verdade, a liberdade e a humanidade. Para muitos é considerado como referência na defesa dos direitos humanos na América, para outros é visto apenas como mais um colonizador, porém não nos cabe julgá-lo mas, apreender de seus ensinamentos as concepções de educação e de educador que teve no momento histórico em que viveu. É sem dúvida, uma personagem que pelo muito que fez pelos índios, transpassou o seu tempo, para tornar-se exemplo para todos aqueles, que como ele, entregaram e entregam suas vidas pela causa social.

REFERÊNCIA

FONTES

LAS CASAS, Bartolomeu de. **História de las Índias III**. Edição de Agustín Millares Carlo. Estúdio preliminar de Lewis Hanke. Ed. Fondo de Cultura Económica. México, 1992.

LAS CASAS, Bartolomeu de. **Único modo de atrair todos os povos à verdadeira religião**. Tradução: Noelia Gigli, Hélio Lucas. (Coleção Frei Bartolomeu de Las Casas: obras completas). Ed. Paulus, São Paulo-SP, 2005.

LAS CASAS, Bartolomeu de. **Brevíssima Relação da destruição das Índias**. Tradução de Júlio Henriques. 2ª. Ed. Edições Antígona, Lisboa, 1997.

BIBLIOGRAFIA

BARREDA, Jesus Angel, OP. **Ideologia y pastoral misionera en el “de único vacationis modo” de Bartolome de Las Casas**. Tese de doutoramento na Facultate Theologiae Pontificiae Universitatis Gregoriana. Madrid, 1981

BATAILLON, Marcel; SAINT-LU, André. **El padre Las Casas y La defesa de los índios**. Editora Ariel, 1976.

BATAILLON, Marcel. **Estudios sobre Batolomé de las Casas**. Ediciones Península, 1976.

BRUIT, Hector Hernan. **Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos** – ensaio sobre a conquista hispânica da América. Ed. Unicamp, São Paulo, 1995.

BRUIT, Hector Hernan. **América no pensamento político de Bartolomé de las Casas**. In. Confronto de Culturas: Conquista, Resistência, transformação. Orgs. AZEVEDO, F.N.; MONTEIRO, J.M. Ed. Expressão e Cultura. Edusp. São Paulo, 1997.

CERVO. Amado Luiz. **Contato entre civilizações** – conquista e colonização espanhola da América. Ed. Mc Graw-Hill do Brasil, 1975.

CHAPARRO, Sandra. **Pasiones políticas e imperialismo**: la polémica entre Ginés de Sepúlveda y Bartolomé de las Casas. Revista Espacio, Tiempo y Forma. Série IV, História Moderna, p. 149-171. Acesso: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFserie4-49E5E237-86BC-2566-B843-6A187F001>. Acessado em 17 de julho de 2011.

CHAUNU, Pierre. **Conquista y exploración** – del los nuevos mundos (siglo XVI). Ed. Labor S.A. Barcelona, 1973.

COE, Michael D. **O México**. 22ª. Edição – Col. História Mundi. Editora Verbo, 1970.

COLOMBO, Cristovão. **Diários da descoberta da América** – as quatro viagens e o testamento. Tradução: Miltom Persson. Ed. L&PM, Série Visão do paraíso, vol. 1, 1898.

CORIA-SÀNCHEZ, Carlos M. **Uma opción por los pobres: de Bartolomé de Las Casas al Pensamiento de la Libertación**, 2003. Acesso: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero32/lascasas.html>. Acessado em 07 de julho de 2011.

COSTA, Celio Juvenal. **A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o império Português (1540-1599)**. Piracicaba – tese de doutoramento. São Paulo, 2004.

EBY, Frederick. **História da Educação Moderna** – teoria, organização e práticas educacionais. Tradução de Maria Angela Venagre de Almeida; Nelly Aleotti Maia e Malvina Cohen Zaide. Ed. Globo. São Paulo, 1962.

ESTEVE BARBA, Francisco. **Historiografia Indiana**. Madrid: Gredos, 1964.

FERNÁNDES, Manuel Giménez. **El plano Cisneros - Las Casas para La reformacion de las India (1516-1517) – Vol 1**. Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, Madrid, 1984.

GOLMÉS, Lorenzo. **Bartolome de las Casas - Defensor de los derechos humanos**. BAC Popular. Madrid, 1982;

GÓMARA, Francisco Lopes de. **La Historia general de las Índias y conquista del México**. 1552.

GUTIERREZ, Gustavo. Em **busca dos pobres de Jesus Cristo** – o pensamento de Bartolomeu de Las Casas. Tradução: Sérgio José Schirato. Ed. Paulus. São Paulo, 1995.

HANKE, Lewis. In: **História de las Índias**. LAS CASAS, Bartolomeu de. Edición de Augustín Millares Carlo. Estúdio preliminar de Lewis Hanke. Ed. Fondo de Cultura Econômica. México, 1992.

HANKE, Lewis. **América Latina** – continente em fermentacion. Tradução do inglês: ROS, Amando Lázaro. Editora Aguilar, México, 1961.

IGLESIAS, Francisco. **Encontro de duas culturas: América e Europa**. In. Confronto de Culturas: Conquista, Resistência, transformação. Orgs. AZEVEDO, F.N.; MONTEIRO, J.M. Ed. Expressão e Cultura. Edusp. São Paulo, SP, 1997.

JOSAPHAT, Carlos. **Introd. Único modo de atrair todos os povos a verdadeira religião**. In: Las Casas. Bartolomeu de. Ed. Paulus, São Paulo, 2005

JOSAPHAT, Carlos. **Bartolomeu de Las Casas** – espiritualidade contemplativa e militante. Ed. Paulinas, São Paulo, 2008.

LARROYO, Francisco. **História comparada de la educación em México**. 15ª. Edición. Editorial Porrúa.México, 1981.

LEITHAUSER. Joachin G. **Mundos além do horizonte**. Tradução: Oswaldo de Araújo Souza. Companhia Editora Nacional, Série 3ª. São Paulo, 1959.

LEÓN-PORTILLA. Miguel. **A mesoamérica antes de 1519**. In. História da América Latina, Vol. 1. América Latina Colonial. Orgs. Leislie Bethell. Tradução: Maria Clara Cescato. 2ª. Ed. Reimp. Ed. Universidade de São Paulo. Brasília, 2004.

MARTINÉZ, José Luis. **Hernán Cortés**. Ed. Fondo de Cultura Econômica. México: FEC, UNAM, 1990.

MARX, K. O domínio britânico na Índia. In: MARX; ENGELS. **Obras escolhidas**. V1. São Paulo: Alfa-Ômega, S/D.

MATTASOGLIO, Carlos Gustavo Castillo. **Acerca de la conversion segun Bartolomeu de las Casas en la obra Historia de las Indias**. Tese de doutoramento na Facultate Theologiae Pontificise Universitatis Gregorianae. Ed. Fondo. Peru, Lima, 1991.

MELO. José Joaquim Pereira. **De Cuba a Tenochtitlán. A busca dos “segredos da terra”. Estudo da trajetória de Fernando Cortés no México (de 18 de fevereiro a 8 de novembro de 1519)**. Tese de doutoramento. Universidade Estadual Paulista. SP, 1998.

MELO. José Joaquim Pereira. **O Império Asteca e as escolas para a formação de guerreiros e sacerdotes**. Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS. N. 23, p. 149-160, jan/jun.2007.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **A história da Reforma Protestante e a Contra-Reforma Católica**. 2002. Acesso: <http://www.teuministerio.com.br/BRSPIGBSDCMCMC/vsItemDisplay.dsp&objectID=7C37AF5C-1590-410E-A497DC2A7FBA6159&method=display>. Acesso em 15 de maio de 2011.

MORENO, Ramón-Jésés Queralto. **El pensamiento filosófico-político de Bartolome de Las Casas**. Escuela de estudios hispano-americanos de Sevilla. Sevilla, 1976.

MULLETT. Michael. **A contra-reforma e a Reforma Católica nos princípios da Idade Moderna Européia**. Ed. Gradiva. Tradução J. Santos Tavares. Lisboa, 1985.

NUNES, Rui Afonso da Costa. **História da Educação no Renascimento**. São Paulo – EPU – Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

PELLICCIA. Guerrino.; ROCCA. Giancarlo. **Dizionario degli istituti di perfezione**. Edizioni Paoline. Roma, 1975.

SALINAS. Maria Laura. **Dominación colonial y trabajo indígena**. Um estúdio de la encomienda em corrientes colonial. Editora Litocolor SRL. Asunción, Paraguay, 2010.

SALINAS, Samuel Sérgio. **México: dos astecas à independência**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1994.

SÁNCHEZ, Vicente Rubio. **Fecha de llegada de los primeros frailes de la Orden de Predicadores al Nuevo Mundo**. Disponível em http://clio.academiahistoria.org.do/trabajos/clio180/Clio_2010_No_180-02.pdf acesso em 17 de dezembro de 2011.

SPIAZZI, O. Raimondo. **Alla scuola di san Domenico**. Vol. I. Edizioni Vivere in. Roma, 1985.

SOSA-RAMIRÈZ. Manuel. **Mercaderes, teósofos y evangelizadores em Cristóbal Colón y um réquien po el padre Las Casas**. Tampa, Flórida, 1990. Acesso: <http://www.ucm.ES/info/especuelo/numero35/ebuenave.html>. Acesso em 05 de julho de 2011.

VAILLANT, George C. **Os astecas do México**. Tradução de Henrique Santos Carvalho. Editora Ulisseia, Lisboa, 1944.